



Número: **0801579-43.2018.8.15.0351**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Sapé**

Última distribuição : **26/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 28.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
S. L. B. D. C. (AUTOR)		BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL (ADVOGADO)	
CLAUDIA BARBOSA DE LIMA (AUTOR)		BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18496679	26/12/2018 17:35	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
18496897	26/12/2018 17:35	<a href="#">1 PETIÇÃO INICIAL-CLAUDIA BARBOSA DE LIMA. (SEGURO + DANOS MORAIS)</a>	Outros Documentos
18496898	26/12/2018 17:35	<a href="#">2 PROCURAÇÃO CLÁUDIA</a>	Procuração
18496900	26/12/2018 17:35	<a href="#">3 PROCURAÇÃO SELTON</a>	Procuração
18496902	26/12/2018 17:35	<a href="#">4 DECLARAÇÃO DE POBREZA</a>	Outros Documentos
18496905	26/12/2018 17:35	<a href="#">5 RG-CPF SELTON</a>	Documento de Identificação
18496907	26/12/2018 17:35	<a href="#">6 RG-CPF- CLAUDIA</a>	Documento de Identificação
18496909	26/12/2018 17:35	<a href="#">7 COMPROVANTE DE RESIDENCIA</a>	Documento de Comprovação
18496912	26/12/2018 17:35	<a href="#">8 RG,CPF - FALECIDO</a>	Documento de Comprovação
18496914	26/12/2018 17:35	<a href="#">9 CERTIDÃO DE ÓBITO</a>	Documento de Comprovação
18496916	26/12/2018 17:35	<a href="#">10 BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL</a>	Documento de Comprovação
18496918	26/12/2018 17:35	<a href="#">11 COMP. DE ENVIO-CORREIOS-compressed</a>	Documento de Comprovação
18496919	26/12/2018 17:35	<a href="#">12 SITUAÇÃO ATUAL</a>	Documento de Comprovação
18496922	26/12/2018 17:35	<a href="#">13 SINISTRO</a>	Documento de Comprovação
18496923	26/12/2018 17:35	<a href="#">14 LAUDO CADAVERÍCO</a>	Documento de Comprovação
18496925	26/12/2018 17:35	<a href="#">15 CONVERSA CHAT-compressed.pdf-otimizado 1</a>	Documento de Comprovação
18496928	26/12/2018 17:35	<a href="#">16 CONVERSA CHAT-compressed.pdf-otimizado 2</a>	Documento de Comprovação
18497059	26/12/2018 17:46	<a href="#">GUIA DE CUSTAS</a>	Outros Documentos

18497064	26/12/2018 17:46	<a href="#">GuiaCustas</a>	Outros Documentos
18618065	14/01/2019 09:04	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
18644627	15/01/2019 10:52	<a href="#">Petição</a>	Petição
18644645	15/01/2019 10:52	<a href="#">01 PETIÇÃO. SELTON E CLAUDIA. informa profissões</a>	Outros Documentos
18644647	15/01/2019 10:52	<a href="#">02 carta de concessão do benefício (COMPROVANTE DE RENDA)</a>	Outros Documentos
19393101	25/02/2019 09:29	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
19486951	26/02/2019 16:45	<a href="#">Petição</a>	Petição
20194696	04/04/2019 09:17	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
20843516	26/04/2019 20:59	<a href="#">Carta</a>	Carta
20862546	30/04/2019 13:58	<a href="#">Ciência</a>	Petição
21519914	28/05/2019 14:22	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
21519919	28/05/2019 14:22	<a href="#">CONTESTACAO E SUBS</a>	Outros Documentos
21519921	28/05/2019 14:22	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1</a>	Procuração
21519924	28/05/2019 14:22	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2</a>	Procuração
21543804	29/05/2019 09:53	<a href="#">Petição</a>	Petição
21543807	29/05/2019 09:53	<a href="#">PETIÇÃO - S.L.B.D.C - JUNTADA DE DOCUMENTOS</a>	Outros Documentos
21543808	29/05/2019 09:53	<a href="#">SENTENÇA DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL</a>	Documento de Comprovação
21546203	29/05/2019 10:44	<a href="#">Termo de Audiência</a>	Termo de Audiência
22128460	19/06/2019 11:32	<a href="#">Termo de Audiência</a>	Termo de Audiência
22609876	10/07/2019 15:39	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
22609883	10/07/2019 15:39	<a href="#">0801579-43.2018</a>	Aviso de Recebimento
23580206	16/08/2019 10:20	<a href="#">Parecer</a>	Parecer
26457646	02/12/2019 20:47	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
26843498	06/12/2019 10:21	<a href="#">HABILITAÇÃO</a>	Petição de habilitação nos autos
26843758	06/12/2019 10:21	<a href="#">PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016</a>	Procuração
26843760	06/12/2019 10:21	<a href="#">SUBSTABELECIMENTO- SUELIO</a>	Substabelecimento
27900866	03/02/2020 11:54	<a href="#">Parecer</a>	Parecer
27900869	03/02/2020 11:54	<a href="#">Parecer MP, fiscal da lei, interesse menor, ausência de ilegalidade, precaução questão pecuniária -</a>	Parecer
30664011	14/05/2020 13:29	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
30690379	15/05/2020 08:59	<a href="#">Petição</a>	Petição
30735027	18/05/2020 08:49	<a href="#">petição autor</a>	Petição
30991840	26/05/2020 11:47	<a href="#">Petição</a>	Petição
30991843	26/05/2020 11:47	<a href="#">2606524_PETICAO_DE_PROVAS_01</a>	Outros Documentos
31838682	30/06/2020 08:14	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

32599 091	23/07/2020 15:37	<a href="#">Execução / Cumprimento de Sentença</a>	Execução / Cumprimento de Sentença
32599 450	23/07/2020 15:37	<a href="#">Planilha de Calculos</a>	Outros Documentos
32599 452	23/07/2020 15:37	<a href="#">PETIÇÃO. SELTON. INICIAR EXECUÇÃO</a>	Outros Documentos

PETIÇÃO E DOCUMENTOS EM ANEXO.





**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA MISTA DA COMARCA  
DE SAPÉ/PB**

**SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº701.009.464-02 e RG sob nº4.462.865 SSDS/PB, residente e domiciliado Rua José Ayres de Alencar, 185, Centro, Sapé-PB, CEP: 58340-000, este representado por sua genitora, também parte no processo, **CLAUDIA BARBOSA DE LIMA**, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o nº 027.859.814-56, RG nº 2.202.320, SSP/PB, residente e domiciliada Rua José Ayres de Alencar, 185, Centro, Sapé-PB, CEP: 58340-000, por meio de seus advogados devidamente constituídos, nos termos do instrumento de mandato procuratório em anexo, com escritório profissional estabelecido na Rua Padre Zeferino Maria, 261, Centro, Sapé-PB, CEP: 58340-000, onde recebem intimações e correspondências de estilo, vem à presença de Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT  
C/C DANOS MORAIS**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, e o faz consubstanciado nas seguintes razões:

**1. DOS FATOS.**

No dia 07 de janeiro de 2018 o Sr. Josivaldo da Costa Ferreira veio a óbito através de um acidente, onde o mesmo conduzia uma motocicleta que, por uma eventualidade perdeu o controle e caiu ao solo nas margens da Rodovia/PB 073, próximo a cidade de Sobrado-PB, por volta das 17h30min.

Após o acidente, resultado em morte, o único filho do *de cujos*, Selton Luis Barbosa da Costa, requereu administrativamente à ré indenização pela morte do segurado, cujo número do sinistro é o **3180269484**, porém não conseguiu êxito.

Rua Padre Zeferino Maria, 261 - Centro - Sapé - PB – Telefones: 83. 9 9857.4694 / 9 9172.2648 / 9 8106.0584 – [souzacabraladv@gmail.com](mailto:souzacabraladv@gmail.com).



Destaque-se que o promovente incansavelmente reenviou as pendências solicitadas pela parte ré na esperança de ser atendida pelo seguro que é seu por direito, não lhe foi atendida.

As pendências abertas pela ré se repetiam, chegando a o absurdo de, passados quase 01 (um) ano do óbito, resta pendente o pagamento do seguro pleiteado.

Destaque-se que a genitora do menor é igualmente beneficiária do seguro, TERMO DE AUDIÊNCIA igualmente enviado à seguradora ré referente ao reconhecimento de União Estável autenticado, cujo processo tramitou sob o nº **0800044-79.2018.815.0351** na 3ª Vara Mista da Comarca de Sapé-PB.

Repita-se, foram enviados à ré todos os documentos necessários para a identificação da qualidade de segurado dos requerentes, porém a seguradora demandada por tantos documentos solicitados, como dito enviados mais de uma vez, negou tacitamente o prêmio pleiteado.

É importante observar que a parte autora é representada por sua genitora e, sendo a representante empregada, porém desde o dia **30 de maio de 2018**, vem faltando horas de trabalho para que assim consiga enfrentar filas e enviar os documentos requeridos.

No que se refere à indenização pela cobertura por morte, esta deve ser paga na sua integralidade, **no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme discriminado nas linhas a seguir.

Ademais, pelas horas de trabalho perdidas e pelo constrangimento sofrido a parte ré deve ser condenada no pagamento de indenização por danos morais como será demonstrado.

Isto posto, constatado em óbito e boletim de ocorrência a morte da vítima, em razão de acidente de trânsito, os autores fazem jus à indenização nos termos da Lei nº 6.194/74, devendo ser a ré condenada a pagar às indenizações requeridas, tudo corrigido monetariamente desde a data do sinistro e juros desde a citação, por ser medida de direito e justiça.



## 2. DO DIREITO.

### 2.1 SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO POR MORTE. DIREITO À INDENIZAÇÃO.

A pretensão autoral se encontra amparada pela Lei nº 6.194/74, pelo art. 7º da Lei 8.441/92 e pela Lei 11.482/2007. E foi a partir da Lei 11.945/2009 que a tabela contida em seu anexo passou a ser utilizada nos casos de indenização pelo seguro DPVAT, para quantificar o valor do seguro devido, tendo sido acidente fatal resultado em morte.

Consta também na Lei nº 6.194/74, em seu art.3º que:

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 3º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: [\(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#); [\(Produção de efeitos\)](#).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#).

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#).

Portanto, os autores desta ação como mencionado nos fatos, filho e companheira do falecido, estão enquadrados em uma das hipóteses de indenização do seguro DPVAT, estipuladas na Lei nº 6.194/74 e cujo art. 3º foi acima referenciado.

### 2.2 DO DANO MORAL

Diante de todo esse transtorno sofrido pelos autores, tendo a genitora do menor que se ausentar emprego, deixando de produzir para seu próprio sustento, tendo que enfrentar as longas filas dos Correios e Telégrafos para atender as exigências reiteradas da parte ré.

Na esperança de que todo esforço, tempo de trabalho perdido e transtorno nas filas dos correios fossem sair tudo dentro dos conformes, uma vez que não há do que duvidar sobre o



herdeiro, não se consegue o resultado chegando ao ponto de não conseguir mais sair do trabalho para resolver as tais pendências.

Não somente pelo tempo perdido nas filas e pelas horas de trabalho deixadas de lado, mas também pelo constrangimento de estar esperando a mais de 11 meses (quase 01 ano) pelo pagamento de uma indenização do seguro DPVAT que é inconteste, uma vez que é resultante de óbito.

Como se sabe, a moral é reconhecida como bem jurídico, recebendo dos mais diversos diplomas legais a devida proteção, inclusive amparada pelo art. 5º, inc. X, da Carta Magna/1988: “São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.”

“Dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denominada Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.” (CAHALI, 2011, pag. 28).<sup>1</sup>

“O dano moral direto consiste na lesão a um interesse que visa a satisfação ou o gozo de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade (como a vida, a integridade corporal e psíquica, a liberdade, a honra, o decoro, a intimidade, os sentimentos afetivos, a própria imagem) ou nos atributos da pessoa (como o nome, a capacidade, o estado de família). Abrange, ainda, a lesão à dignidade da pessoa humana (CF/88, art. 1º, III).” (DINIZ, 2008, p. 93).<sup>2</sup>

Ora, não resta dúvidas de que há a existência a partir da análise do caso de dano moral e, por isso, pede indenização dos danos causados à proponente desta ação.

### 3. PEDIDOS.

**PELO EXPOSTO**, requer a V. Exa.:

**A)** A concessão do benefício da **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**, vez que não possui condições de suportar as eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de seus familiares, fazendo jus, pois, ao teor do disposto no inciso LXXIV do art. 5º da Carta Magna

<sup>1</sup> CAHALI, Yussef Said. **Dano moral**. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2011.

<sup>2</sup> DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. VII.



e do art. 2º (*caput* e §2º) da Lei nº 1.060/50, nomeando o(s) profissional(is) signatário(s) seu(s) assistente(s) judiciário(s);

**B)** A citação da ré no endereço mencionado para, querendo, responder à presente pretensão no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

**C)** condenar a ré ao pagamento do valor do seguro DPVAT no montante de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, valor esse referente ao não pagamento da cobertura por morte, valores estes que deve ser acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, nos termos das Súmulas 43 e 54 do STJ;

**D)** Condenar a ré no pagamento de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)** de indenização pelos danos morais sofridos pelos autores;

**E)** a produção de toda e qualquer prova em direito permitida, inclusive, prova testemunhal, juntada de novos documentos que se fizerem necessários, atestando-se, desde já, a autenticidade dos documentos que seguem em anexo;

**F)** a condenação da ré na verba honorária de 20% sobre o valor da causa.

**Dá-se à causa o valor de R\$ 28.500,00 (vinte oito mil e quinhentos reais)**

Nestes termos, PEDE DEFERIMENTO.

Sapé/PB, 26 de dezembro de 2018.

**BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL**  
**OAB/PB 18.154**



## PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

**OUTORGANTE:** CLAUDIA BARBOSA DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 027.859.814-56, RG nº 2202320, SSP/PB, residente e domiciliada na Rua José Ayres de Alencar, 185, Centro, Sapé-PB, CEP: 58340-000.

**OUTORGADOS:** BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 048.860.664-02 e na OAB/PB sob o nº 18.154, com escritório profissional na Rua Padre Zeferino Maria, 261, Centro, Sapé-PB, CEP: 58340-000, onde recebe intimações de estilo.

**PODERES:** Por este instrumento o(a) Outorgante supra qualificado, nomeia e constitui os Outorgados acima identificados, seus bastantes procuradores, conferindo-lhes os mais amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "Ad Judicia Et Extra", para agirem, em conjunto ou separadamente, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, como também confessar, transigir, desistir, renunciar ao direito em que se funda a ação, firmar acordos ou compromissos, representar o mesmo perante os Órgãos ou Entes Públicos, em especial ao INSS para fins de requerer documentos, laudos médicos, recorrer, realizar agendamento, fazer alterações cadastrais, promover reivindicações e impugnações, prestar lícitos compromissos, promover requerimentos administrativos, receber e dar quitação, requerer declarações e toda e qualquer outra documentação indispensável à prova do seu direito, assinar todos os documentos necessários para requerer, em juízo ou fora dele, tudo o que for de direito, além de outros não expressamente constantes nesse mandato. Os poderes aqui descritos poderão ser substabelecidos no todo ou em parte, com ou sem reservas, dando tudo por bom, firme e valioso, para o fiel cumprimento deste mandato.

**DECLARAÇÃO:** O(a)s outorgantes(s) DECLARA(M), para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei nº 1.060 de 1950.

Sapé-PB, 12 de DEZEMBRO de 2018.

x Claudia Barbosa de Lima  
OUTORGANTE







## PROCURAÇÃO

"AD JUDICIA ET EXTRA"

**OUTORGANTE** SELTON LUIS GABRISA DA COSTA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, INSCRITO NO CPF

508 Nº 701.009.464-02 e RG 508 Nº 4.462.865.555/1B, RESIDENTE NO RUA SUA  
GEMTORA CLAUDIA GABRISA DE LIMA, BRASILEIRA, INSCRITA NO CPF 508 Nº 027.859.874-56  
e RG 508 Nº 2.002.320.559/1B, AGENDANDO-SE DOMINGUINHOS NA RUA JOSÉ AYRES DE  
ALCANTARA, 185, CENTRO, SAPE-PA, CEP 58.340-000.

**OUTORGADOS:** BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL, BRASILEIRO, CASADO, INSCRITO  
NO CPF 508 Nº 048.860.864-02 e NA OAB/PA SOC Nº 18.154, COM ESCRITÓRIO PROFISSIONAL NA  
RUA PAC E ZEFELINO MARTEL, 281, CENTRO, Sape-PA, CEP 55340-000, ONCE RECEBE INTIMAÇÕES DE  
JULGAMENTO.

**PODERES:** Por este instrumento o(a) Outorgante supra qualificado, nomeia e constitui os  
Outorgados acima identificados, seus bastantes procuradores, conferindo-lhes os mais amplos  
poderes para o todo em geral, com e cláusula "Ad Judicia Et Extra", para agirem, em conjunto  
ou separadamente, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de  
direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final  
decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, como também confessar, transigir,  
cessar, renunciar ao direito em que se funda a ação, firmar acordos ou compromissos,  
representar o mesmo perante os Órgãos ou Entes Públicos, em especial ao INSS para fins  
de requerer documentos, laudos médicos, respostas, realizar agendamento, fazer  
alterações cadastrais, promover remoções e impugnações, prestar licitos compromissos,  
promover requerimentos administrativos, receber e dar quitação, requerer declarações e toda e  
qualquer outra documentação indispensável a prova do seu direito, assinar todos os  
documentos necessários para requerer em juízo ou fora dele, tudo o que for de direito, além  
de outros não expressamente constantes nesse mandato. Os poderes aqui cedidos poderão  
ser sucedidos no todo ou em parte, com ou sem reservas, dando tudo por bom, firme e  
valioso, para o fiel cumprimento deste mandato.

**DECLARAÇÃO:** O(a) Outorgante(s), DECLARAM, para todos os fins de direito e sob as  
penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes à presente ação,  
nem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judicial,  
indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo  
21, da Lei nº 1.030 de 1980.

Sape-PA, 12 de DEZEMBRO de 2018.

*Assinado eletronicamente por: BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL*

## DECLARAÇÃO

EU, CLAUDIA BARBOSA DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 027.859.814-56, RG nº 2202320, SSP/PB, residente e domiciliada na Rua José Ayres de Alencar, 185, Centro, Sapé-PB, CEP: 58340-000, DECLARO, nos termos da Lei nº 7.115/1983 c/c a Lei nº 1.060/50, para os devidos fins, de que sou pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício do sustento meu e de minha família.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Sapé-PB, 15 de janeiro de 2018.

  
Declarante







# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS SERVIÇO REGISTRAL "ALFREDO COUTINHO"

Rua Orcine Fernandes, 163 - 1º andar - salas 217/219 - tel. 0xx83-3283-3396

"Mel Shopping" - centro - CEP 58.340-000

Email: [hermanni@terra.com.br](mailto:hermanni@terra.com.br)

SAPE - PARAÍBA

SERVIÇO REGISTRAL "ALFREDO COUTINHO"  
Del. Hermann Torres Coutinho  
Registrador Titular  
Francisco de Almeida Coutinho  
Registrador Substituto  
Sapé - Paraíba

### CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Certifico que às fls. 173, sob o nº 45923, do livro nº A-57 de assentamentos de nascimentos, está registrado o de

**SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA,**

do sexo masculino, ocorrido no dia (25) vinte e cinco de outubro de dois mil e sete (2007), às dezessete horas e trinta e quatro minutos (17:34 h), no Hospital Edson Ramalho, em João Pessoa-PB, declaração de nascido vivo nº 40601612,

O registrando é filho

de JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA  
natural de Marí - PB  
e de CLAUDIA BARBOSA DE LIMA  
natural de Marí - PB

sendo avós

paternos .....  
e Josineide da Costa Ferreira  
e maternos Luis Miguel de Lima  
e Severina Barbosa de Lima

OBSERVAÇÕES: Registro feito no dia 9 de novembro de 2007.

O referido é verdade e dou fé.

Sapé, 9 de novembro de 2007

CARTÓRIO ALFREDO COUTINHO  
REGISTRO CIVIL  
NOVO ENDEREÇO  
Rua Orcine Fernandes, 163 - 1º andar  
MEL SHOPPING - Salas 217 - 219  
TEL: (83) 3283-3396  
Sapé - Paraíba

Bel. Hermann Torres Coutinho  
Oficial Titular

FARPEN

FARPEN

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

255403







VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	4.462.865	DATA DE EXPEDIÇÃO	03/03/2017
NOME	SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA		
FILIAÇÃO	JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA CLAUDIA BARBOSA DE LIMA		
NATURALIDADE	JOÃO PESSOA-PB	DATA DE NASCIMENTO	25/10/2007
DOC ORIGEM	NASC.N. 45923 FLS.173 LIV.A 57 CARTORIO SAPE-PB		
CPF	701.009.464-02		


João Pessoa - PB

*Marcus A. B. Lacet Jr.*  
Chefe do Núcleo de  
Liber. Civil e Criminal  
20/08/83

O +





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
 **Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas 

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
**027.859.814-56**

Nome  
**CLAUDIA BARBOSA DE LIMA**

Nascimento  
**17/06/1977**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



## DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - : Nº 015.192.946



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 - Insc.Est. 16.015.823-0

### DADOS DO CLIENTE

CLAUDIA BARBOSA DE LIMA  
RUA JOSE AYRES DE ALENCAR 185  
SAPE

### CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

**5/621887-9**

### REFERÊNCIA

**NOV/2018**

### APRESENTAÇÃO

**08/11/2018**

### CONSUMO

**515**

### VENCIMENTO

**16/11/2018**

### TOTAL A PAGAR

**R\$ 445,89**

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)



DESTAQUE AQUI

CLAUDIA BARBOSA DE LIMA

Roteiro: 04-051-020-2380

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 10/12/2018

### VENCIMENTO

16/11/2018

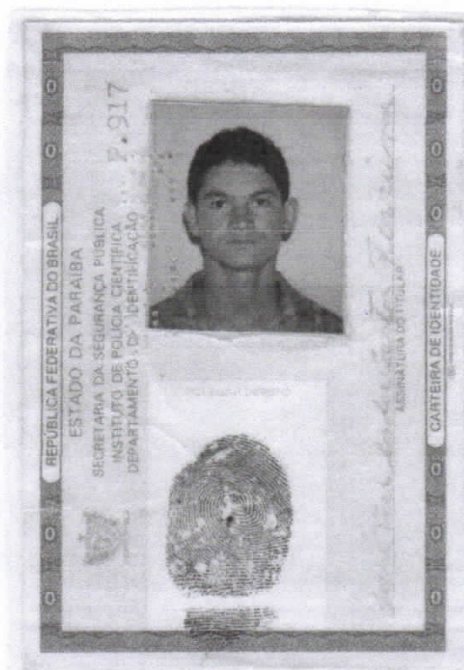
### TOTAL A PAGAR

R\$ 445,89

### MATRÍCULA

621887-2018- 11-6





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2533891 DATA DE EXPEDIÇÃO 17 MAR. 1998

NOME JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA  
 Filiação Josineide da Costa Ferreira

Naturalidade Marí-PB DATA DE NASCIMENTO 26.07.1980

Nascim. 9136-Fls. 172-Liv. A-11-Cart.  
 de Sobrado-PB

CNE

Assinatura do Diretor

LEI Nº 7.446 DE 29/08/85

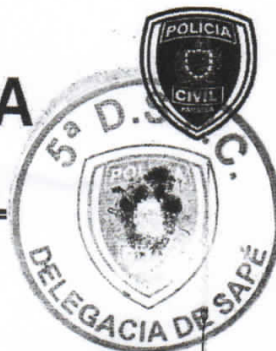












**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

Livro nº 001/2018  
Ocorrência nº 360/2018

Aos (26) VINTE E SEIS dias de FEVEREIRO (02) de DOIS MIL E DEZOITO, nesta cidade de SAPE/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **MANOEL CARLOS DA SILVA NETO**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) do seu cargo, aí, por volta 14:20 hs, compareceu a PESSOA a seguir qualificada: **CLAUDIA BARBOSA DE LIMA**, Identidade nº 2202320- SSP/PB CPF nº 027.859.814-56, nacionalidade, brasileira, estado civil: UNIÃO ESTÁVEL, profissão: FUNCIONÁRIA PÚBLICA, filho(a) LUIZ MIGUEL DE LIMA e de SEVERINA BARBOSA DE OLIVEIRA, natural de MARI/PB, nascido(a) em 17/06/1977, do sexo FEMININO, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Jose Aires de Alencar, 185, Centro, Sapé/PB. Telefone:(91982350), a quem lhe foi esclarecido a respeito das cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: **ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA FATAL**
- 2) DATA DO FATO: **07/01/2018**
- 3) HORÁRIO: **18:30**
- 4) LOCAL: **NA RODOVIA PB 073 SOBRADO/PB**

5) BREVE RESUMO DO FATO:

QUE convivía maritalmente com a pessoa de **JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA, RG: 2533891-SSP/PB, CPF: 058.307.144-93, conhecido por "VAL"**, residente a rua José Aires de Alencar 185-Centro- Sapé/PB, por cerca de quinze anos; QUE no dia 07 de Janeiro de 2018, VAL saiu de sua casa por volta das 15h30min dizendo que iria dormir na casa dos pais dele, no Sítio Antas do Sono, Cidade de Sobrado; QUE, por volta das 19h30min a declarante tomou conhecimento de que VAL pilotava uma **MOTO DE MARCA HONDA/CG 125 FAN KS, DE COR PRETA DE PLACA OGA9585/PB, CHASSÍ: 9C2JC4110DR412613** e nas margens da Rodovia/PB 073, PRÓXIMO A Cidade de Sobrado, VAL perdeu o controle da referida Moto e caiu ao solo, onde veio a óbito no local; QUE o corpo foi levado para o DML e a Perícia se fez presente; QUE, VAL não era habilitado e gostava de ingerir bebida alcoólicas, porém isso só acontecia nos finais de semana; Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

*Claudia Barbosa de Lima*  
**CLAUDIA BARBOSA DE LIMA**  
Comunicante

**CF** Feliciano da Silva  
Serviço Notarial e Registral

Autentico a presente copia, reprodução fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade.  
Sape-PB 28/05/2018 15:11:31  
Vandilce Cavalcante de Freitas Santos - Escrevente  
(2018-004385) ENUL:R\$ 2,37 FANPEN:R\$ 0,28 FEPJ:R\$ 0,47  
SELO DIGITAL: AGY85856-238H  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Av. Com. Renato Ribeiro Coutinho, 1746  
Fone: (83) 3283-2341/3513-563  
CEP 58540-000-Sape-PB



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS  
Ag: 30301297 - AC SAPE  
SAPE - PB  
CNPJ....: 34028316373481 Ins Est.: 160745500

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU  
CNPJ/CPF.....: 09248608000104  
Doc. Post.....: 281563427  
Contrato....: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709  
Cartao...: 62267655

Movimento...: 30/05/2018 Hora.....: 10:53:03  
Caixa.....: 86674932 Matrícula...: 84785004  
Lancamento...: 020 Atendimento: 00013  
Modalidade...: A Faturar ID Tiquete...: 1478484696

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	21,75+
Valor do Porte(R\$)...	21,75	
Peso real (G).....	110	
CNPJ/CPF Remet.: 05830714493		
Nome Remetente.: JOSIVALDO DA COSTA FERREIR		
Cont. Nome.....: A		
Endereço Remet.: RUA JOSE AYRES DE ALENCAR,		
Cont Endereço...: 185 - CENTRO		
Cep Remetente...: 58340-000		
Cidade Remet....: SAPE		
UF Remet.....: PB		
POSTAL RESPOSTA DPV	1	29,31+
Valor do Porte(R\$)...	29,31	
Cep Destino: 20031-205 (RJ)		
Peso real (G).....	110	
OBJETO.....: DY144108600BR		

DY 14410860 0 BR

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 51,06

Valor Declarado não solicitado(R\$)  
No caso de objeto com valor,  
utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima  
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante  
apresentação de fatura. Os valores constantes  
deste comprovante poderão sofrer variações de  
acordo com as cláusulas contratuais

Nome: RG:  
Ass. Responsável.....

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo! Baixe o APP de Pré-Atendimento d  
os Correios. E  
Recomenda cilíndrica ou esférica i  
Implica cobrança adicional de R\$ 20,00.

VIA-CLIENTE SARA 7.8.01





ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS  
Ag: 30301297 - AC SAPE  
SAPE - PB  
CNPJ..... 34028316373481 Ins Est.: 160745500

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente..... SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU  
CNPJ/CPF..... 09248608000104  
Doc. Post..... 3180269484  
Contrato... 9912280636 Cod. Adm.: 11205709  
Cartao... 62267655

Movimento... 18/06/2018 Hora..... 14:51:52  
Caixa..... 86927042 Matrícula... 84785004  
Lancamento... 032 Atendimento: 00015  
Modalidade... A Faturar ID Tiquete: 1486237109

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	21,75+
Valor do Porte(R\$)...	21,75	
Peso real (G).....	40	
CNPJ/CPF Remet : 02785981456		
Nome Remetente : CLAUDIA BARBOSA DE LIMA		
Endereço Remet : RUA JOSE AIRES DE ALENCAR,		
Cont. Endereço : 185 - CENTRO		
Cep Remetente... 58340-000		
Cidade Remet... SAPE		
UF Remet..... PB		
POSTAL RESPOSTA DPV	1	29,31+
Valor do Porte(R\$)...	29,31	
Cep Destino: 20031-205 (RJ)		
Peso real (G).....	40	
OBJETO..... DY144110974BR		

DY 14411097 4 BR

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 51,06

Valor Declarado não solicitado(R\$)  
No caso de objeto com valor,  
utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima  
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante  
apresentação de fatura. Os valores constantes  
deste comprovante poderão sofrer variações de  
acordo com as cláusulas contratuais

Nome: RG:  
Ass. Responsável.....

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo! Baixe o APP de Pré-Atendimento d  
os Correios. E  
Recomenda cilíndrica ou esférica i  
Implica cobrança adicional de R\$ 20,00.

VIA-CLIENTE

SARA 7.8.01



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS  
Ag: 30301297 - AC SAPE  
SAPE - PB  
CNPJ.....: 34028316373481 Ins Est.: 160745500

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU  
CNPJ/CPF.....: 09248608000104  
Doc. Post.....: 3180269484  
Contrato....: S912280636 Cod. Adm.: 11205709  
Cartao....: 62267655

Movimento...: 06/07/2018 Hora.....: 10:01:16  
Caixa.....: 87222557 Matrícula...: 84785004  
Lancamento..: 021 Atendimento: 00013  
Modalidade..: A Faturar ID Tiquete.: 1494690482

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	21,75+
Valor do Porte(R\$)...	21,75	
Peso real (G).....	25	
CNPJ/CPF Remet : 02785981456		
Nome Remetente.: CLAUDIA BARBOSA DE LIMA		
Endereço Remet.: RUA JOSE AIRES DE ALECNAR,		
Cont. Endereço...: 185 - CENTRO		
Cep Remetente...: 58340-000		
Cidade Remet....: SAPE		
UF Remet.....: PB		
POSTAL RESPOSTA DPV	1	29,31+
Valor do Porte(R\$)...	29,31	
Cep Destino: 20031-205 (RJ)		
Peso real (G).....	25	
OBJETO.....: DY285143351BR		

DY 28514335 1 BR

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 51,06

Valor Declarado não solicitado(R\$)  
No caso de objeto com valor,  
utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima  
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante  
apresentação de fatura. Os valores constantes  
deste comprovante poderão sofrer variações de  
acordo com as cláusulas contratuais

Nome: RG:  
Ass. Responsável.....

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo! Baixe o APP de Pré-Atendimento d  
os Correios. E  
ncomenda cilíndrica ou esférica i  
mplica cobrança adicional de R\$ 20,00.

VIA-CLIENTE SARA 7.8.01



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS  
Ag: 30301297 - AC SAPE  
SAPE  
- PB  
CNPJ: 34028316373481 Ins. Est.: 160745500

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente: SEGURADORA LIDER CONSOR. SEGU  
CNPJ/CPF: 03248606000104  
Doc. Post.: 31802839484  
Contrato: 9912280635 Cod. Adm.: 11205709  
Cartão: 62267655

Movimento: 25/07/2018 Hora: 14:34:52  
Caixa: 87487704 Matrícula: 84785004  
Lancamento: 026  
Modalidade: A Faturar ID Tiquete: 1503142299

DESCRÇÃO	QTD.	PREC.(R\$)
SEGURO DPVAT ATE 30	1	21,75+
Valor do Porte(R\$):		21,75
Peso real (G):		25
CNPJ/CPF Remet: 02785981456		
Nome Remetente: CLAUDIA BARBOSA DE LIMA		
Endereco Remet: RUA JOSE AYRES DE ALENCAR		
Cont Endereco: 185 - CENTRO		
Cap Remetente: 53340-000		
Cidade Remet: SAPE		
UF Remet: PB		
POSTAL RESPOSTA DPV	1	29,00+
Valor do Porte(R\$):		29,00
Cap Destino: 20031-205 (RJ)		
Peso real (G):		25
OBJETO: DY285143586BR		

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 50,75

Valor Declarado não solicitado(R\$)  
No caso de objeto com valor.  
Utilize o serviço adicional de valor declarado

A FATURAR  
Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima  
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante  
apresentação de fatura, os valores constantes  
deste comprovante poderão sofrer variações de  
acordo com as cláusulas contratuais  
Nome:  
Ass. Responsável:  
SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo! Pague o AFP de Pre-Atendimento d  
os Correios!  
Recomenda cilindrica ou esférica  
Múltipla cobrança adicional de R\$ 20,00.

VIA-CLIENTE  
SARA 7.8.01



VIA-CLIENTE

Garne Temp. Baixo o AT de Pre-Atendimento d  
os Corretores  
modenda cilindrica ou estetica  
mplica cobrança adicional de R\$ 20,00.

SERV. FOSFAT. DIA 01/11/2018 R\$ 30,78

Ass. Responsavel  
Nome:  
RG:  
acordo com as cláusulas contratuais  
deste comprovante poderá sofrer variações de  
apresentação de fatura, os valores constantes  
prestação(s) qual(is) pagarei mediante  
Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima

A FATURAR  
utilize o serviço adicional de valor declarado.  
No caso de objeto com valor,  
Valor Declarado não solicitado(R\$)

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$)

DESCRICA  
010. PRECO(R\$)  
STAGRO D-VAT ATE 30  
Valor do Portefólio: 23,26  
Peso real (g): 100  
CNPJ/CPF Remet: 7070446402  
Nome Remetente: SETEN LUIZ BARBOSA  
Endereço Remet: RUA JOSE LOPES DE QUEMAD  
Cont. Enderec.: 85 - RENATO RIBEIRO  
Cep Remetente: 53340-000  
Cidade Remet.: SAFE  
UF Remet.: PB  
POSTAL RESPOSTA DPV  
1 29,0  
Valor do Portefólio: 29,00  
Cep Destino: 20631-205 (RJ)  
Peso real (g): 100  
OBJETO: DY 144109738 BR

Cliente: STAGRO LIDER CONSOR SEGU  
CNPJ/CPF: 0024300000104  
Doc. Post.: 289083335  
Contrato: 9412280630 Cod. Adm: 11205709  
Cartão: 62267655  
Movimento: 02/08/2018 Hora: 14:47:19  
Caixa: 8700815 Matrícula: 84782780  
Lançamento: 0002  
Modalidade: A Faturar ID Tráfego: 150972807

COMPROVANTE DO CLIENTE

ECT - EMI, BRAS. DE CREDITO - CEF  
A9: 30301297 - AC SAFE  
SAFE  
CNPJ: 3028316373481 Ins. Est.: 180749500

Assinado eletronicamente por: BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL - 26/12/2018 17:29:06

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18122617272312900000017999219

Número do documento: 18122617272312900000017999219



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS  
 AG: 30301297 - AC SAPI  
 CNPJ: 340283163/3481 Ins. Est.: 160745500

CONTRATANTE DO CLIENTE

Cliente: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU  
 CNPJ/CIF: 05245600000104  
 Doc. Post.: 202216704  
 Contrato: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709  
 Cartão: 62267655

Movimento: 24/06/2018 Hora: 15:08:58  
 Caixa: 87951844 Matrícula: 84762780  
 Lançamento: 013 Atendimentos: 00006  
 Modalidade: A Faturar ID Inquete: 1517985751

DESCRICAÇÃO  
 QTD. PRECATORIO  
 SEGURO DE VIDA ATE 30 1 23,26+  
 Valor do Portefólio: 23,26  
 Peso real (b): 50  
 CNPJ/CIF Remet: 02705981456  
 Nome Remetente: CLAUDIA MARCELA DE LIMA  
 Endereço Remet: RUA JOSE ALVES DE ALMEIDA  
 Cont. Endereço: 185 - CENTRO  
 Cep Remetente: 05340-000  
 Cidade Remet: SATE  
 UF Remet: PB  
 POSTAL RESPOSTA BV 1 29,00+  
 Valor do Portefólio: 29,00  
 Cep Destino: 20031-205 (RJ)  
 Peso real (b): 50  
 Objeto: 017556411756R

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 52,26

Valor Declarado nao solicitado(R\$)  
 No caso de objeto com valor  
 utilize o serviço adicional de valor declarado

A FATURAR  
 Reconheço a prestação de(s) serviço(s) acima  
 prestado(s), ou, qual(is) parecer mediante  
 apresentação de fatura, os valores constantes de  
 deste comprovante poderão sofrer variações de  
 acordo com as cláusulas contratuais  
 Nome: RG:  
 Ass. Responsável:

SERV. POSTAIS: DIRETOS E VEMOS-11 6538/78

Ganhe tempo! Baixe o App de Atendimento d  
 as Correios  
 recomenda o aplicativo no estrovia  
 aplica cobrança adicional de R\$ 20,00

VIA-CLIENTE SARA 7.8.01

017556411756R

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Ag: 30301297 - AC SAPE

SAPE - PB

CNPJ.: 34028316373481 Ins Est.: 160745500

COMPROVANTE DO CLIENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER CONSOR SEGU

CNPJ./CPF.: 09248608000104

Doc. Post.: 296885407

Contrato.: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709

Cartao.: 62267655

Movimento.: 01/10/2018 Hora.: 16:07:22

Caixa.: 88484393 Matrícula.: 84762780

Lancamento.: 017

Modalidade.: A Faturar ID Invoice.: 153522871

DESCRICAO QTD. PRECO(R\$)

SEGURO DPVAT ATE 30 1 23,26+

Valor do Porte(R\$): 23,26

Peso real (g): 50

CNPJ/CPF Remet.: 02785981456

Nome Remetente: CLAUDIA BARBOSA DE LIMA

Endereco Remet.: RUA JOSA AIRES DE ALENCAR,

Cont. Endereco.: 185 - CENTRO

Cep Remetente.: 58340-000

Cidade Remet.: SAPE

UF Remet.: PB

POSTAL RESPOSTA DPV 1 29,00+

Valor do Porte(R\$): 23,00

Cep Destino: 20031-205 (RJ)

Peso real (g): 50

OBJETO: DY285144989BR

Postagem ocorreida apos o horario limite de postagem (DH), sera acrescdo 1 (um) dia util ao prazo padrao de entrega

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 52,26

Valor Declarado nao solicitado(R\$)

No caso de objeto com valor, utilize o servico adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheco a prestacao do(s) servico(s) acima

prestado(s), o(s) qual(is) pasarei mediante

apresentacao de fatura. Os valores constantes

deste comprovante poderao sofrer variacoes de

acordo com as clausulas contratuais.

Nome: RG:

Ass. Responsavel:

Postagem ocorreida apos o horario limite de postagem (DH), sera acrescdo 1 (um) dia util ao prazo padrao de entrega

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

DY 28514498 9 BR



**VÍTIMA** JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA

**COBERTURA** Morte

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE**

**INDENIZAÇÃO** SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

**BENEFICIÁRIO** SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA

**CPF/CNPJ:** 70100946402

**Posição em 13-12-2018 12:10:13**

Seu pedido de indenização foi avaliado por nossa equipe técnica e identificamos pendências na documentação apresentada que impedem a conclusão de seu processo. Por favor, regularize os documentos listados abaixo e entregue-os, o quanto antes, no mesmo local onde você deu entrada para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
-----------	------	--------	------

← **Comprovação de** ato declaratório

Vítima

Pendente

← **Autorização de** pagamento

Representante

Pendente

CLAUDIA  
BARBOSA DE  
LIMA

← **Comprovante de** residência

Representante

Pendente

CLAUDIA  
BARBOSA DE  
LIMA







( / )








Buscar no site



Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

### ACESSIBILIDADE

 (/Pages     
/Acessibilidade.aspx) (/Pages

/Atalhos-de-

Teclado.aspx)

### COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas  
Médicas (/Pages  
/Documentacao-  
Despesas-  
Medicas.aspx)Documentos Invalidez  
Permanente (/Pages  
/Documentacao-  
Invalidez-  
Permanente.aspx)Documentos Morte  
(/Pages  
/Documentacao-  
Morte.aspx)Dicas Indispensáveis  
(/Pages/Dicas-  
Indispensaveis-Para-  
Pedir-  
a-Indenizacao.aspx)

Nova Consulta

**Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.**

### PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages  
/Pague-Seguro.aspx)  
Consulta a Pagamentos  
Efetuados (/Pages**SINISTRO 3180269484 - Resultado de  
consulta por beneficiário**

/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)  
Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

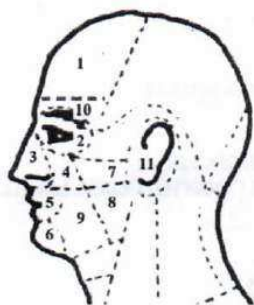
Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)



Serviços	Dúvidas e Respostas	Atendimento
<p>(https://www.seguradoralider.com.br)</p> <p>› Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)</p> <p>(http://www.seguradoralider.com.br/DPVAT/DPVAT-Oficial/)</p> <p>/10845224?trk=tyah&amp;trkInfo=clickedVertical:company%2cclickedEntityId:10845224%2ctid:2-1-2%2ctid:1467409339633%2ctas:SeqC3%ADder)</p> <p>› Consulte a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)</p> <p>› Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)</p> <p>› Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)</p> <p>› Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)</p>	<p>› A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)</p> <p>› Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)</p> <p>› Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)</p> <p>› Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)</p> <p>› Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)</p> <p>› Autoatendimento (/Seguro-DPVAT/autoatendimento)</p>	<p>› Chat - Atendimento On-line (/Contato /Chat-e-Atendimento-On-Line)</p> <p>› Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato /Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)</p> <p>› SAC DPVAT (/Contato /Sac-DPVAT)</p> <p>› Ouvidoria (/Contato /Ouvidoria)</p> <p>› Denúncia de Fraudes (/Contato/Denuncia-de-Fraudes)</p>

Termos de uso e política de privacidade (/Pages/Termos-de-Uso.aspx)





## REGIÕES DA FACE

- |               |                              |
|---------------|------------------------------|
| 1) FRONTAL    | 7) ZIGOMÁTICA                |
| 2) ORBITÁRIA  | 8) MASSETERINA               |
| 3) NASAL      | 9) BUCINADORA                |
| 4) GENIANA    | 10) PALPEBRAL OU SUPERCILIAR |
| 5) LABIAL     | 11) PRÉ-AURICULAR            |
| 6) MENTONIANA |                              |

**DESCRIÇÃO DO EXAME:** O cadáver apresenta integridade do complexo buco-maxilo-facial. Dos condutos auditivos, das narinas e da boca não surge secreção. Ao exame intra-oral, nota-se boa condição de conservação dos elementos dentários e presença de prótese parcial removível em material acrílico e metálico com 02 (dois) dentes artificiais que simulam a presença dos elementos dentários 11 e 21. O odontograma encontra-se descrito em anexo.

Dr(a). Fernanda Maria Torreão de V. Leite  
Perito Oficial Odonto-Legal  
Mat:168.251-2 CRO 4078/PB



**Feliciano da Silva**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade.  
Sape-PB 25/05/2018 10:21:53  
Maria de Lourdes Castro Gusmão - Escrevente  
(2018-004369) ENL:R\$ 2,37 FAREM:R\$ 0,28 FERJ:R\$ 0,67  
SELO DIGITAL: AGY85840-DND5  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Rua Com. Renato Ribeiro Coutinho, 1746 - Centro - São  
Paulista - CEP: 58.340-000 - Sape-PB

**UNICO**  
Severina Lúcia M. Feliciano da Silva  
Tabelião Substituto  
Maria de Lourdes Castro Gusmão  
Escrevente  
Rua Com. Renato Ribeiro Coutinho, 1746  
Fone: (83) 3283-2341/9513-3163  
CEP 58340-000-Sape-PB





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL  
GERÊNCIA OPERACIONAL DA CENTRAL DE PERÍCIAS MÉDICA E ODONTOLÓGICA LEGAL

C: 17418

### LAUDO TANATOSCÓPICO Secção de Odontologia

Data do exame: 08/01/2018 Hora do exame: 07:55

Órgão Requisitante: DP de Sapé/PB. Nº da Solicitação: 006/2018. Autoridade Solicitante: Frederico Claudio de Melo Magalhães. Nome: JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA, 37 anos, filho(a) de: não declarado e de: Josineide da Costa Ferreira. Sexo: Masculino. Estado civil: Solteiro(a). Nacionalidade: brasileira. Natural de: Sapé/PB. Profissão: ignorado.

#### DADOS CARACTERÍSTICOS:

Rosto: Oval. Sobrancelhas: semi-retas. Pálpebras: semi-abertas. Íris: castanhos. Cor: parda. Pupilas: dilatadas. Conjuntivas: brilhantes. Nariz: mesorrino. Boca: média. Lábios: finos. Arco senil: não. Barba: não tem. Bigode: não tem.

Dentes Permanentes															
D							E								
18	17	16	15	14	13	12	11	21	22	23	24	25	26	27	28
48	47	46	45	44	43	42	41	31	32	33	34	35	36	37	38
R	R		H	H	H	H	H	H	H	H	H	H		R	H

Dentes Decíduos										Códigos				
D					E									
55	54	53	52	51	61	62	63	64	65					
85	84	83	82	81	71	72	73	74	75					

- - Restauração
- O - Cárie
- X - Extração
- RR - Resto radicular
- A - Ausente

*glarte*

**Feliciano da Silva**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Autentico a presente copia, reproducao fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade.  
Sapé-PB 25/05/2018 10:21:53  
Maria de Lourdes Castro Gusmão - Escrevente  
[2018-004368] ENL:R\$ 2,37 FAFPEH:R\$ 0,28 FEPJ:R\$ 0,47  
SELO DIGITAL: AG185839-FMUM  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.net.br>

Rua Com. Renato Ribeiro Coutinho, 1746  
Sapé-PB - CEP: 58.340-000 Fone: (83) 3283-2541/9313-3163  
CEP 58.340-000-Sapé-PB

**CARTEIRO ÚNICO**  
Maria de Lourdes Castro Gusmão  
Escrevente







**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO DE CADÁVER

<b>DADOS DA OCORRÊNCIA</b>	<b>ORIGEM DO CADÁVER</b> <input type="checkbox"/> LOCAL DE MORTE VIOLENTA PERICIAADO <input type="checkbox"/> LOCAL DE MORTE VIOLENTA NÃO PERICIAADO <input type="checkbox"/> SVO / UNIDADE DE SAÚDE		<b>ARMA UTILIZADA</b> <input type="checkbox"/> ARMA DE FOGO <input type="checkbox"/> ARMA BRANCA <input checked="" type="checkbox"/> OUTROS OBJETOS:		<b>DATA</b> 07/01/18 <b>HORA</b> 19:00
	LOCAL PRINCIPAL DA OCORRÊNCIA (via pública, residência, bar, etc.)		LOGRADOURO (rua, avenida, rodovia, etc.) PB-073		
	NÚMERO	COMPLEMENTO (APTO, SALA, ANDAR, ETC.)	BAIRRO		
	LOCALIDADE / COMUNIDADE		MUNICÍPIO / UF SABRADO/PB		
	PONTO DE REFERÊNCIA		LATITUDE		LONGITUDE
<b>DADOS DA VÍTIMA</b>	NOME JOSIVALDO DA SILVA		APELLIDO		
	MÃE				
	SEXO <input checked="" type="checkbox"/> MASCULINO <input type="checkbox"/> FEMININO <input type="checkbox"/> IGNORADO	DATA NASCIMENTO 26/11/1980	IDADE APARENTE	IDENTIDADE 7633891	
	CPF	COR DA PELE / ETNIA <input type="checkbox"/> PRETA <input type="checkbox"/> PARDA <input type="checkbox"/> BRANCA <input type="checkbox"/> AMARELA <input type="checkbox"/> INDÍGENA			
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO</b> Rafael F. S. MATRÍCULA Nº ORGÃO <input type="checkbox"/> GRECRIM / NUCRIM <input type="checkbox"/> PC <input type="checkbox"/> UNIDADE DE SAÚDE <input type="checkbox"/> SVO <input type="checkbox"/> OUTRO 1599534 ASSINATURA		<b>DELEGADO DE POLÍCIA (NOME)</b> MATRÍCULA Nº ASSINATURA CORPO ENCAMINHADO PARA <input type="checkbox"/> GEMOL <input type="checkbox"/> NUMOL			

03.01.01.012018-00645

Nic 2935



**Feliciano da Silva**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Rua Com. Renato Ribeiro Coutinho, 1746  
Paráíba - CEP: 58340-000 - Paraíba  
Sócio: Lucia M. Feliciano da Silva  
Tabela

Autentico a presente copia, reprodução fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade.  
Sape-PB 25/05/2018 10:21:53  
Maria de Lourdes Castro Gusmão - Escrevente  
[2018-004367] EPOL:R\$ 2,37 FAPEN:R\$ 0,20 FEPJ:R\$ 0,47  
SELO DIGITAL: AGY85838-LEED  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

**ARTÓRIO ÚNICO**  
Sociedade Lucia M. Feliciano da Silva  
Tabela Substituta  
Maria de Lourdes Castro Gusmão  
Escrevente  
Av. Com. Renato Ribeiro Coutinho, 1746  
Fone: (83) 5243-2341/9313-3163  
CEP: 58340-000-Sape-PB





JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA

Laud n°: 03.01.01.012018.00645

RESPOSTAS AOS QUESITOS:

- 1 - SE HOUVE MORTE? SIM
- 2 - QUAL A CAUSA DA MORTE? ANEMIA AGUDA/ LESÃO VASCULAR E PULMONAR/ TRAUMA TORÁCICO.
- 3 - QUAL O INSTRUMENTO OU MEIO QUE PRODUZIU A MORTE? AÇÃO CONTUNDENTE.
- 4 - SE FOI PRODUZIDA POR MEIO DE FOGO, VENENO, EXPLOSIVO, ASFIXIA, TORTURA OU OUTRO MEIO INSIDIOSO OU CRUEL? PREJUDICADO.

E para constar foi exarado o presente laudo que segue devidamente rubricado com versos em branco e assinado pelo(a) perito(a) anteriormente nomeado(a).

  
Dr(a).Francisca Divina Silveira de Melo  
Perito Oficial Médico-Legal  
Mat:078.463-0 CRM 3272/PB

 **Feliciano da Silva**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Autentico a presente copia, reproducao fiel do original

apresentado. Em testemunho da verdade.

Sape-PB 25/05/2018 10:21:52

Maria de Lourdes Castro Gusmão - Escrevente

[2018-004366] ENL:R\$ 2,37 FAPEN:R\$ 0,28 FEPJ:R\$ 0,47

SELO DIGITAL: AGY85837-AHHS

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.rs.br>

Rua Com. Renato Ribeiro Coutinho, 1746  
Parabá - CEP: 58.540-000 - Paraíba  
Sociedade Ltda. Marcilene Feliciano da Silva  
LACERDA

**CARTÓRIO ÚNICO**  
Sociedade Ltda. Marcilene Feliciano da Silva  
Substituto  
Maria de Lourdes Castro Gusmão  
Escrevente  
Com. Renato Ribeiro Coutinho, 1746  
Parabá - CEP: 58.540-000 - Paraíba  
CNPJ: 08.3283523/0001-93  
CEP: 58.540-000 - Sape - PB





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL  
GERÊNCIA OPERACIONAL DA CENTRAL DE PERÍCIAS MÉDICA E ODONTOLÓGICA LEGAL

C: 17418

## LAUDO TANATOSCÓPICO

Dr. Fábio de Almeida Gomes, Gerente executivo / João Pessoa atendendo a solicitação expedida da(o) DP de Sapé/PB de nº 006/2018 datada de: 07/01/2018, designou um(a) Perito(a) Oficial Médico-Legal para proceder o exame cadavérico no corpo que nos foi apresentado como sendo de: JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA, Nacionalidade: brasileira, Estado civil: Solteiro(a), 37 anos, natural de: Sapé/PB, sexo: Masculino, Raça/cor: pardo. filho/a de: não declarado e Josineide da Costa Ferreira, residente na Rua Jose Aires de Alencar, 185 Centro Sapé/PB, descrevendo com verdade, e com todas as circunstâncias, o que encontrar, descobrir e observar e, bem assim responder aos quesitos no final formulados.

**HISTÓRICO:** Vítima fatal em acidente automobilístico, fato ocorrido no dia 07.01.2018, por volta das 17:30hs, às margens da Rodovia PB 073, próximo à cidade de Sobrado/PB, no qual populares informaram que o mesmo conduzia a motocicleta Honda/CG 125 FAN KS de cor preta, placa OGA-9585/PB, quando perdeu o controle e caiu ao solo.

Exame realizado em: 08/01/2018 às 07:55h.

### I - INSPEÇÃO EXTERNA:

Cadáver de sexo masculino, de cor parda, que mede 175cm de estatura; trajando calça jeans, camisa listrada e cueca branca, está em rigidez cadavérica e mostra livores violáceos de hipóstase em dorso; estando o cadáver em boas condições de análise. O couro cabeludo dá implantação a cabelos castanhos e não apresenta sinais externos de violência. Pálpebras cerradas, globos oculares exibindo córneas transparentes, pupilas dilatadas, íris na cor castanho, escleróticas e conjuntivas brilhantes. Dos condutos auditivos; das narinas e da boca não surge secreção. Face: íntegra. Exame Odonto Legal em anexo. O pescoço não permite a execução de movimentos anormais. O tórax apresenta escoriações em região torácica direita. Abdômen: escoriações em flanco direito. Genitália externa: masculina e íntegra. Membros superiores: escoriações no braço e mão à direita e fratura no terço proximal deste braço e, escoriações no braço e antebraço esquerdos. Membros inferiores: íntegros. Dorso: escoriações na região lombar e supra escapular à direita.

### II - INSPEÇÃO INTERNA:

**CAVIDADE TÓRACO-ABDOMINAL:** Feita incisão fúrculo-pubiana, dissecados os planos músculos-cutâneos das paredes e retirado o plastrão condro esternal verifica-se volumoso hemotórax à direita, acentuada contusão hemorrágica no pulmão direito e ruptura traumática em aorta torácica. O pulmão esquerdo e os órgãos e vísceras do abdome estão íntegros. Exames complementares: alcoolemia. Terminada a necropsia e após a reconstituição do cadáver, passa o(a) perito(a) a responder aos quesitos:



Feliciano da Silva  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado, Em testemunho da verdade.  
Sapé-PB 25/05/2018 10:21:52

Maria de Lourdes Castro Gusmão - Escrevente  
[2018-004365] EMUL:R# 2.37 FANFEH:R# 0.28 FEPJ:R# 0.47  
SELO DIGITAL: 46Y85836-91PK

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tpb.jus.br>

Cartório Unico  
Renato Ribeiro Coutinho, 1746  
3283-2341 / 3313-363  
Escrevente





*copier*



GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL  
GERÊNCIA OPERACIONAL DA CENTRAL DE PERÍCIAS MÉDICA E ODONTOLÓGICA LEGAL

## LAUDO CADAVERÍCO

Laud n° 03.01.01.012018.00645

JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA

Órgão requisitante: DP de Sapé/PB  
Dr(a): Frederico Claudio de Melo Magalhães

Remeter para:  
Ilmo(a) Senhor(a).  
Dr(a) Delegado Titular  
DP de Sapé/PB



**Feliciano da Silva**  
Serviço Notarial e Registral

Rua Com. Renato Ribeiro Coutinho, 1746  
Paraná - CEP: 58.340-000 Paraíba  
Serenilda Lucia M. Feliciano da Silva  
Tabela II

Autentico a presente copia, reprodução fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade.

Sapé-PB 25/05/2018 10:21:53

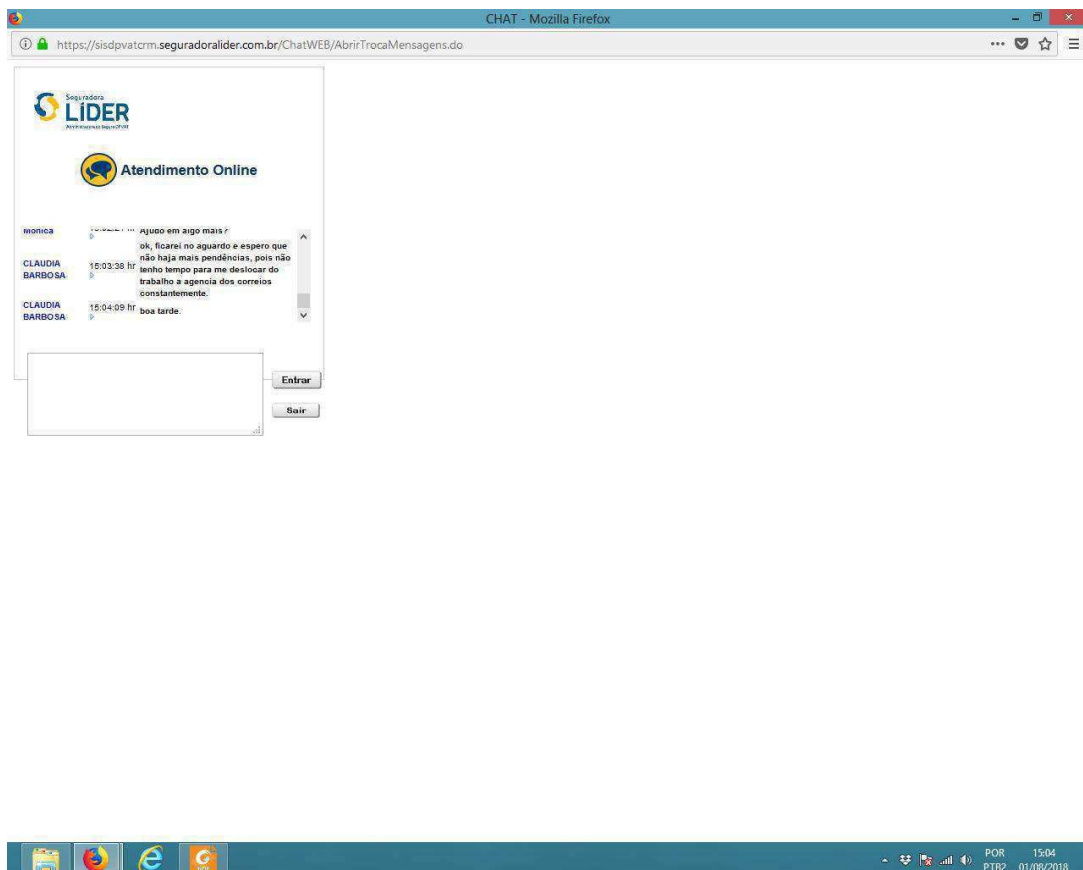
Maria de Lourdes Castro Gusmano - Escrevente

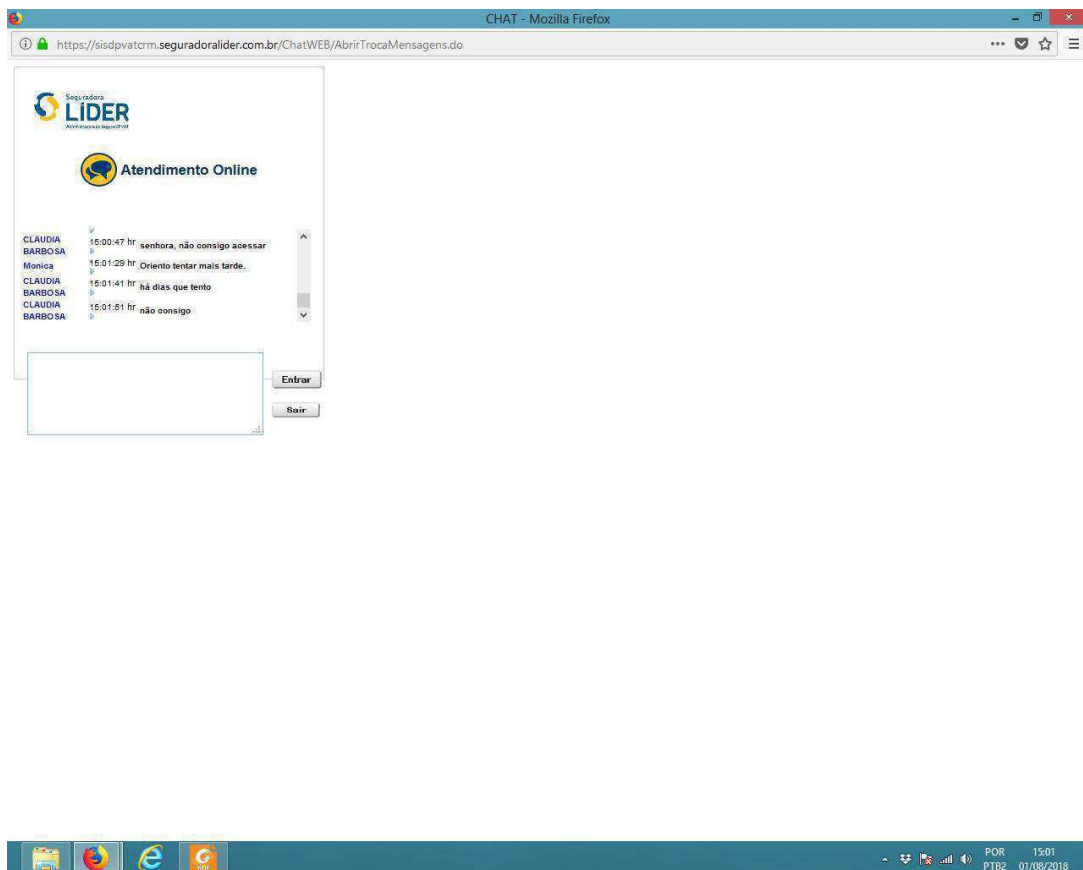
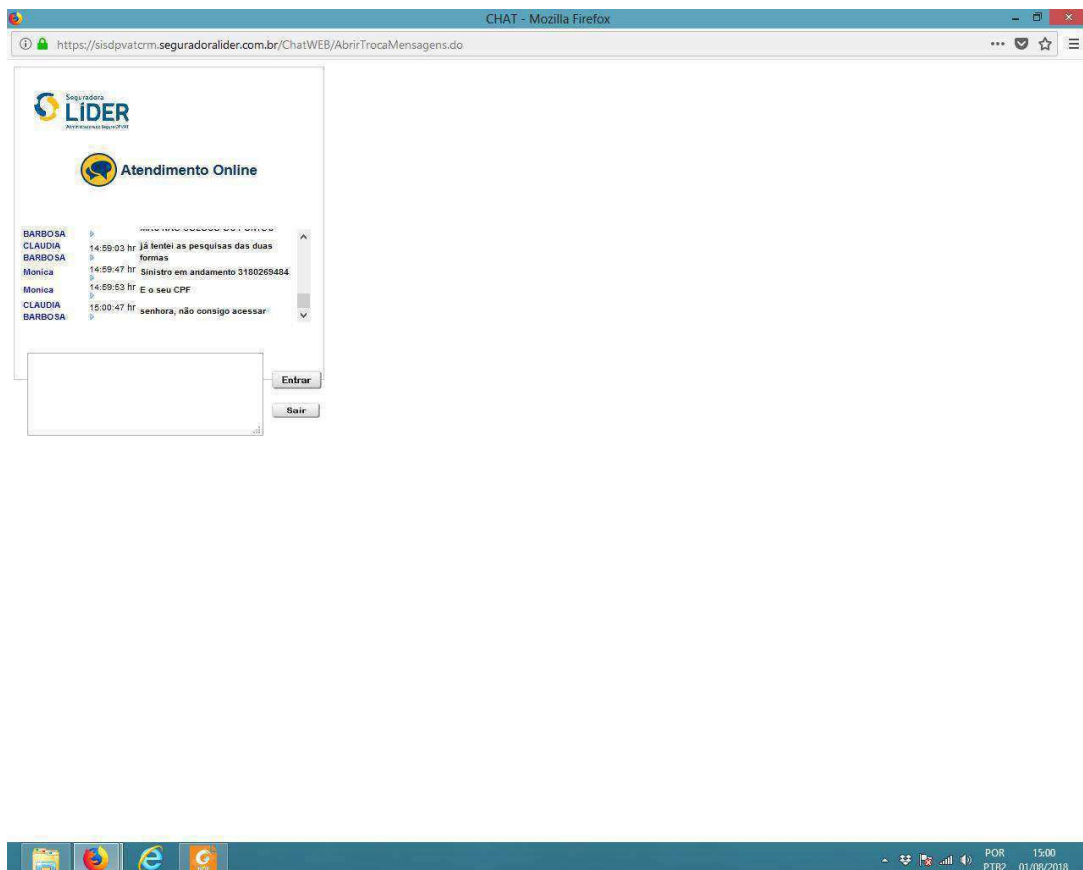
[2018-004370] EMUL:R\$ 2,37 FAFPEM:R\$ 0,28 FEPJ:R\$ 0,17

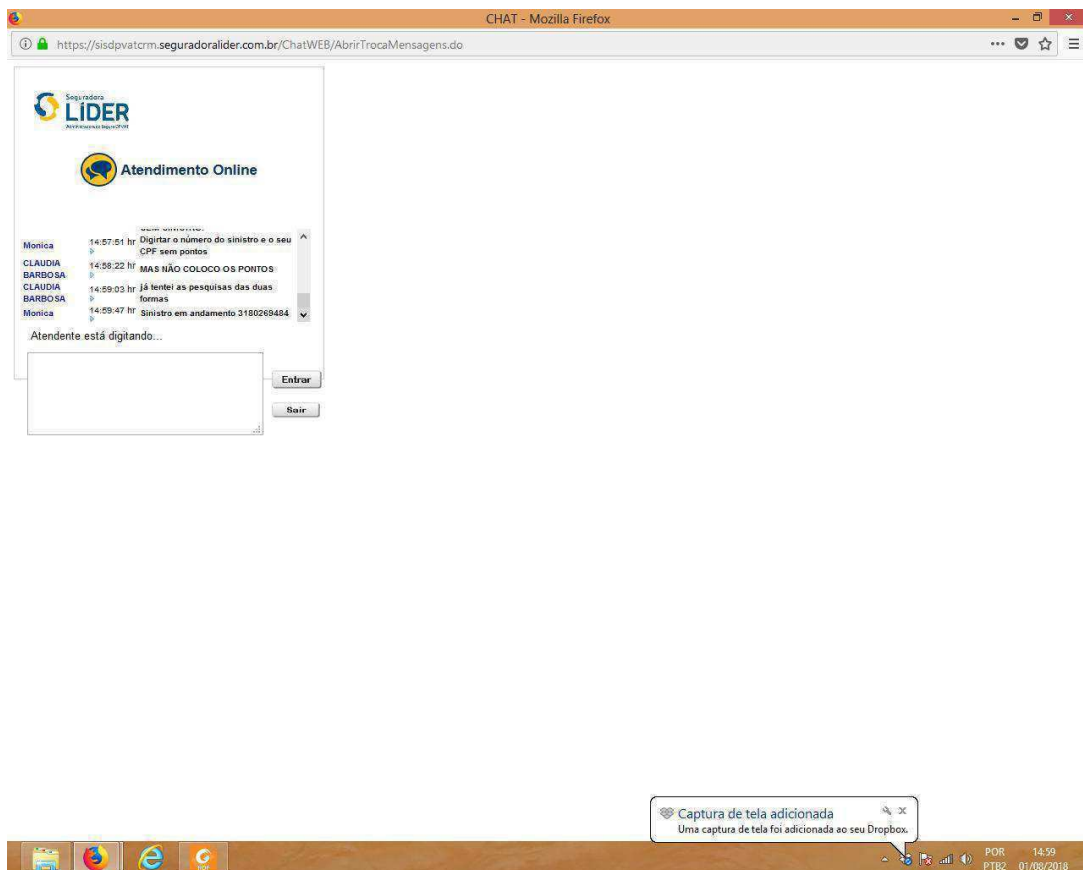
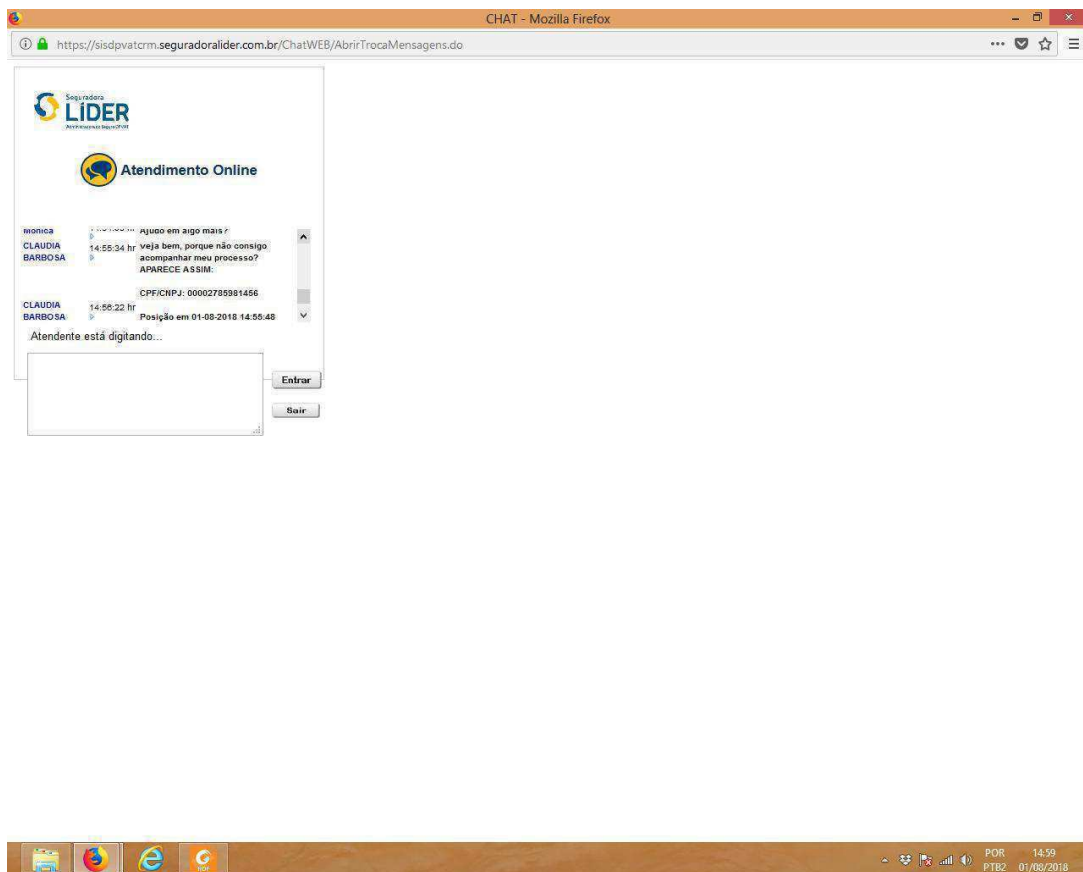
SELO DIGITAL: A6783841-771F

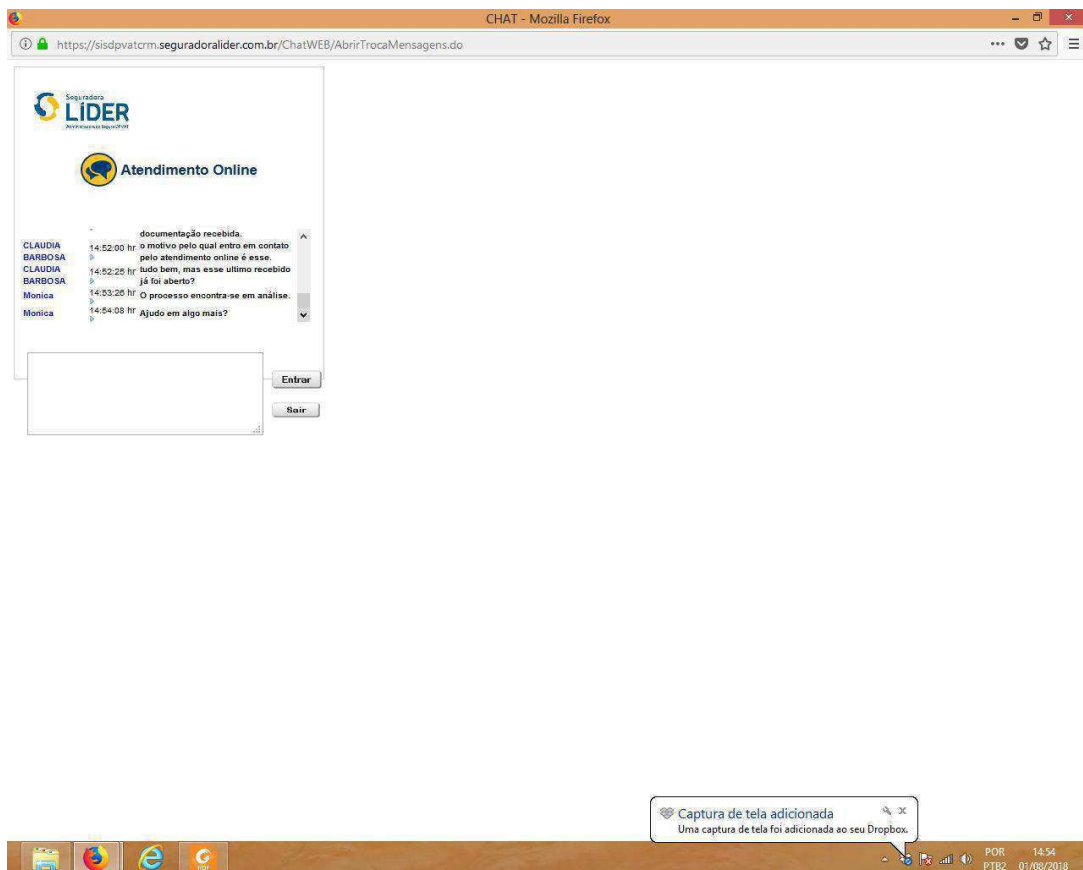
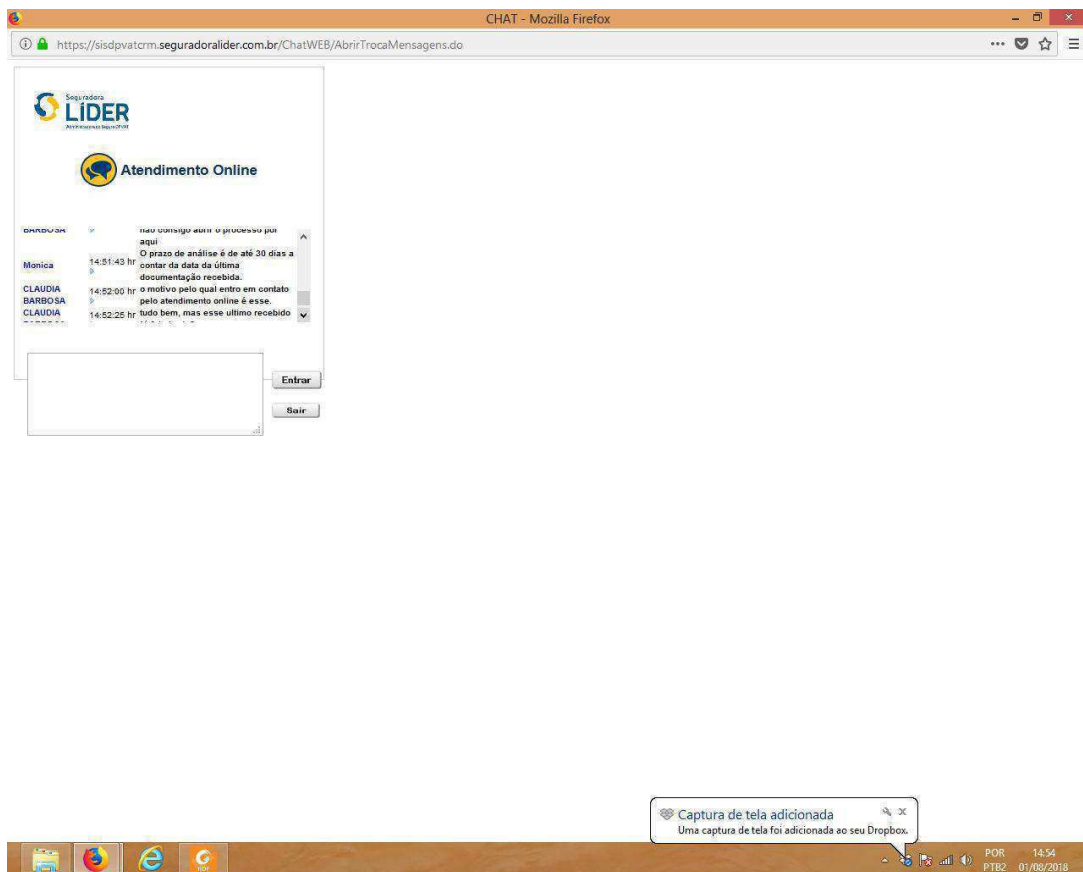
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tn.jus.br>



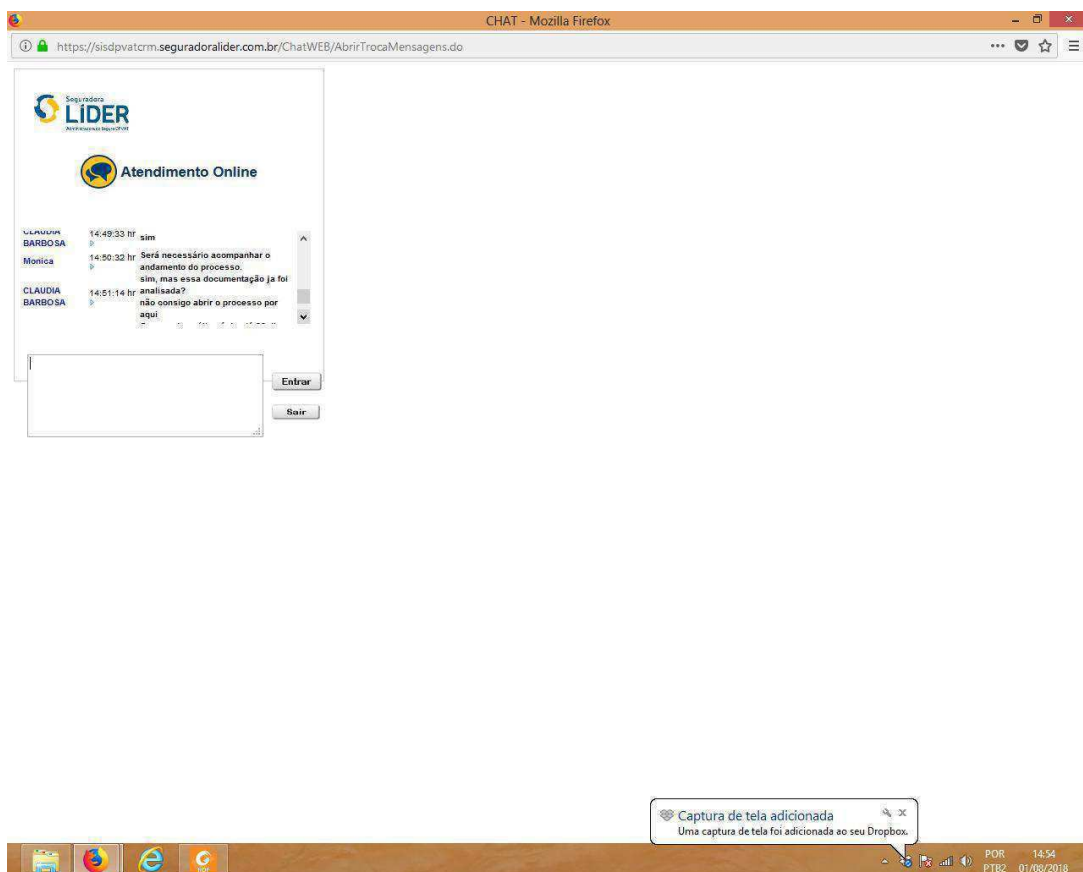
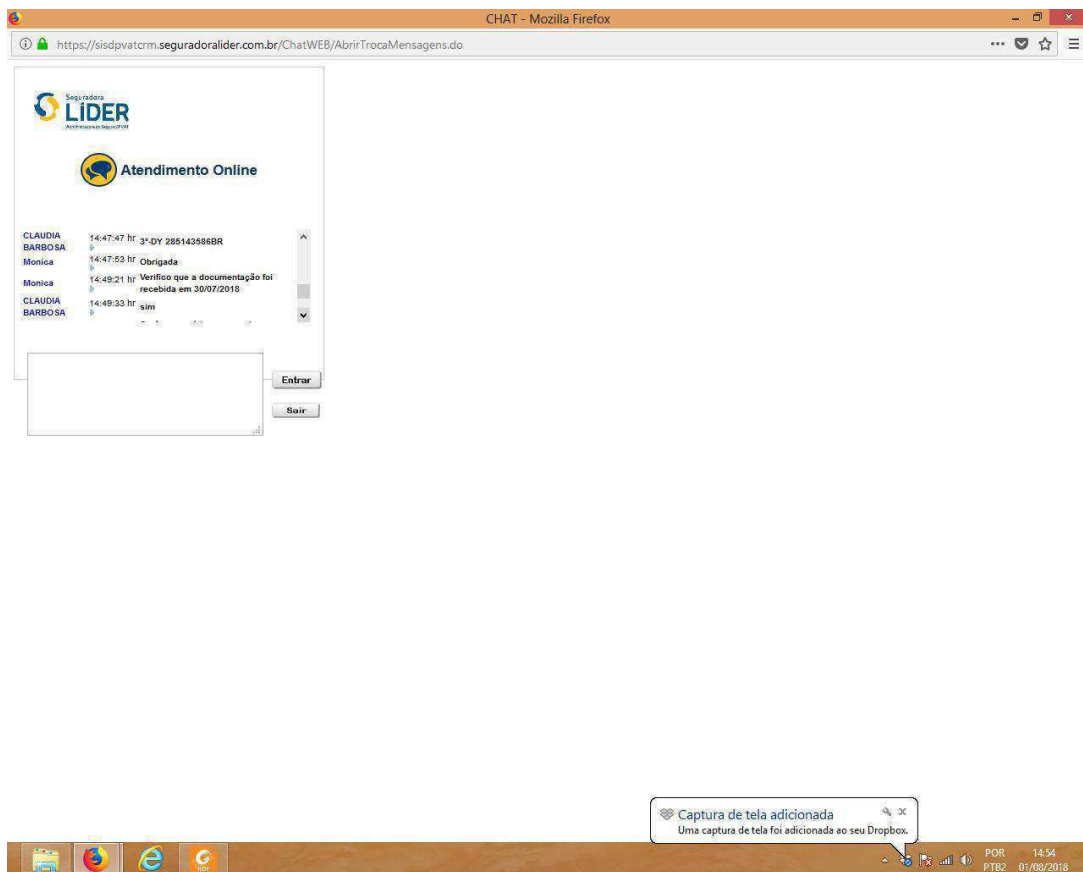


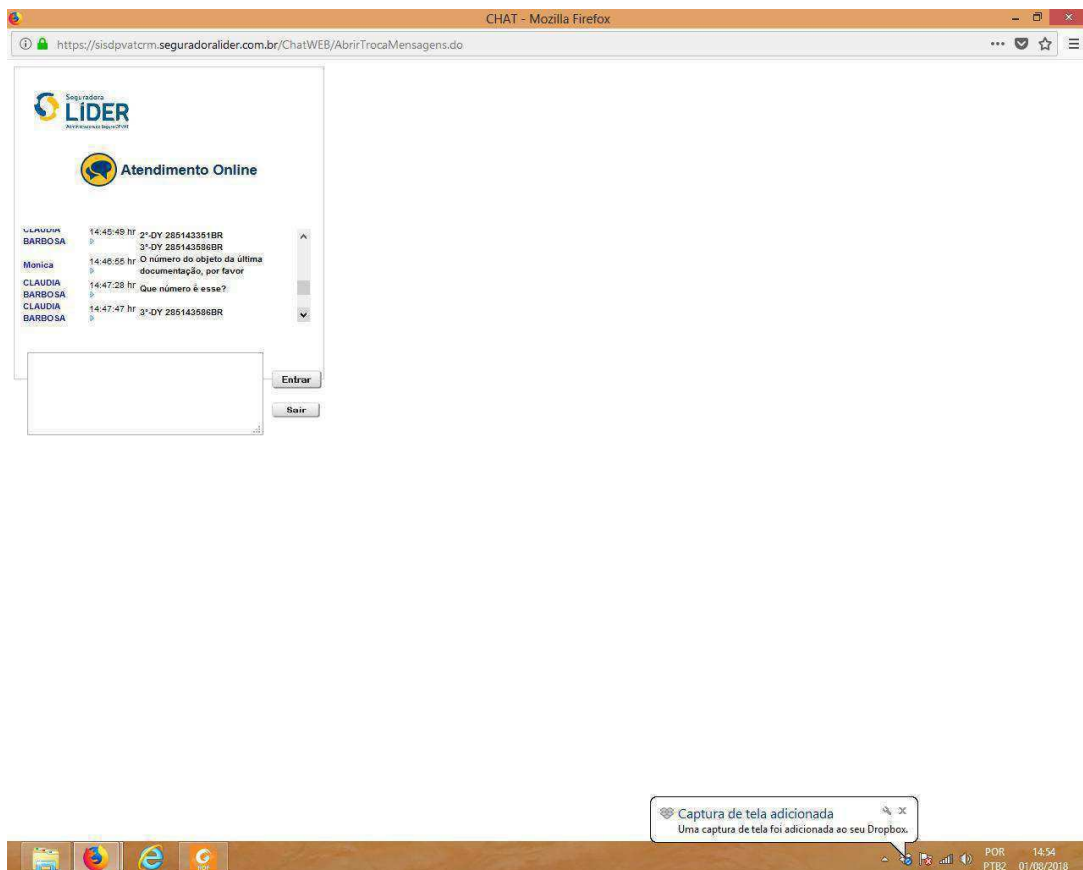
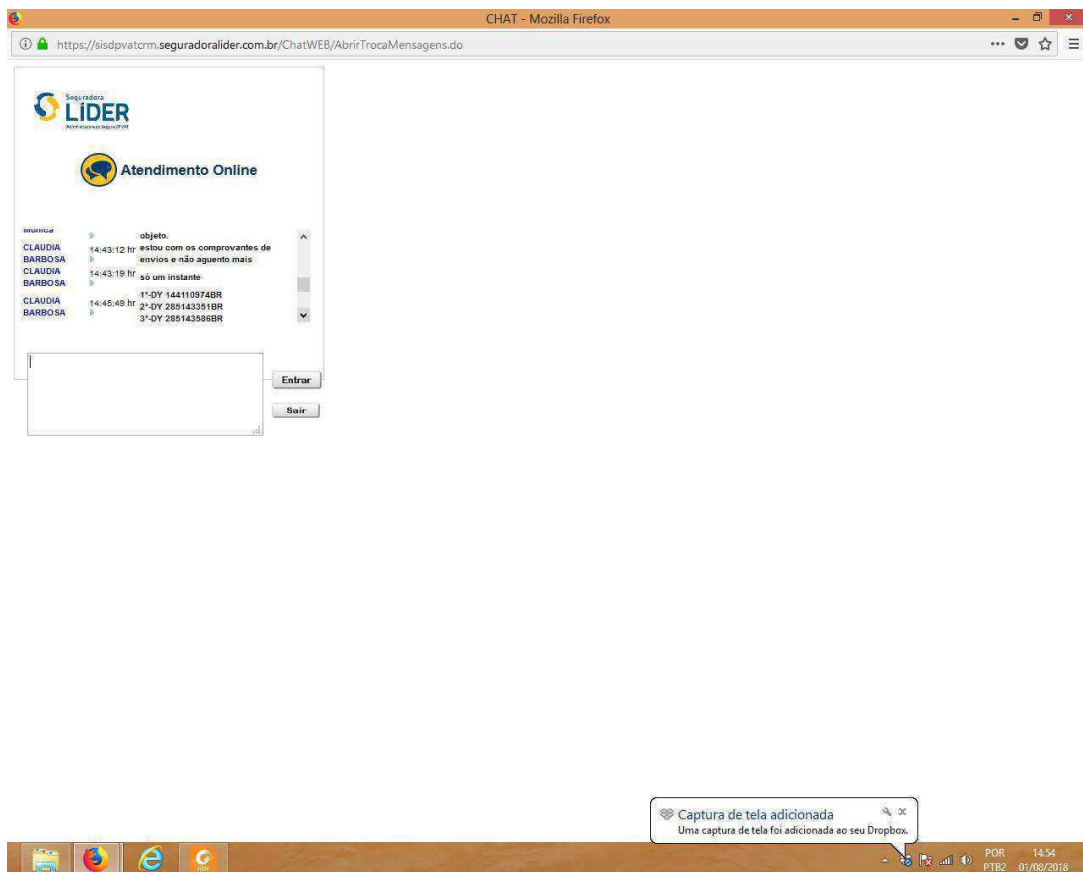


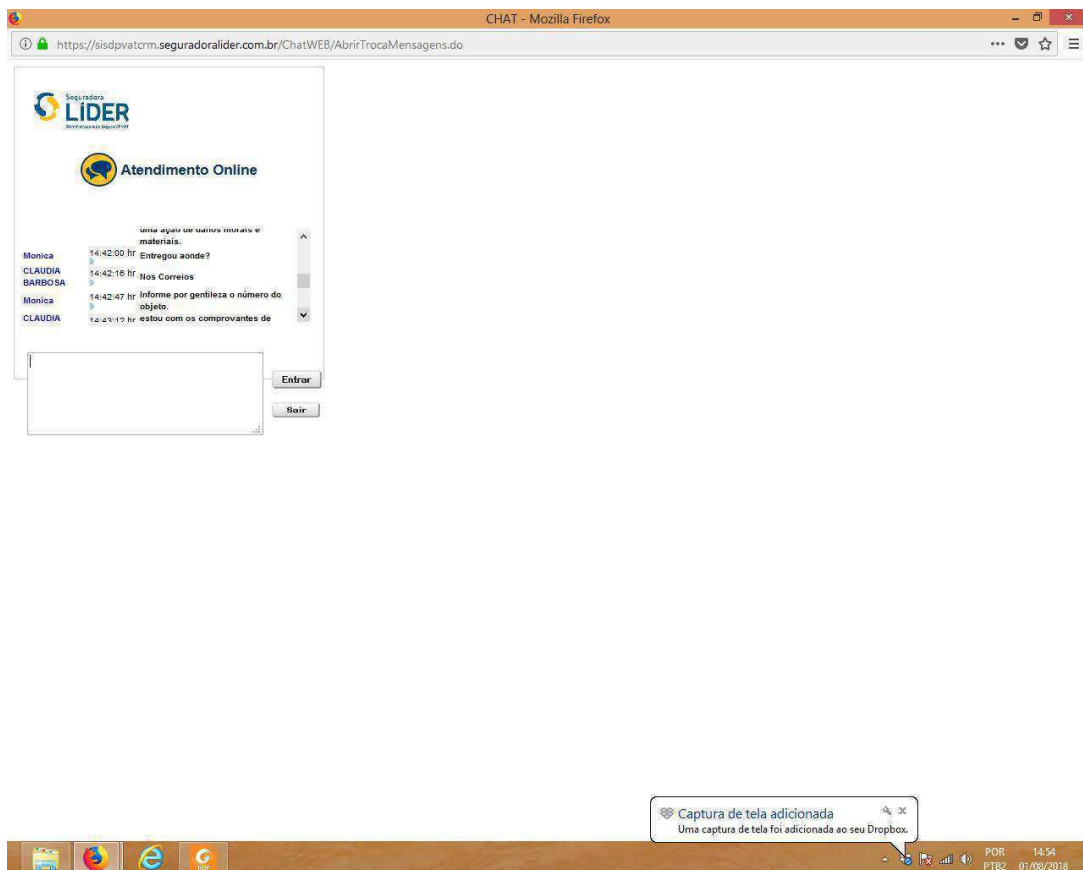
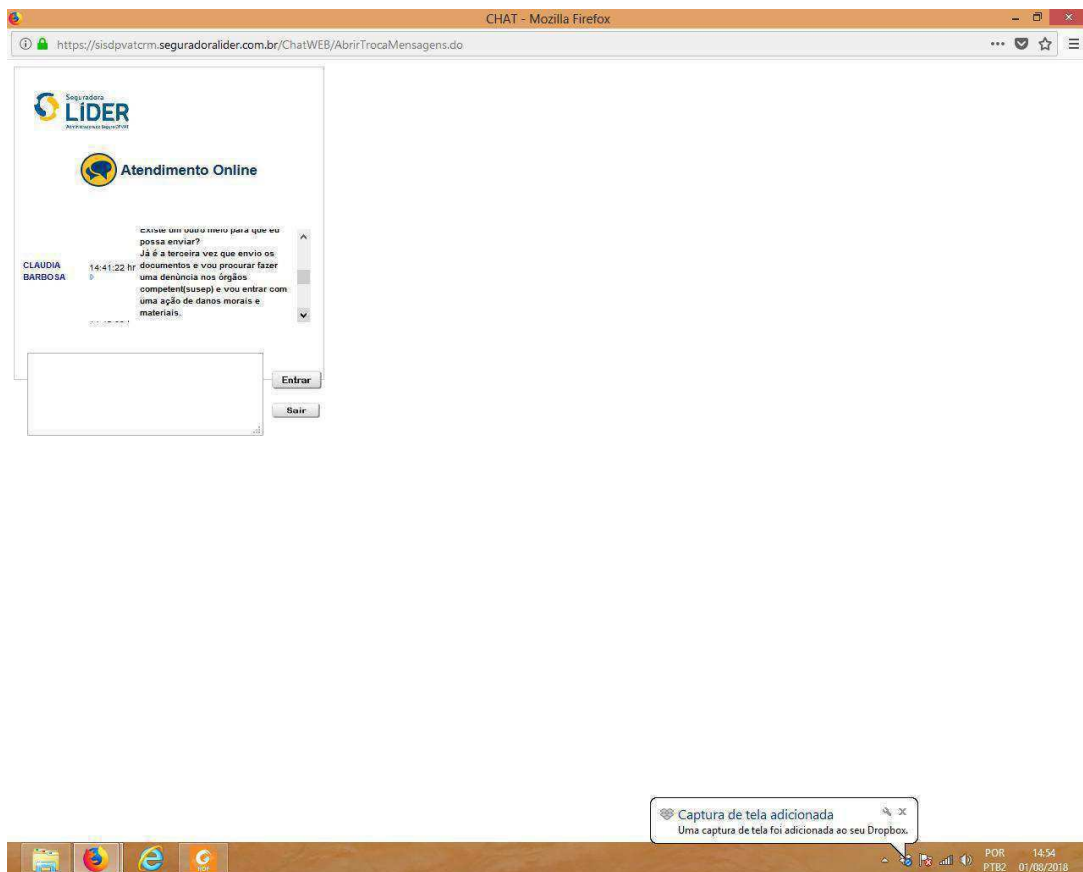


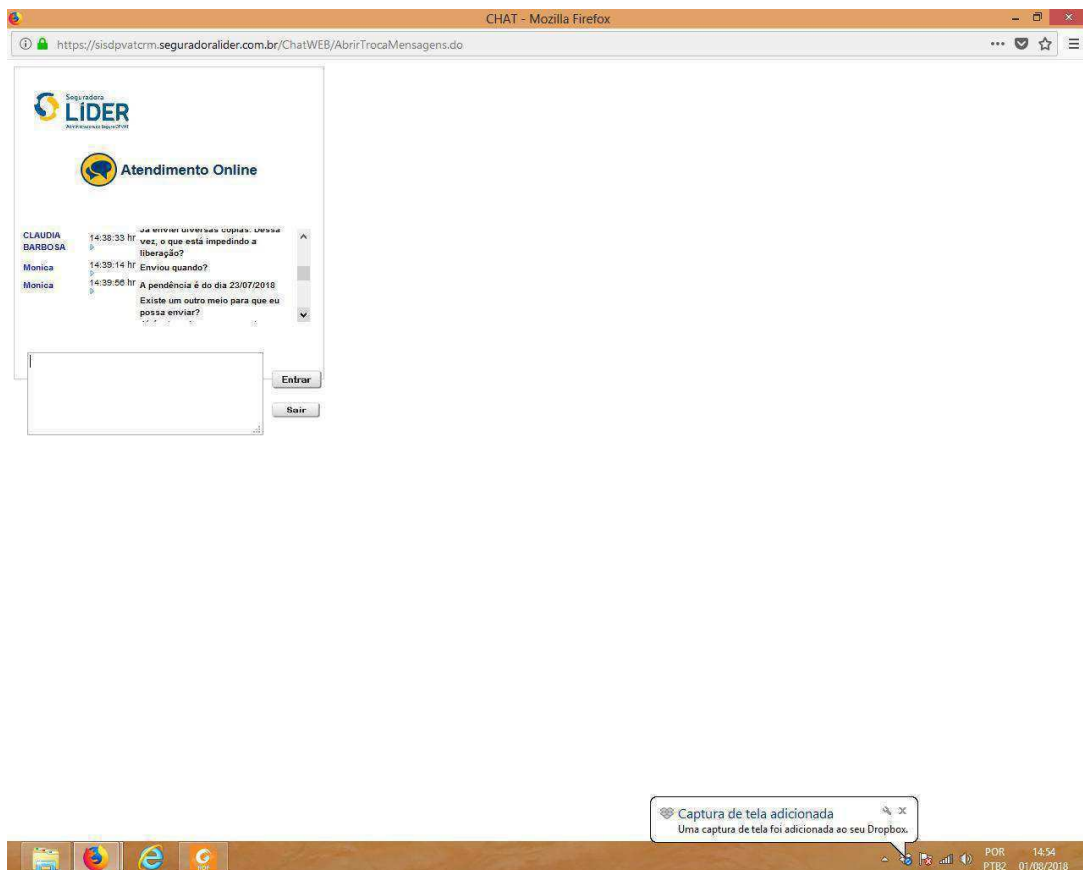
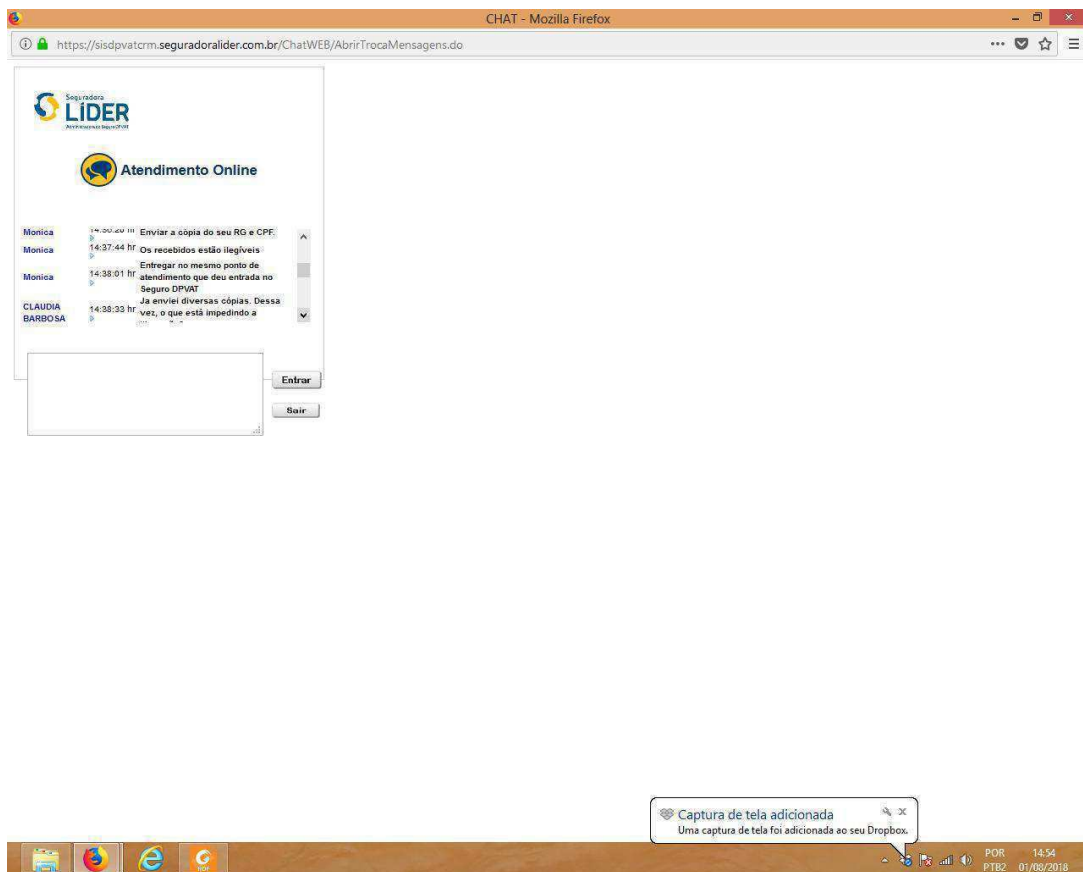




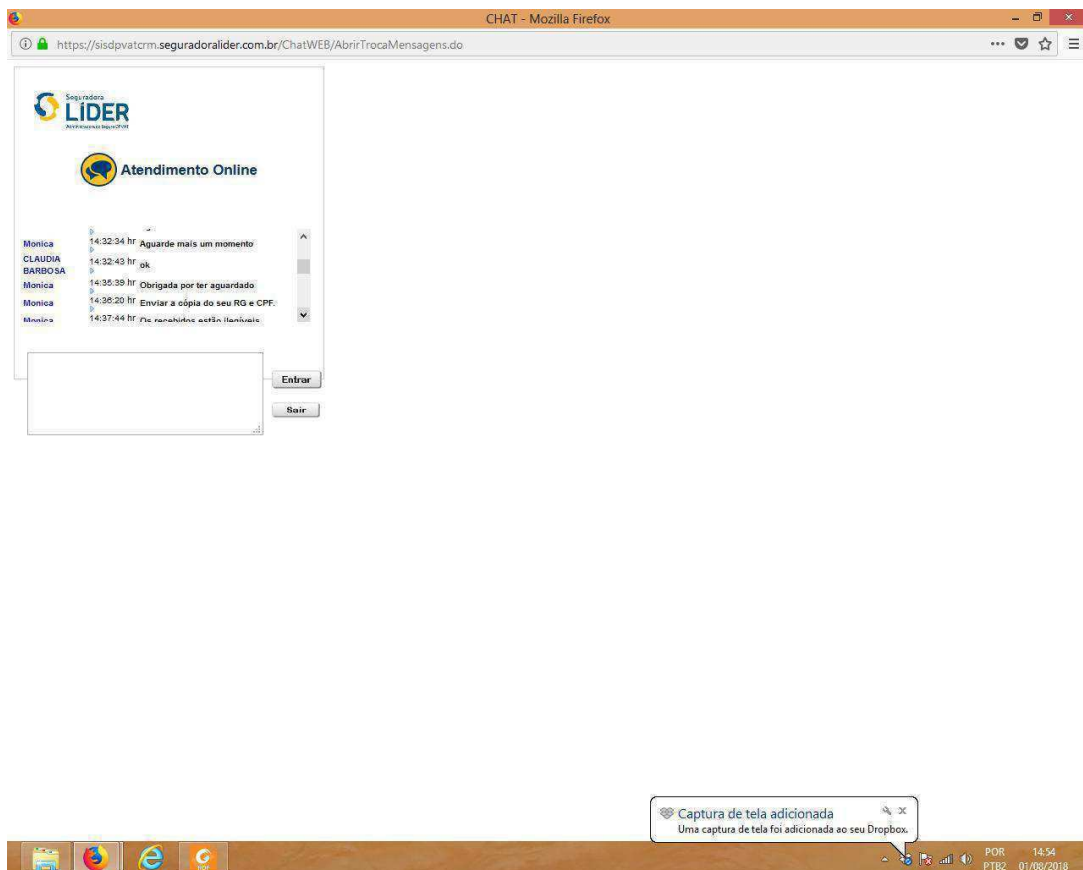
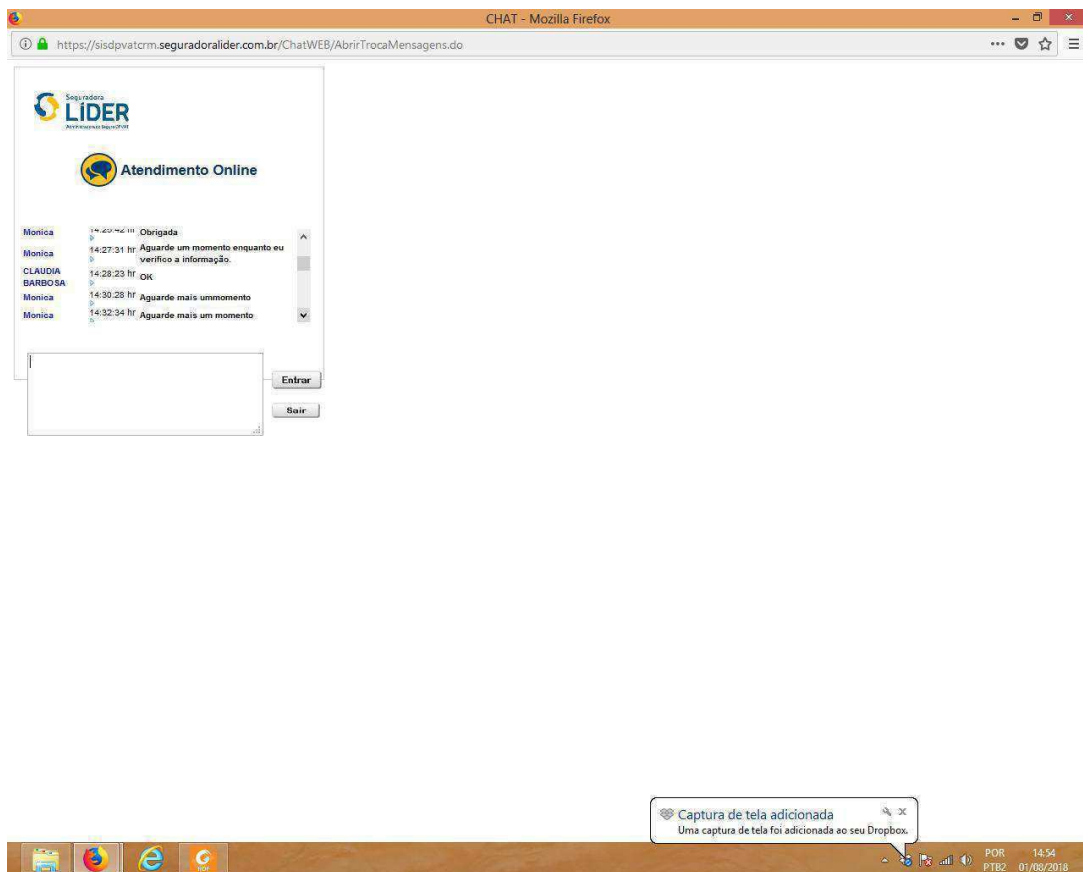


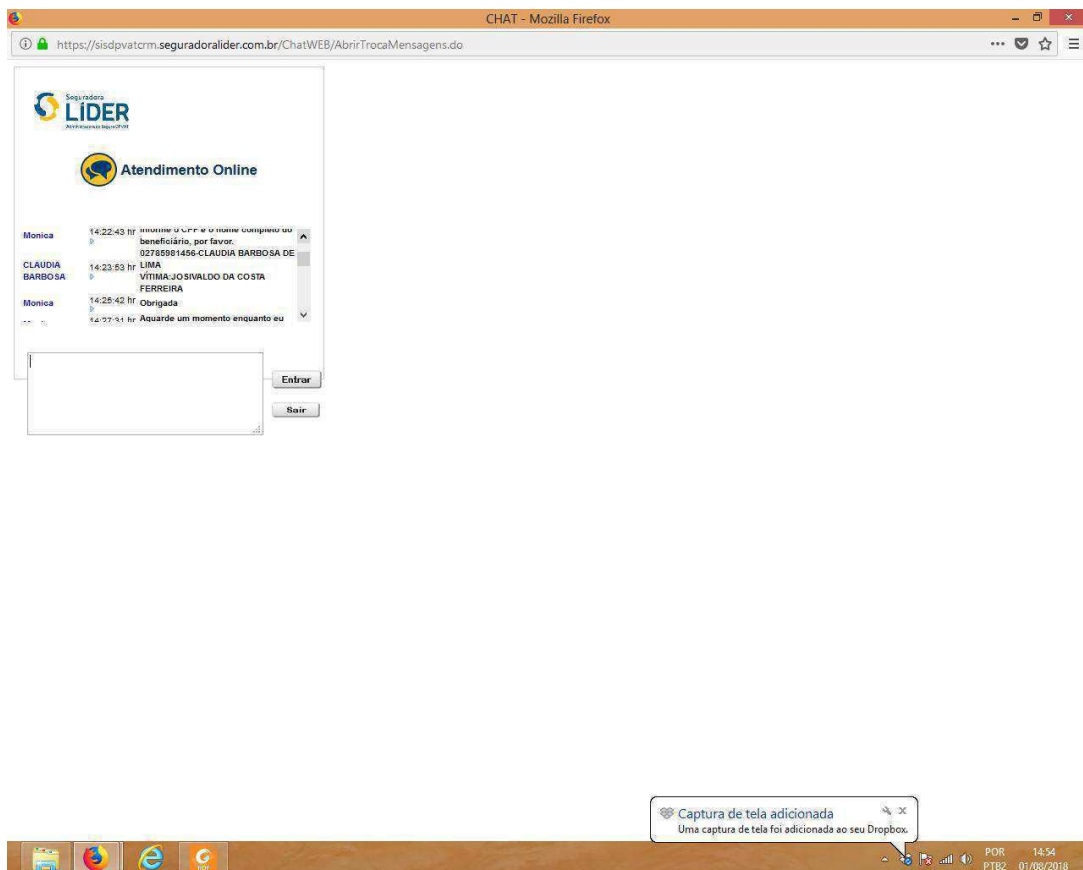
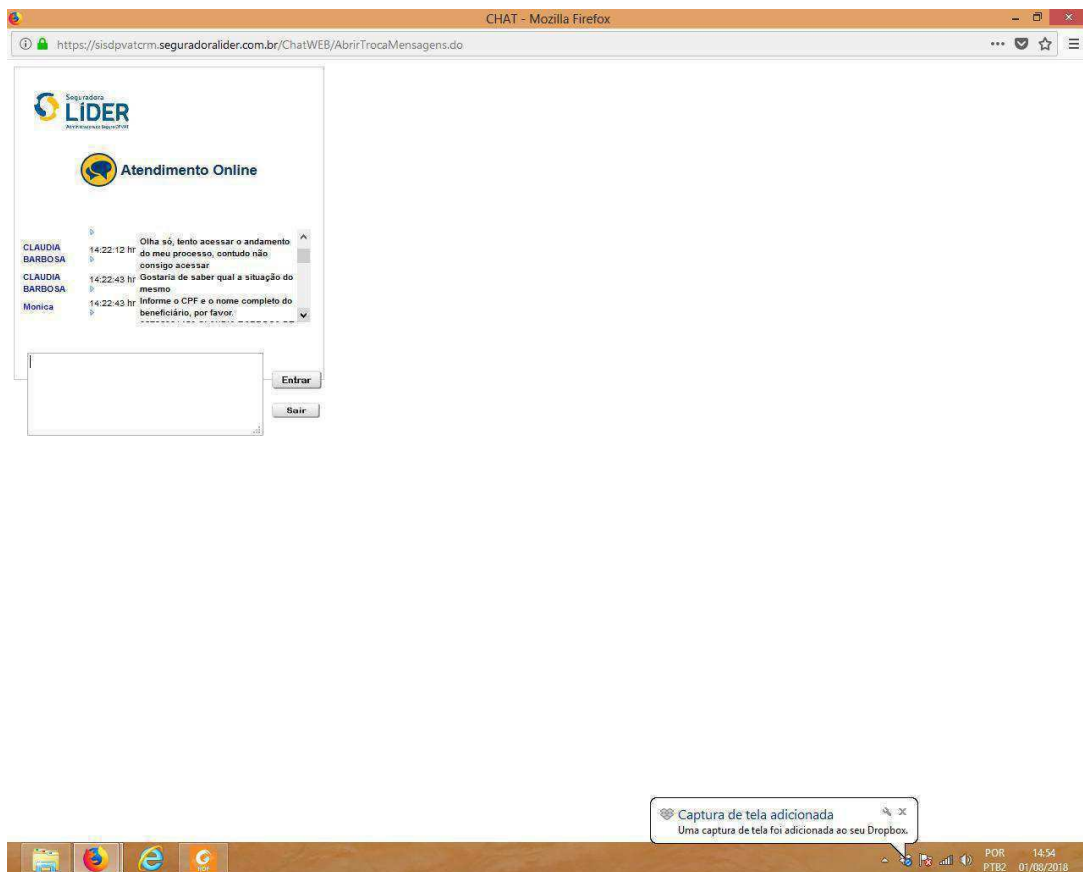


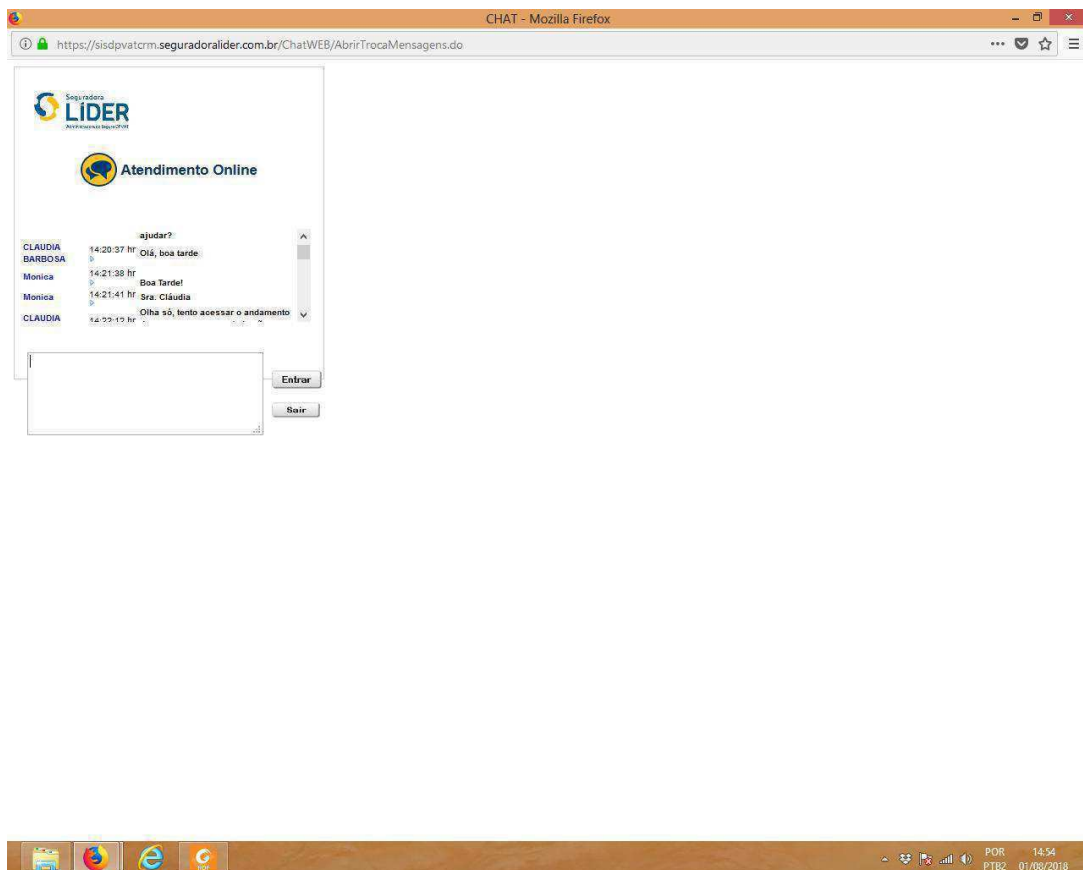
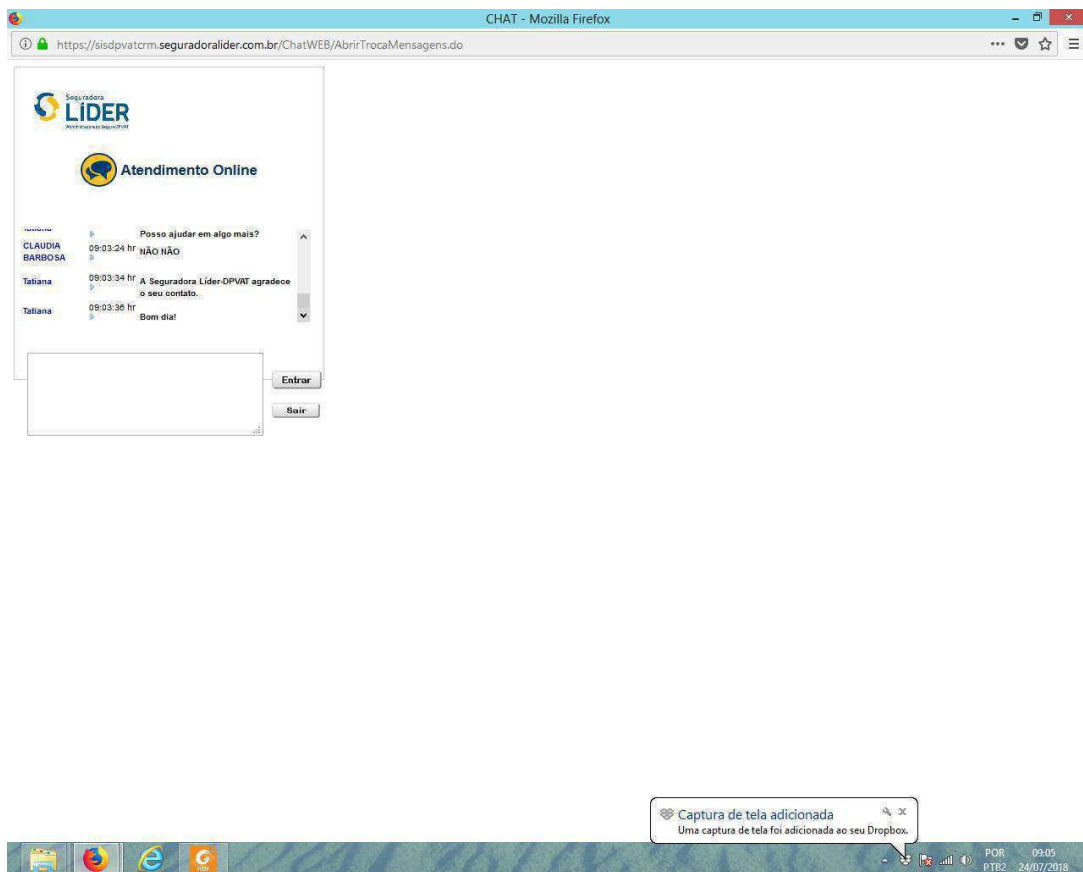


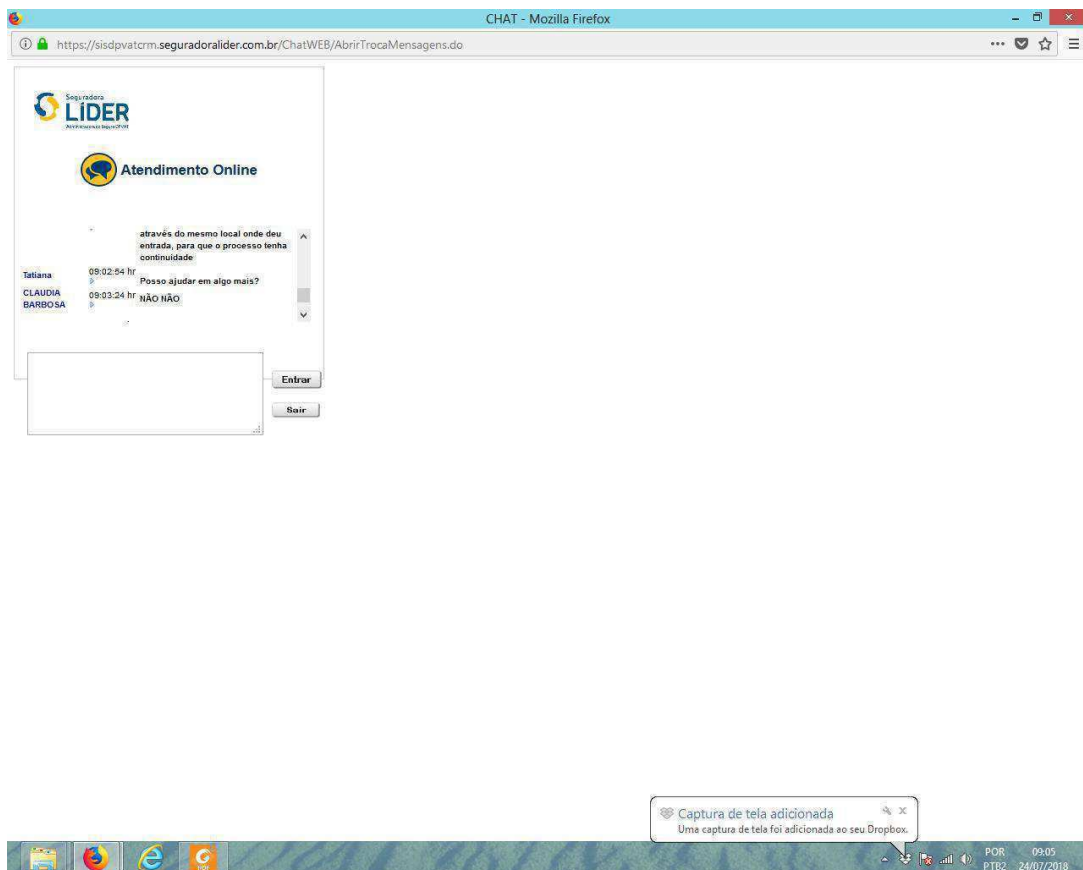
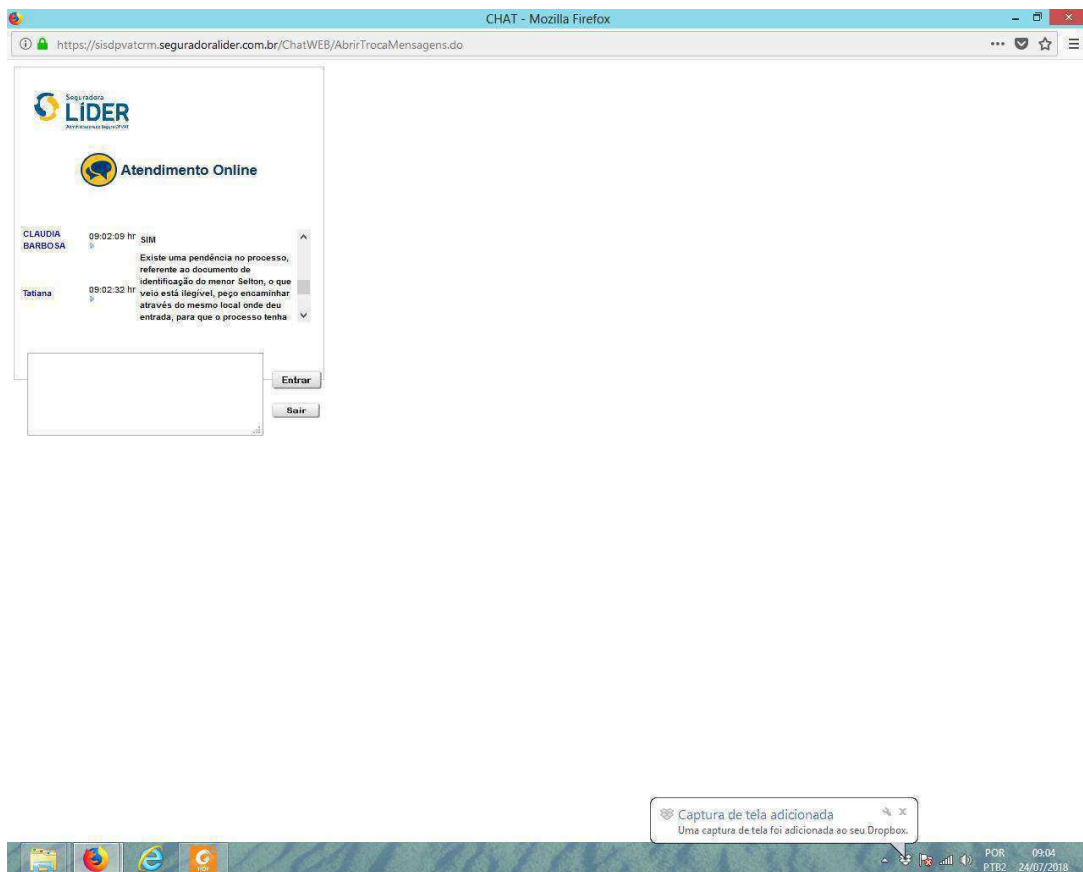




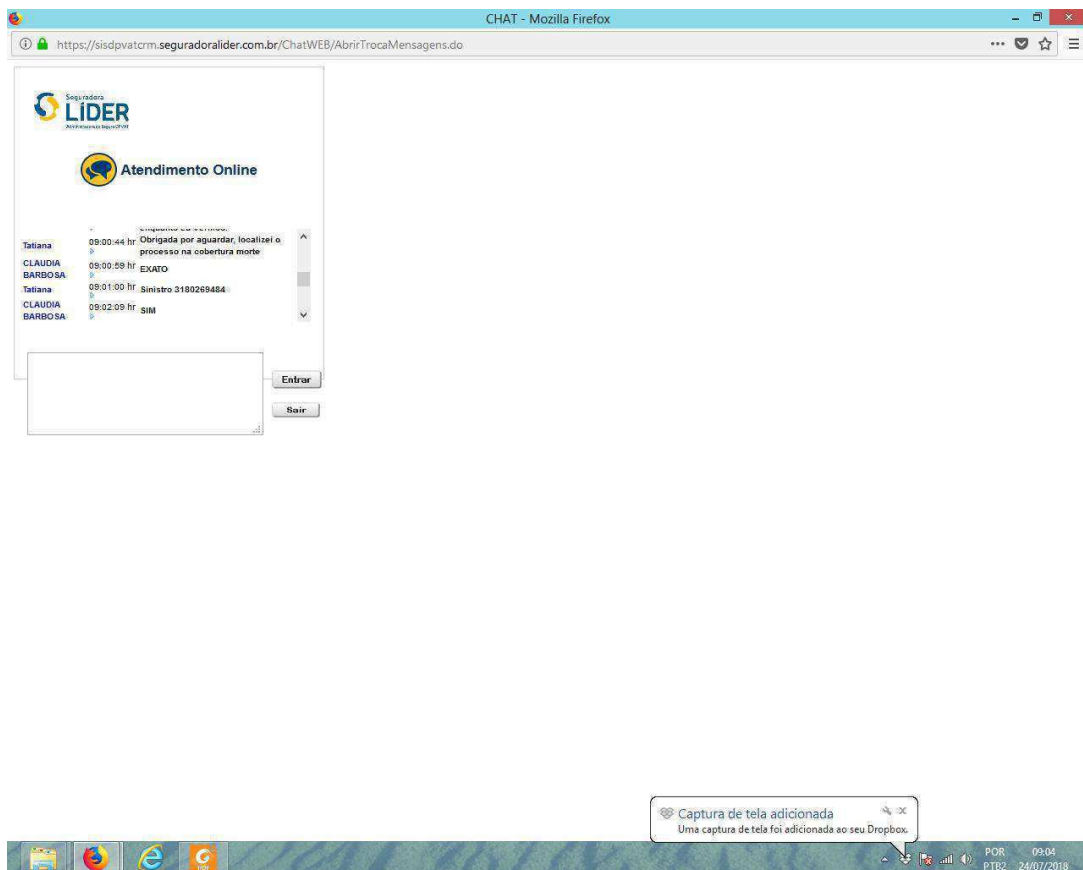
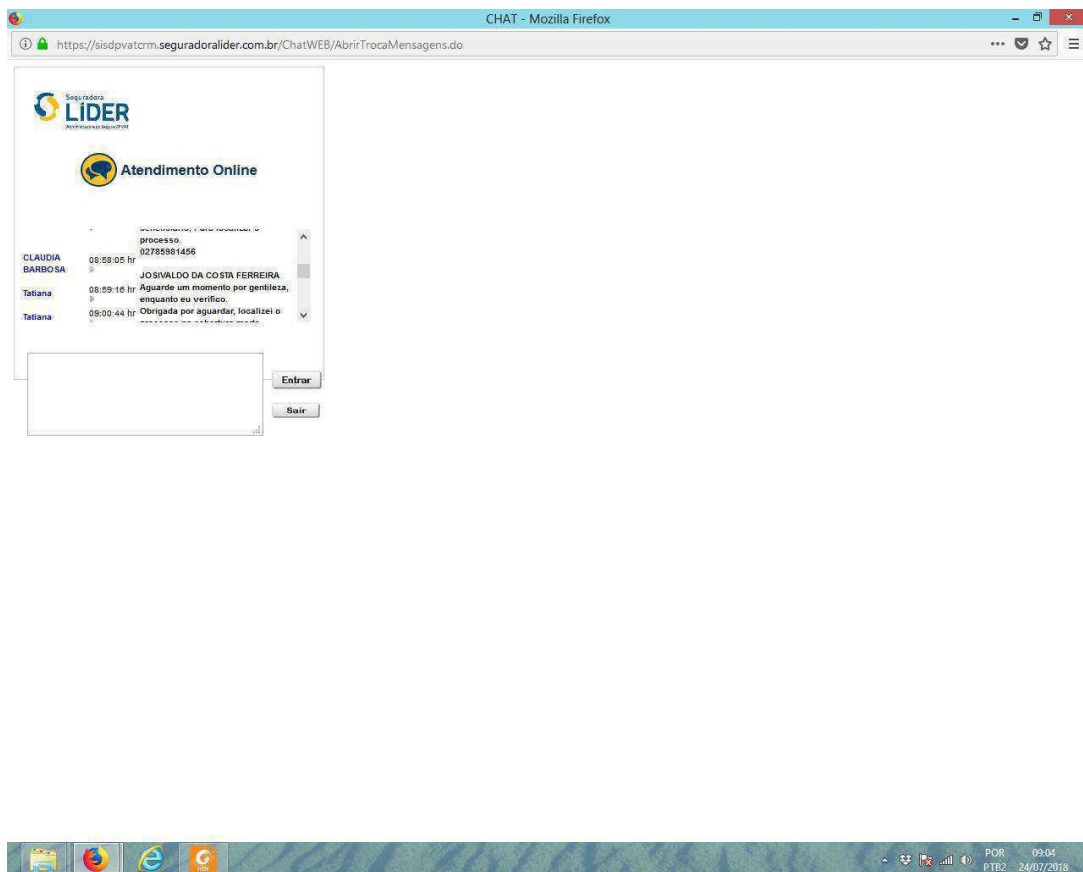


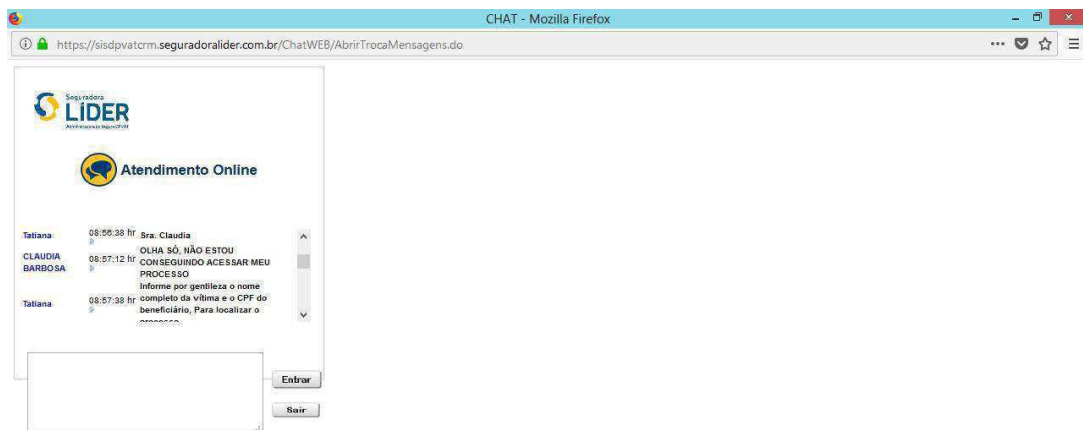
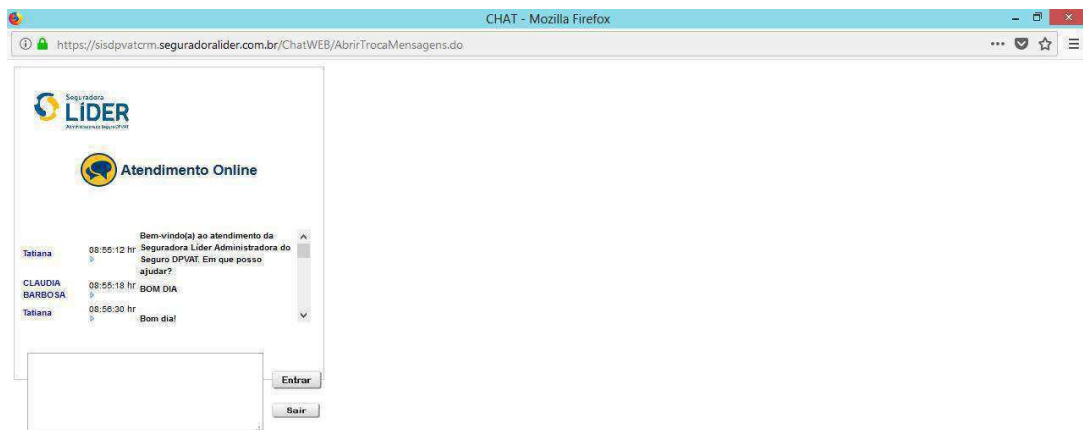












CHAT - Mozilla Firefox

https://sisdpvatcrm.seguradoralider.com.br/ChatWEB/AbriuTrocaMensagens.do

**Seguradora LIDER**  
Atendimento Online

Patricia 08:42:51 hr Desconsidere a pendência que aparece em sistema.  
Patricia 08:43:14 hr Eu pedi a revisão do processo sobre o alvará judicial que a senhora encaminhou.  
Patricia 08:43:30 hr Posso ajudar em algo mais?  
CLAUDIA BARBOSA 08:44:02 hr CERTO. NO CASO NÃO TENHO MAIS PENDÊNCIAS NÉ?

Entrar Sair

PT 08:44 16/10/2018

CHAT - Mozilla Firefox

https://sisdpvatcrm.seguradoralider.com.br/ChatWEB/AbriuTrocaMensagens.do

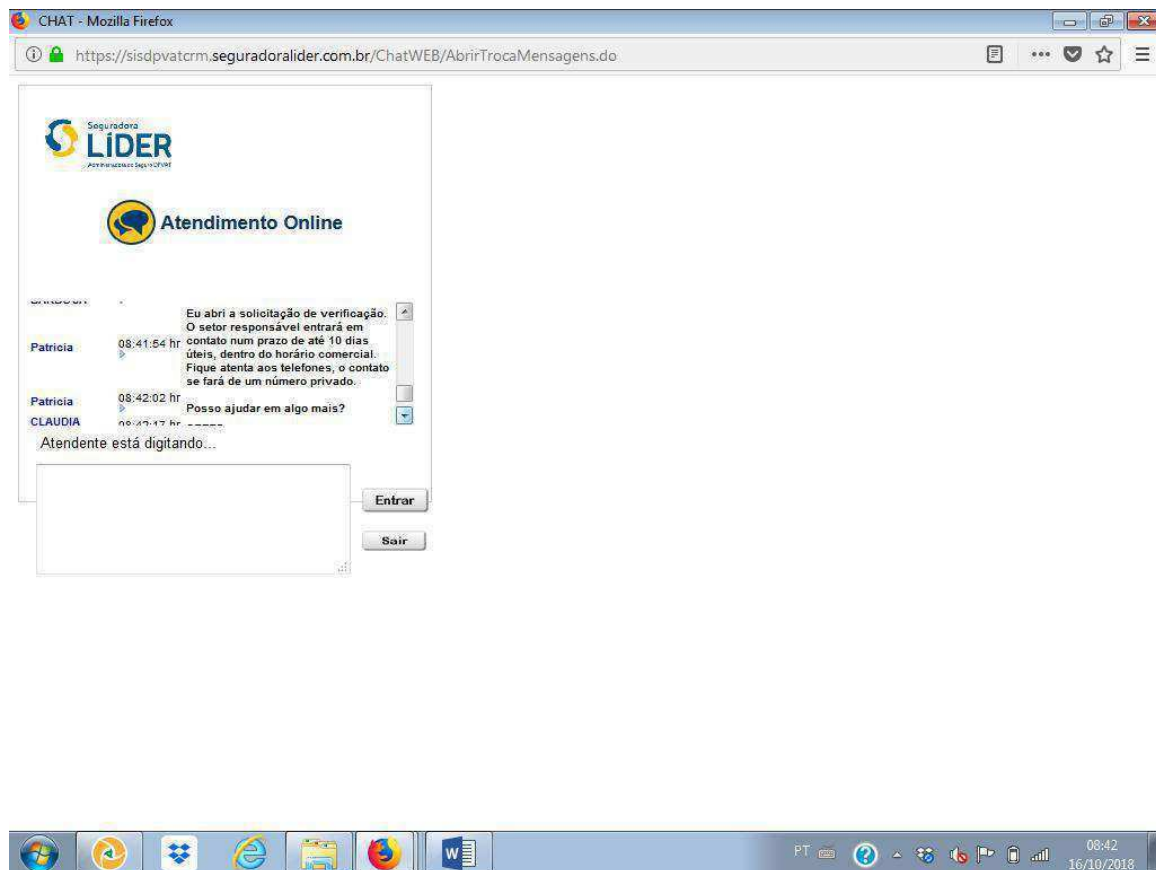
**Seguradora LIDER**  
Atendimento Online

Patricia 08:43:30 hr Posso ajudar em algo mais?  
CLAUDIA BARBOSA 08:44:02 hr CERTO. NO CASO NÃO TENHO MAIS PENDÊNCIAS NÉ?  
Patricia 08:44:50 hr Eu pedi a revisão, senhora. O setor lhe passará as orientações futuras. Tem de aguardar o prazo.  
CLAUDIA BARBOSA 08:45:14 hr FICO NO AGUARDO

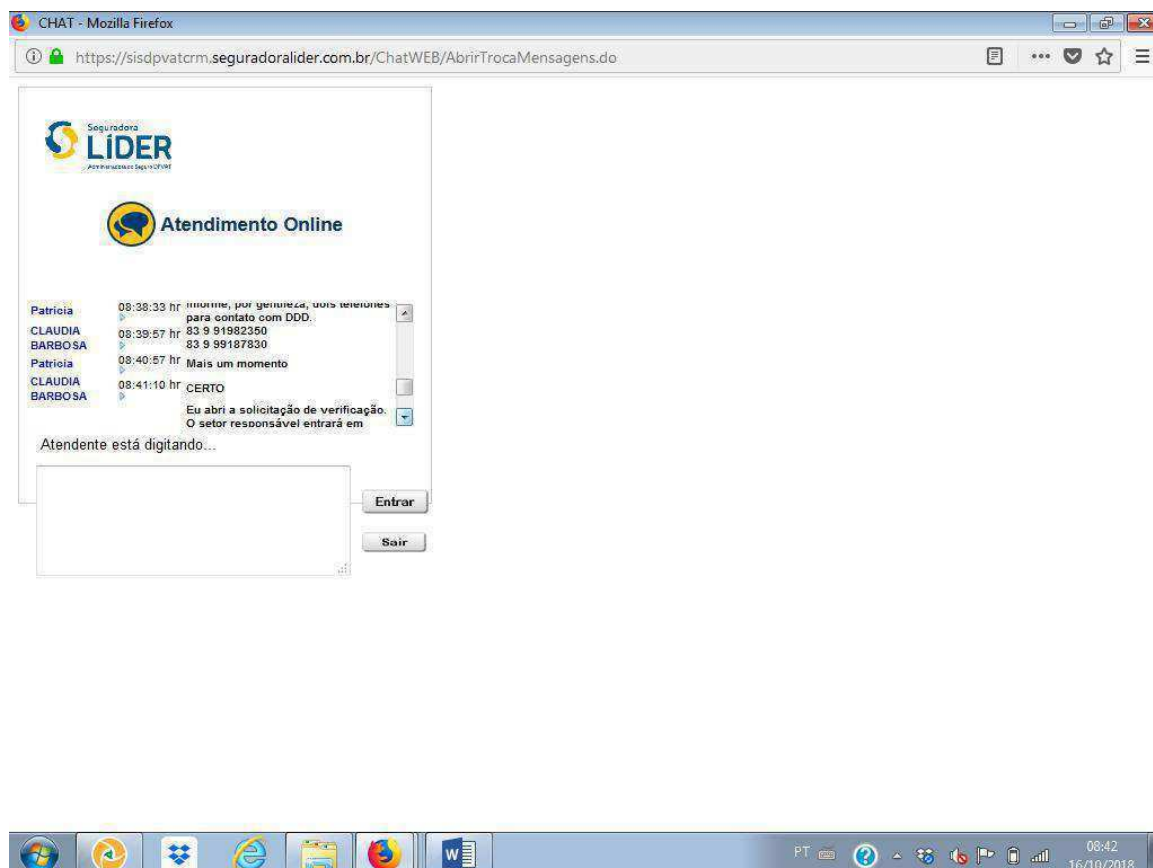
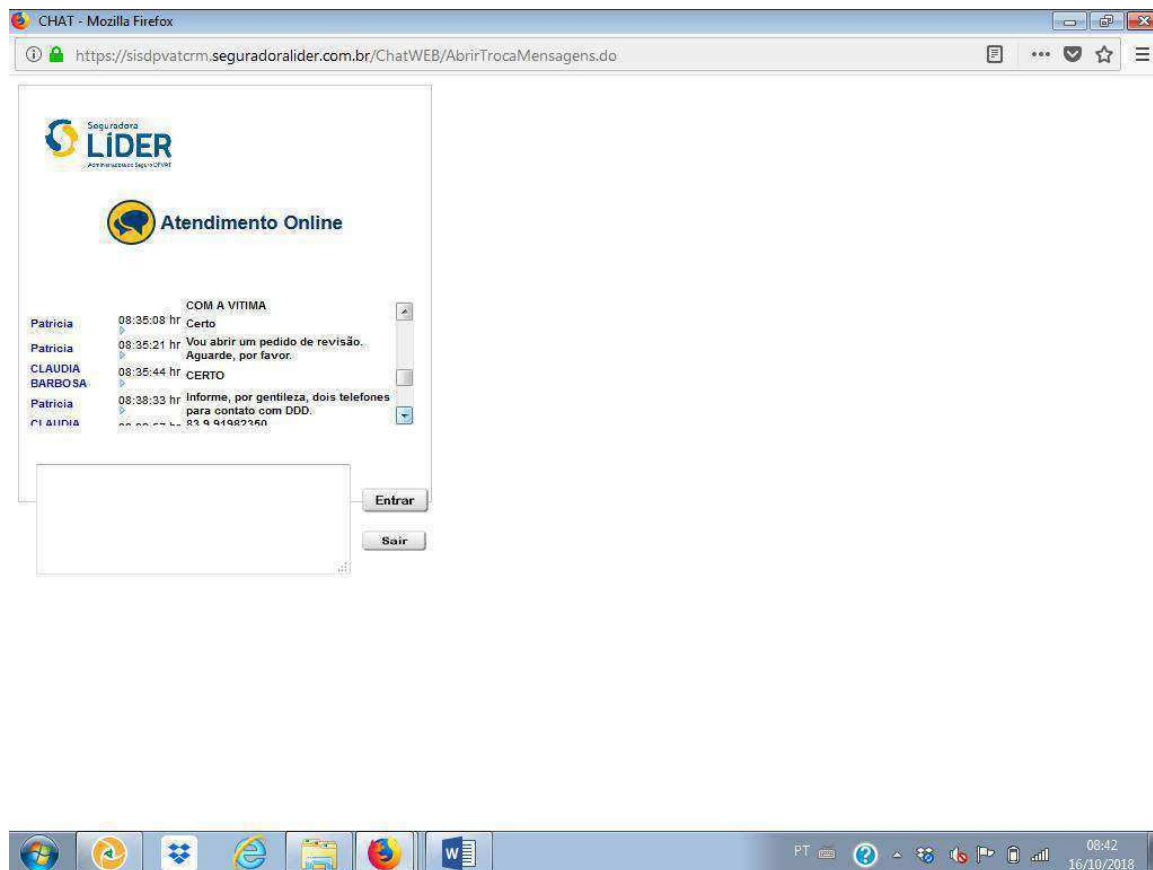
Entrar Sair

PT 08:45 16/10/2018











CHAT - Mozilla Firefox

https://sisdpvatcrm.seguradoralider.com.br/ChatWEB/AbriuTrocaMensagens.do

**Seguradora LIDER**

**Atendimento Online**

BARBOSA 70100946402 (BENEFICIÁRIO)

CLAUDIA 08:29:18 hr JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA (VITIMA)

BARBOSA 08:29:50 hr Aguarde enquanto verifico.

Patricia 08:30:23 hr CERTO

CLAUDIA 08:31:04 hr A senhora representa o senhor Selton, correto?

BARBOSA

Patricia

Entrar

Sair

PT 08:42 16/10/2018

CHAT - Mozilla Firefox

https://sisdpvatcrm.seguradoralider.com.br/ChatWEB/AbriuTrocaMensagens.do

**Seguradora LIDER**

**Atendimento Online**

Patricia 08:31:04 hr A senhora representa o senhor Selton, correto?

CLAUDIA 08:31:12 hr SIM

BARBOSA 08:31:43 hr Seu CPF, por favor.

CLAUDIA 08:32:20 hr 02786981456

BARBOSA 08:32:31 hr Aguarde enquanto verifico.

Patricia

Entrar

Sair

PT 08:42 16/10/2018



CHAT - Mozilla Firefox

https://sisdpvatcrm.seguradoralider.com.br/ChatWEB/AbriuTrocaMensagens.do

**Seguradora LIDER**

**Atendimento Online**

Patricia 08:26:47 hr Bem-vindo(a) ao atendimento da Seguradora Lider Administradora do Seguro DPVAT. Em que posso ajudar?

CLAUDIA BARBOSA 08:26:56 hr bom dia

Patricia 08:27:00 hr Bom dia!

CLAUDIA 08:27:40 hr gostaria de saber qual pendência

Entrar

Sair

PT 08:42 16/10/2018

CHAT - Mozilla Firefox

https://sisdpvatcrm.seguradoralider.com.br/ChatWEB/AbriuTrocaMensagens.do

**Seguradora LIDER**

**Atendimento Online**

Patricia 08:27:40 hr Bom dia!

CLAUDIA BARBOSA 08:27:40 hr gostaria de saber qual pendência dessa vez está me impedindo

Patricia 08:28:11 hr Informe o CPF e nome do beneficiário e nome completo da vítima, por favor.

CLAUDIA BARBOSA 08:28:54 hr SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA - 70100946402 (BENEFICIÁRIO)

CLAUDIA 08:29:18 hr JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA

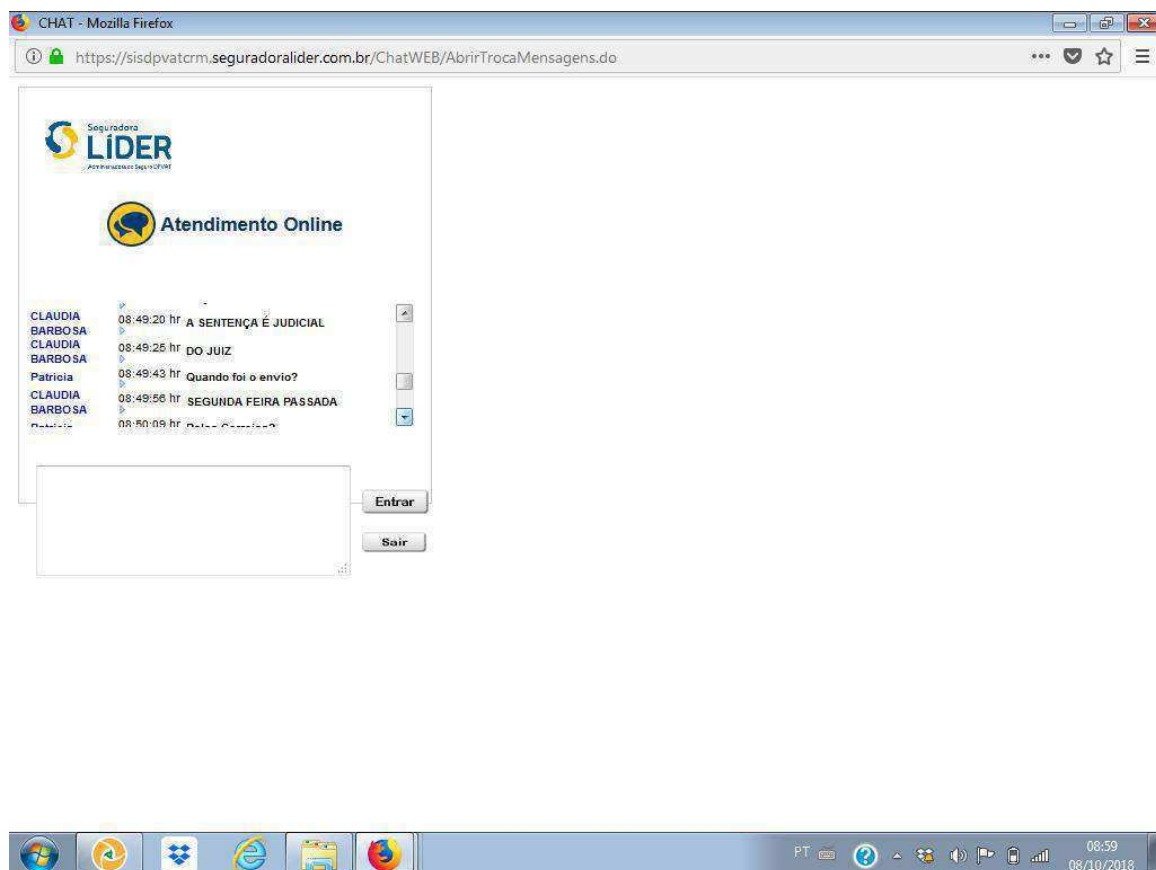
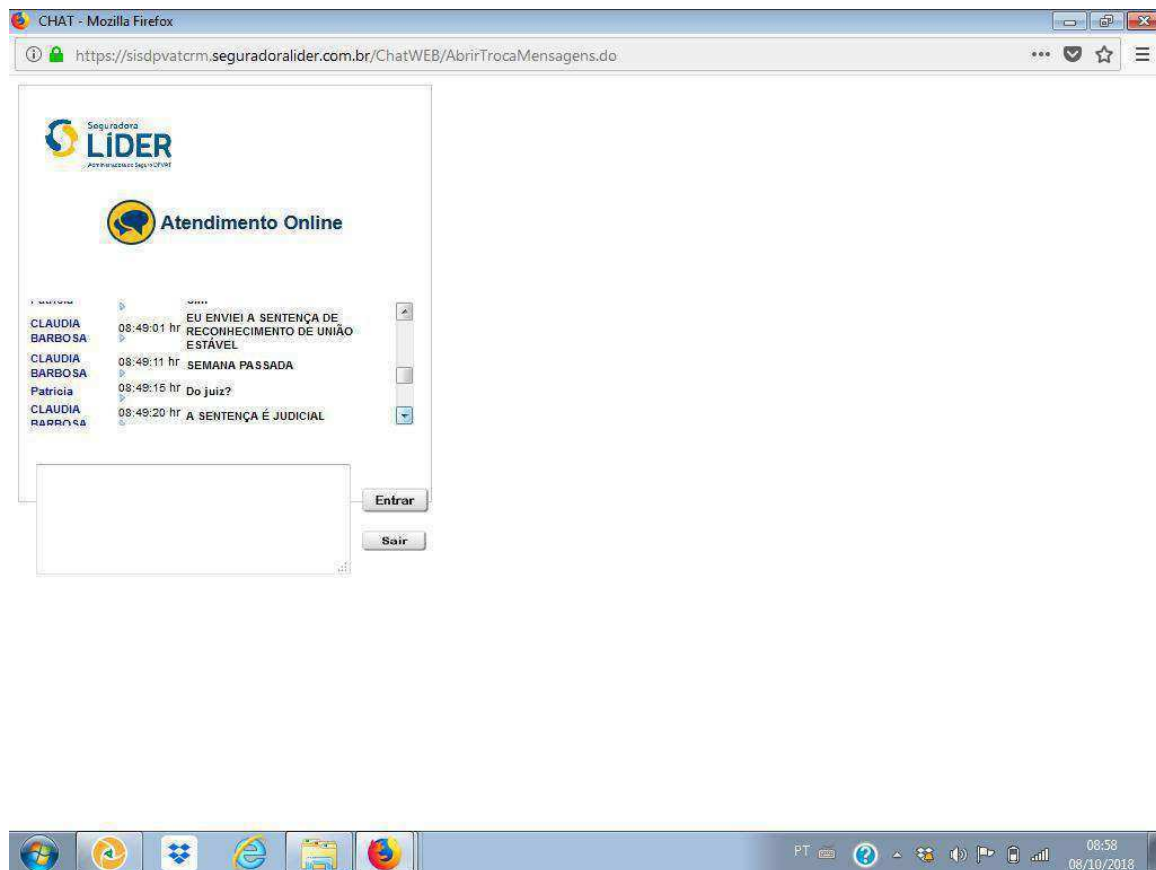
Entrar

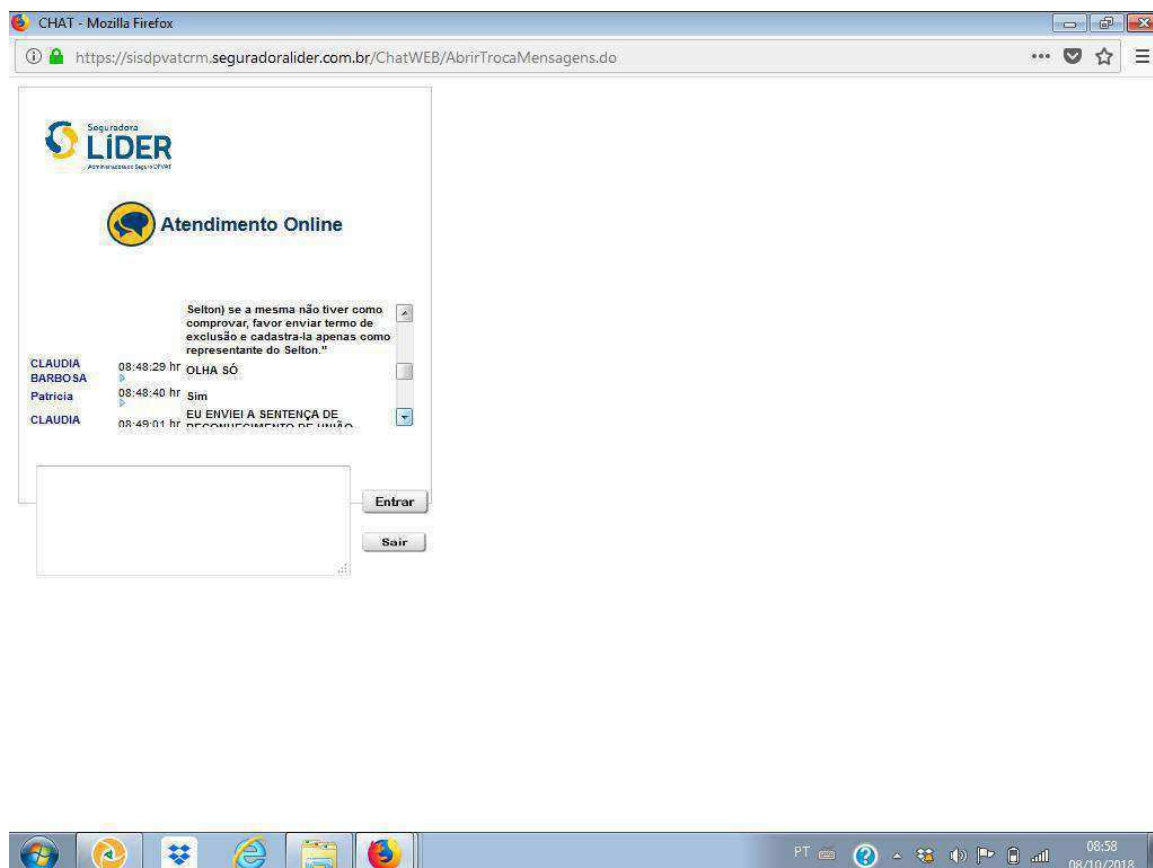
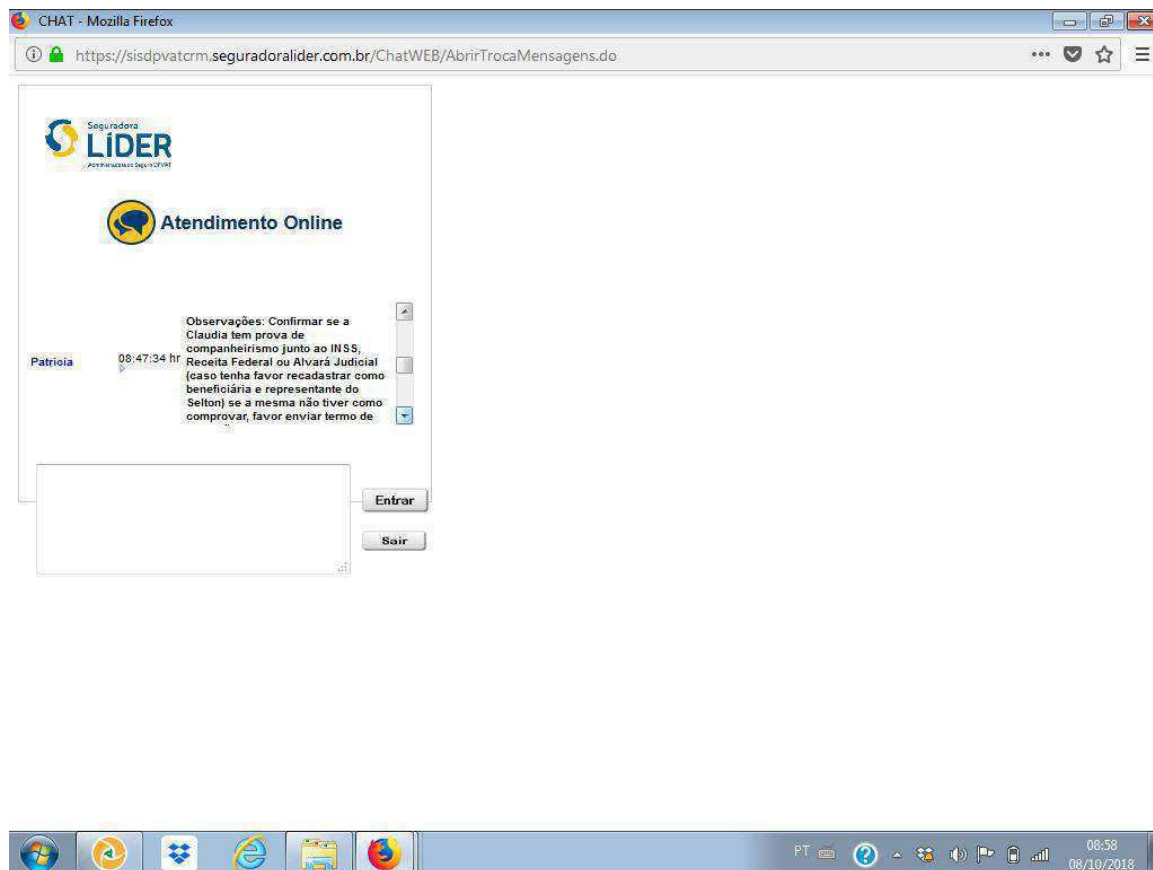
Sair

PT 08:42 16/10/2018

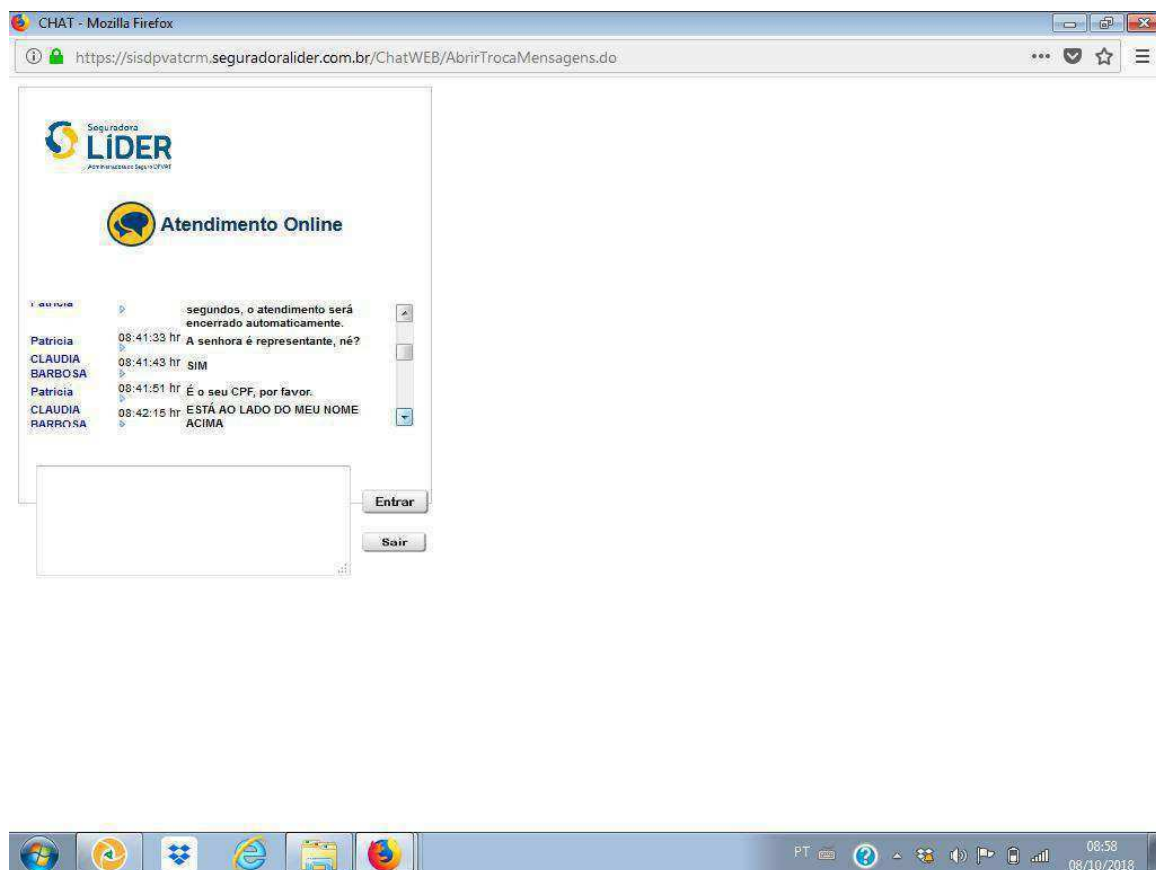
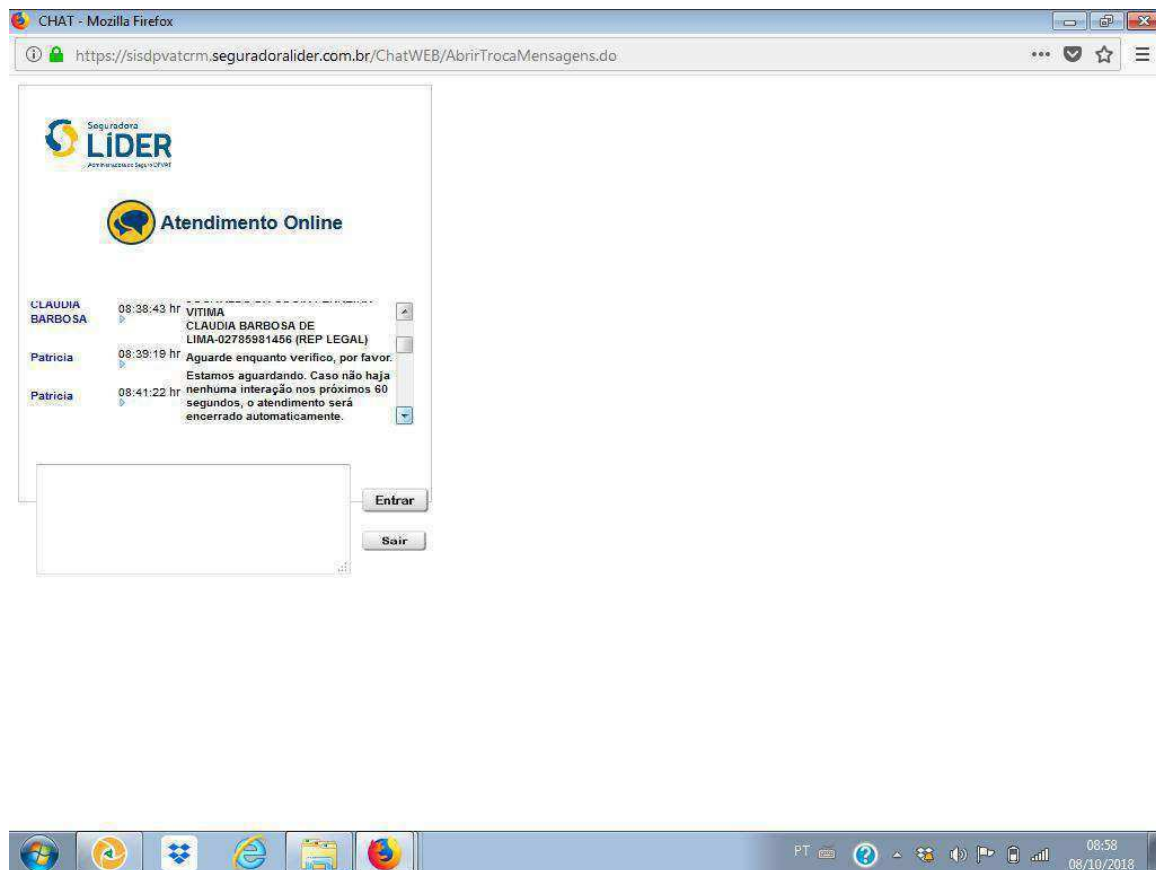




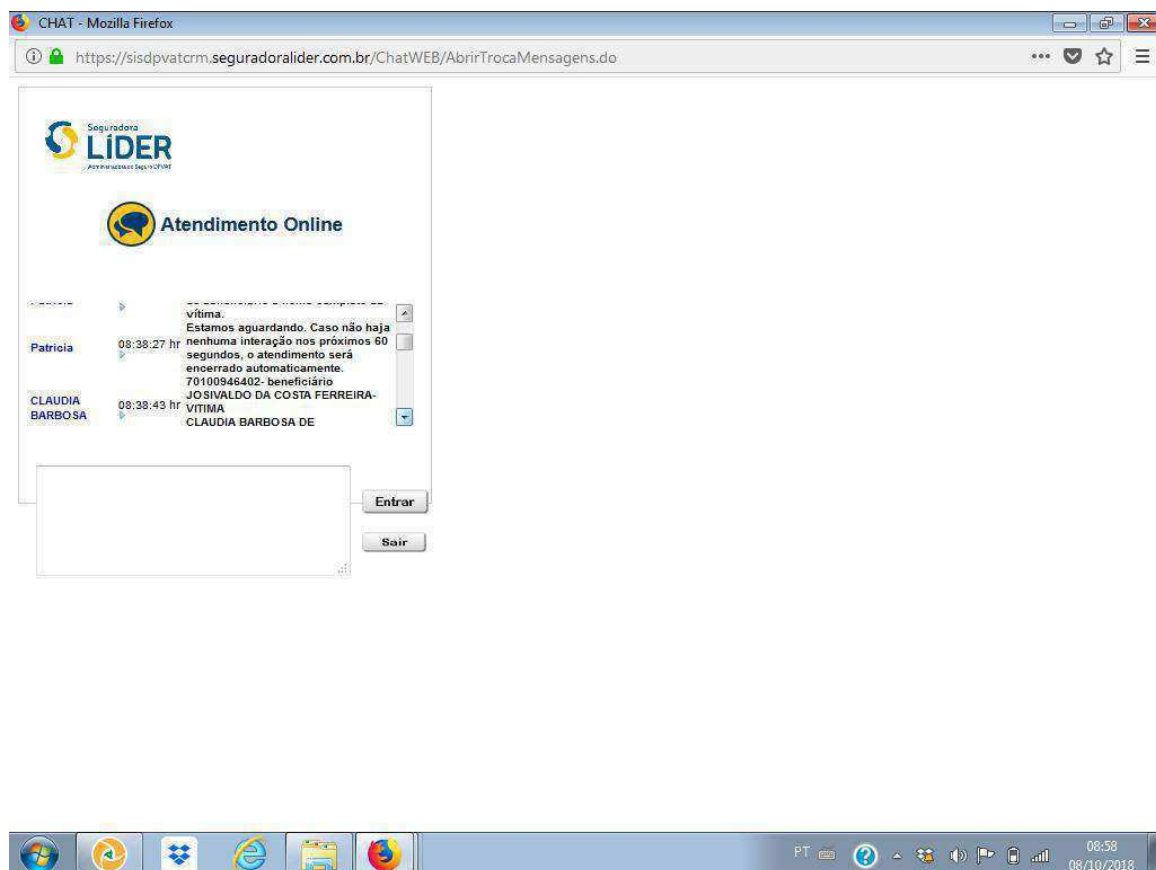
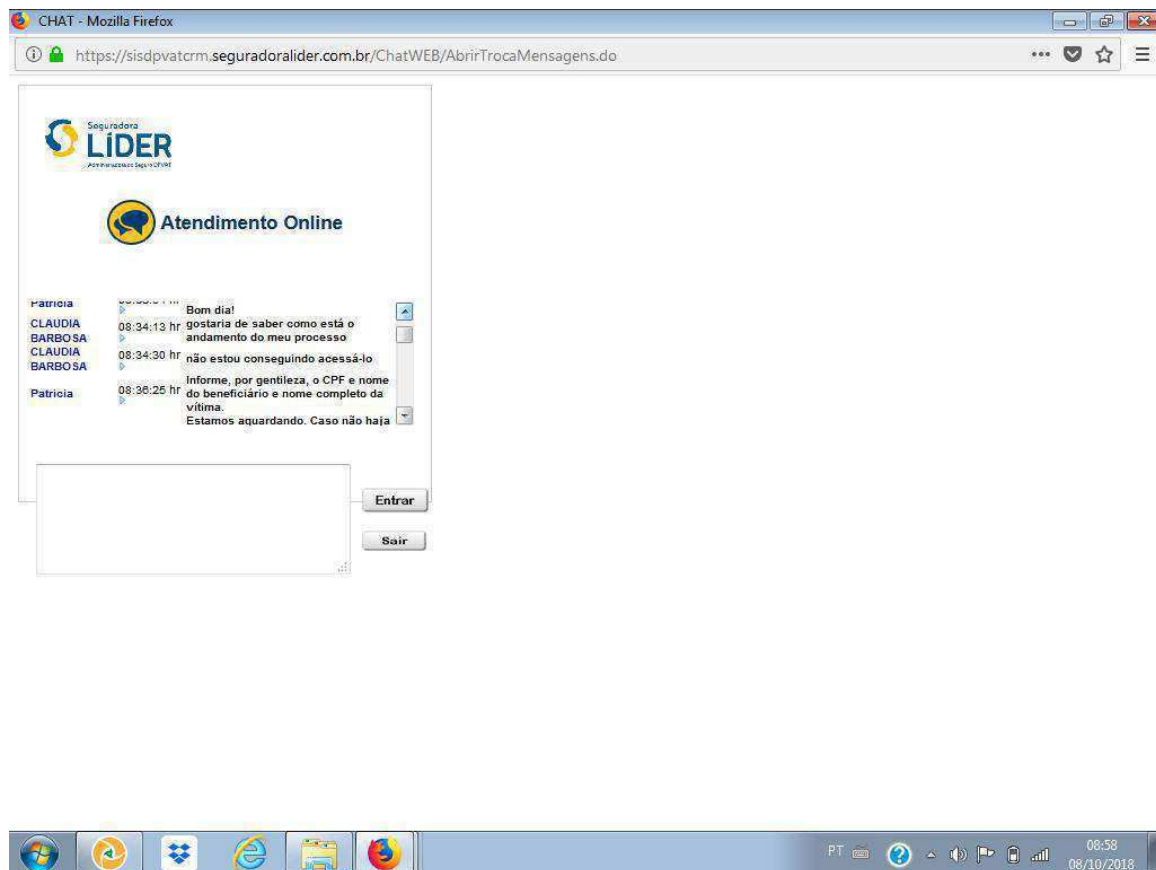














CHAT - Mozilla Firefox

https://sisdpvatcm.seguradoralider.com.br/ChatWEB/AbriuTrocaMensagens.do

**Seguradora LIDER**  
Atendimento Online

Patricia 08:56:07 hr nenhuma interação nos próximos 60 segundos, o atendimento será encerrado automaticamente.

CLAUDIA BARBOSA 08:56:28 hr AGUARDANDO

Patricia 08:57:24 hr Foi recebida a documentação hoje, encaminhada ao setor responsável para análise.

Patricia 08:57:34 hr Aguarde e continue acompanhando.

Entrar Sair

PT 08:59 08/10/2018

CHAT - Mozilla Firefox

https://sisdpvatcm.seguradoralider.com.br/ChatWEB/AbriuTrocaMensagens.do

**Seguradora LIDER**  
Atendimento Online

CLAUDIA BARBOSA 08:56:28 hr AGUARDANDO

Patricia 08:57:24 hr Foi recebida a documentação hoje, encaminhada ao setor responsável para análise.

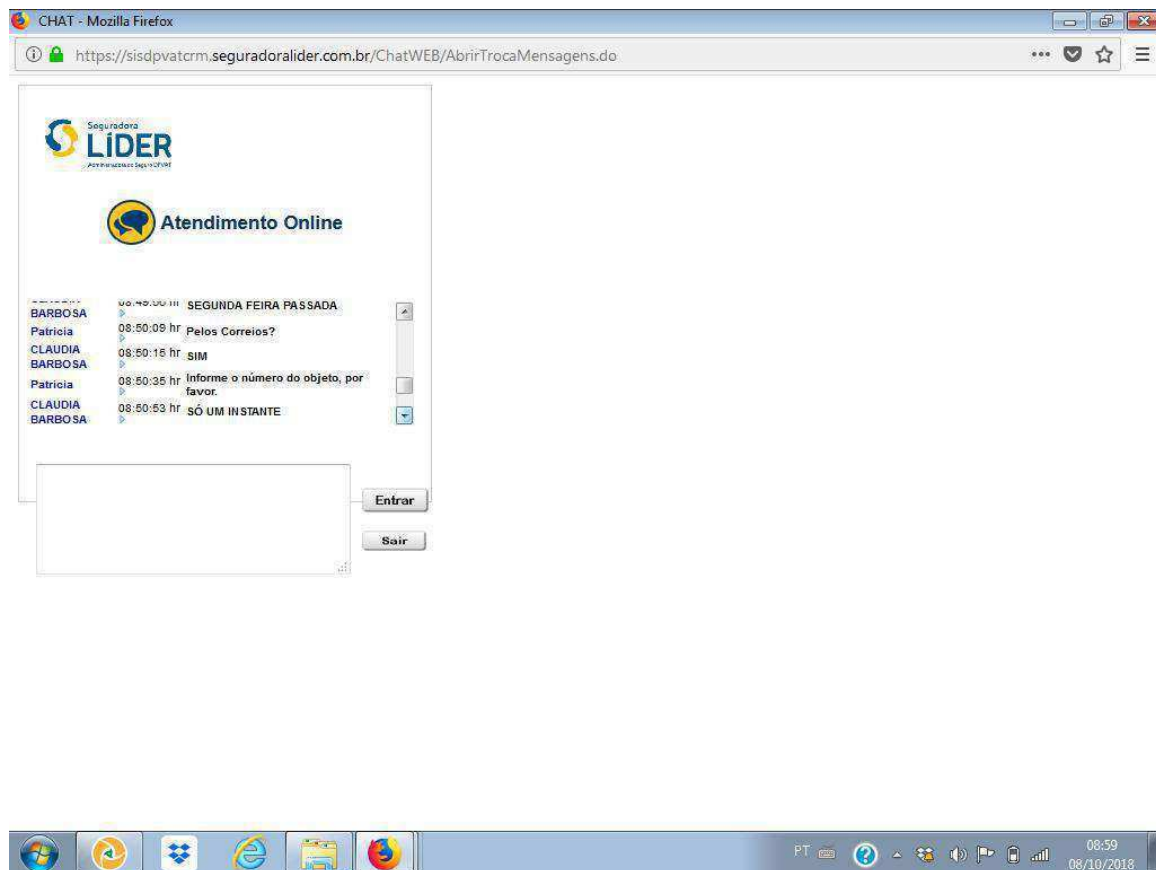
Patricia 08:57:34 hr Aguarde e continue acompanhando.

Patricia 08:58:00 hr Alguma outra informação?

Entrar Sair

PT 08:59 08/10/2018










EM ANEXO



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 035.5.18.01481/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Sape	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CIVE...	<b>Data de emissão:</b> 26/12/2018
<b>Número da guia:</b> 035.2018.601481 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2018
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.482,30 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,41
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.495,65
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866100000144 956509283183 520181231033 551801481013 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.495,65

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 035.5.18.01481/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Sape	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CIVE...	<b>Data de emissão:</b> 26/12/2018
<b>Número da guia:</b> 035.2018.601481 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2018
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.482,30 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,41
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.495,65
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866100000144 956509283183 520181231033 551801481013 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.495,65

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 035.5.18.01481/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Sape	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CIVE...	<b>Data de emissão:</b> 26/12/2018
<b>Número da guia:</b> 035.2018.601481 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/12/2018
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.482,30 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,41
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.495,65
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866100000144 956509283183 520181231033 551801481013 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.495,65





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 035.2018.601481

**Data Vencimento:** 31/12/2018

**Data Emissão:** 26/12/2018

**Comarca:** Sape

**Classe:** PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL - CIVEL - 436

**Promovente:** SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA E OUTRO

**Promovido:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**Valor da Causa:** R\$ 28.500,00

**Despesas Processuais:** R\$ 12,00

**Custas:** R\$ 1.482,30

**Taxa:** R\$ 0,00

**Total da Guia:** R\$ 1.494,30

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





**Poder Judiciário da Paraíba**

**1ª Vara Mista de Sapé**

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436).

PROCESSO N. 0801579-43.2018.8.15.0351 [SEGURO].

AUTOR: SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA, CLAUDIA BARBOSA DE LIMA .

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A .

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Não obstante o requerimento de concessão da gratuidade judiciária, a inicial não informa qual seria a atividade econômica/profissional do autor, nem se receberia renda mensal regular, o que permitiria a análise dos pressupostos legais para a concessão e qual a medida mais adequada (se parcelamento de custas, redução proporcional, isenção de certos atos ou dispensa integral).

Destaco, outrossim, que a indicação de "profissão" é pressuposto da inicial, nos termos do art. 319, I, do CPC.

Destarte, intime-se o autor, por seu advogado, para que complete a inicial, informando a profissão ou atividade econômica do autor, no prazo de 15 (quinze) dias e sob pena de indeferimento da exordial.

Sem prejuízo, proceda com a devida retificação da autuação, devendo o feito tramitar sob o procedimento do rito comum.

SAPÉ, 14 de janeiro de 2019.

Anderley Ferreira Marques





JUIZ DE DIREITO



SEGUE EM ANEXO





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE SAPÉ-PB**

**Processo nº. 0801579-43.2018.8.15.0351.**

**Autor: SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA e outro.**

**Réu: SEGURADORA LÍDER.**

**SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA e CLAUDIA BARBOSA DE LIMA**, já qualificados nos autos, vem através deste, via advogado constituído, que promove em face da Seguradora Líder, respeitosamente, à presença de V. Exa., expor e requerer o que se segue:

Conforme solicitado pelo Juízo, seguem as profissões dos autores:

- **SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA, 11 anos de idade, estudante.**
- **CLAUDIA BARBOSA DE LIMA, 41 anos de idade, pensionista (carta de concessão do benefício em anexo no valor de R\$ 1.556,77).**

Em relação a determinação de alteração da classe processual, informa os demandantes que a presente ação é apenas de cobrança, não há a necessidade de perícia pois o prêmio do seguro (DPVAT) cobrado é decorrente de óbito do segurado.

Nestes Termos.  
Pede Deferimento,

Sapé/PB, 15 de janeiro de 2019.

**BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL**  
**OAB/PB 18.154**



**Nome:** CLAUDIA BARBOSA DE LIMA

**Nit:** 2360764175-3

**Aps:** 13.0.01.020 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL GUARABIRA

**Número do Benefício:** 182.011.003-3

**Data de Concessão do Benefício:** 19/03/2018

Comunicamos que lhe foi concedido **PENSAO POR MORTE PREVIDENCIARIA (21)** número **182.011.003-3** requerido em **25/01/2018** com renda mensal de **R\$ 1.556,77**, calculada conforme abaixo, com início de vigência a partir de **07/01/2018**.

Caso não tenha feito opção pelo crédito em conta corrente ou poupança, compareça na instituição bancária indicada abaixo, munido obrigatoriamente do documento de identificação apresentado no ato do requerimento do benefício. Os créditos subsequentes serão efetuados no **3º** dia útil de cada mês.

Confira o seu nome, o endereço impresso abaixo e, em caso de erro, compareça à Agência da Previdência Social para que sejam providenciadas as devidas correções.

O dependente (filho/irmão) maior inválido deverá comunicar a cessação da invalidez imediatamente à Previdência Social, observado o disposto no art. 77, § 2º, inc. III da Lei nº 8.213/91, sendo considerada irregular a percepção do benefício após o fim da invalidez.

**Dados do Pagamento do Benefício**

**Órgão Pagador / Agência Bancária:** 243.794 / BRADESCO - GUARABIRA

**Endereço:** AVENIDA PADRE INACIO DE ALMEIDA, 100 - CENTRO

Cálculo de Benefícios segundo a Lei 9876, de 29/11/1999

Seq.	Data	Salário	Índice	Sal. Corrigido	Observação
001	11/2015	1.142,76	1,1098	1.268,23	
002	10/2015	2.022,88	1,1183	2.262,28	
003	09/2015	1.514,17	1,1240	1.702,00	
004	08/2015	1.478,76	1,1268	1.666,35	
005	07/2015	1.385,58	1,1333	1.570,41	
006	06/2015	1.365,56	1,1421	1.559,64	
007	05/2015	1.379,82	1,1534	1.591,52	
008	04/2015	1.227,29	1,1616	1.425,64	
009	03/2015	1.248,15	1,1791	1.471,77	
010	02/2015	1.390,63	1,1928	1.658,79	
011	01/2015	1.288,39	1,2104	1.559,58	
012	12/2014	1.466,88	1,2179	1.786,65	
013	11/2014	1.218,42	1,2244	1.491,90	
014	10/2014	1.890,22	1,2291	2.323,28	
015	09/2014	1.240,00	1,2351	1.531,56	
016	08/2014	1.245,11	1,2373	1.540,64	





017	07/2014	1.241,76	1,2389	1.538,49	
018	06/2014	1.208,14	1,2421	1.500,73	
019	05/2014	1.237,13	1,2496	1.545,96	
020	04/2014	1.135,53	1,2593	1.430,06	
021	03/2014	1.138,54	1,2697	1.445,61	
022	02/2014	1.158,27	1,2778	1.480,08	
023	01/2014	1.355,53	1,2858	1.743,05	
024	12/2013	1.142,51	1,2951	1.479,71	
025	11/2013	1.130,00	1,3021	1.471,41	
026	10/2013	1.197,34	1,3100	1.568,61	
027	09/2013	1.148,23	1,3136	1.508,33	
028	08/2013	1.200,68	1,3157	1.579,75	
029	07/2013	1.092,38	1,3140	1.435,39	
030	06/2013	1.027,17	1,3176	1.353,49	
031	05/2013	1.706,58	1,3223	2.256,61	
032	04/2013	1.125,93	1,3301	1.497,60	
033	03/2013	1.188,67	1,3380	1.590,54	
034	02/2013	1.006,99	1,3450	1.354,44	
035	01/2013	1.031,81	1,3574	1.400,59	
036	12/2012	1.077,92	1,3674	1.474,01	
037	11/2012	1.045,13	1,3748	1.436,89	
038	10/2012	979,86	1,3846	1.356,72	
039	09/2012	907,55	1,3933	1.264,51	
040	08/2012	1.437,60	1,3996	2.012,06	
041	07/2012	1.138,57	1,4056	1.600,39	
042	06/2012	1.068,47	1,4092	1.505,76	
043	05/2012	944,15	1,4170	1.337,88	
044	04/2012	1.013,37	1,4260	1.445,15	
045	03/2012	925,77	1,4286	1.322,61	
046	02/2012	849,38	1,4342	1.218,20	DESCONSIDERADO
047	01/2012	874,54	1,4415	1.260,69	DESCONSIDERADO
048	12/2011	930,16	1,4488	1.347,70	
049	11/2011	998,62	1,4571	1.455,14	
050	10/2011	797,38	1,4618	1.165,62	DESCONSIDERADO
051	09/2011	1.324,33	1,4683	1.944,64	
052	08/2011	893,61	1,4745	1.317,68	
053	07/2011	824,55	1,4745	1.215,85	DESCONSIDERADO
054	06/2011	793,22	1,4778	1.172,22	DESCONSIDERADO
055	05/2011	806,03	1,4862	1.197,94	DESCONSIDERADO
056	04/2011	783,88	1,4969	1.173,41	DESCONSIDERADO



057	02/2011	780,15	1,5149	1.181,88	DESCONSIDERADO
058	01/2011	933,10	1,5291	1.426,88	
059	12/2010	802,46	1,5383	1.234,47	DESCONSIDERADO
060	11/2010	794,09	1,5542	1.234,18	DESCONSIDERADO
061	10/2010	759,52	1,5685	1.191,31	DESCONSIDERADO
062	09/2010	738,16	1,5769	1.164,06	DESCONSIDERADO
063	08/2010	631,06	1,5758	994,47	DESCONSIDERADO

Tempo de contribuição: 05 grupos de 12 contribuicoes

Somatório dos salários corrigidos = 77.838,71

Salario de Benefício = 77.838,71 / 50 = 1.556,77

Número de dependentes = 1

**Renda Mensal Inicial = 1.556,77 X coeficiente = 1.556,77**

onde, *Coeficiente* = 1.0

As aposentadorias por idade, tempo de contribuição e especial concedidas pela Previdência Social, são irreversíveis e irrenunciáveis, após o saque do primeiro pagamento ou do PIS, PASEP ou FGTS.



Você pode conferir a autenticidade do documento em  
<https://meu.inss.gov.br/central/autenticidade.html>  
com o código 180322A4Q57F49





**Poder Judiciário da Paraíba**

**1ª Vara Mista de Sapé**

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436).

PROCESSO N. 0801579-43.2018.8.15.0351 [SEGURO].

AUTOR: SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA, CLAUDIA BARBOSA DE LIMA .

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A .

**DESPACHO**

Vistos, etc.

A despeito da distribuição ao procedimento do juizado especial cível, a narrativa da exordial indicaria que a pretensão deduzida se refere a feito do procedimento comum (manifestação pela condenação em honorários advocatícios).

Desta feita, sob pena de indeferimento, determino a emenda a exordial, para que o autor, em quinze dias, manifeste **de forma expressa** qual o procedimento que pretende fazer tramitar sua ação: se pelo rito comum ou o da lei n. 9099/95.

Publicado eletronicamente. Intime-se.

SAPÉ, 25 de fevereiro de 2019.

Anderley Ferreira Marques

JUIZ DE DIREITO



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA MISTA  
DA COMARCA DE SAPÉ-PB**

PROCESSO Nº 0801579-43.2018.8.15.0351

**S. L. B. D. C. e outros**, já qualificado nos autos, vem solicitar que seja o presente processo seguir o rito dos juizados especiais em decorrência de inexistir complexidade bem como pelo valor dado a causa.

**PEDE DEFERIMENTO.**

Sapé/PB, 26 de fevereiro de 2019.

**BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL**  
**OAB/PB nº 18.154**





**Poder Judiciário da Paraíba**

**1ª Vara Mista de Sapé**

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436).

PROCESSO N. 0801579-43.2018.8.15.0351 [SEGURO].

AUTOR: SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA, CLAUDIA BARBOSA DE LIMA .

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A .

**DESPACHO**

Vistos, etc.

1. Recebo a emenda à exordial.

2. DESIGNO a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia **29 DE MAIO DE 2019, ÀS 09H45MIN.**

3. CITE-SE a parte promovida, por carta registrada com aviso de recebimento, advertindo-o que a ausência à audiência ou a não apresentação de contestação implicará na sua revelia e confissão quanto à matéria de fato.

4. ADVIRTAM-SE as partes que, não obtida conciliação poderá ter início, de plano, a audiência de instrução e julgamento, ocasião em que será apresentada toda prova que pretendam produzir, inclusive a testemunhal, sob pena de preclusão.

5. Acaso optem pela intimação judicial da testemunha, que seja depositado o rol em cartório no prazo de 10 (dez) dias anteriores à audiência.

SAPÉ, 4 de abril de 2019.

Anderley Ferreira Marques

JUIZ DE DIREITO







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara Mista de Sapé**  
**Rua Pe. Zeferino Maria, S/N, Centro, SAPÉ - PB - CEP: 58340-000**  
**SAPÉ**  
**( )**

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO:** 0801579-43.2018.8.15.0351

**CLASSE DO PROCESSO:** PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

**ASSUNTO(S) DO PROCESSO:** [SEGURO]

**Nome:**                    **SEGURADORA**                    **LIDER**                    **DOS**                    **CONSORCIOS**                    **S/A**  
**Endereço:** Rua Senador Dantas, 74, 5 ANDAR, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 1ª Vara Mista de Sapé, fica Vossa Senhoria devidamente CITADO(A) por todos os atos do processo acima mencionado (cópia da inicial anexa), e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra, à audiência de: **Tipo: Conciliação, Instrução e Julgamento Sala: SALA DO JUIZADO Data: 29/05/2019 Hora: 09:45**, ficando advertido(a), desde já, que não comparecimento importará REVELIA, reputando-se verdadeiras as alegações do(a) autor(a) e, em JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE, consoante art. 20, da Lei nº 9.099/95 e 355 do Código de Processo Civil.  
SAPÉ, em 26 de abril de 2019.

ALDEMIR PEREIRA DA SILVA  
Servidor

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:** <http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>.  
**NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:** XXXXXXXXXXXXX



Ciente



SEGUE ANEXO.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAPE/PB

Processo n.º 08015794320188150351

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA**, representado por **CLAUDIA BARBOSA DE LIMA**, ambos requerentes, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Alegam os Autores em peça vestibular, que **JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA**, foi vítima acidente automobilístico ocorrido em 07/01/2018.

Cumpra esclarecer que, em que pese a autora ter realizado o requerimento do pagamento através da via administrativa, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a mesma não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

ASSIM, TENDO A AUTORA DEIXADO DE APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA POR LEI, CARECENDO O AUTOR DE UMA CONDIÇÃO ESPECÍFICA DO REGULAR EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO, QUAL SEJA, INTERESSE DE AGIR.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





## **PRELIMINARMENTE**

### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>[1]</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

### **DA IMPOSSIBILIDADE DE REPRESENTAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS**

Da simples leitura da inicial constata-se que há no processo representação do menor **SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA** por **CLAUDIA BARBOSA DE LIMA**.

Entretanto, a Lei 9.099/95 é **EXTREMAMENTE CLARA QUANTO A IMPOSSIBILIDADE PARTICIPAÇÃO DE MENORESEM SEDE DE JUIZADO**, tal qual esposado abaixo, na transcrição do art. 8º da supracitada Lei.

Em continuidade ao dispositivo do artigo supramencionado, pedimos escusas para transcrever o disposto no art. 51, IV, da Lei 9.099/95, que remete aos casos acima elencados.

**ASSIM, RESTA PATENTE QUE EM SEDE DE JUIZADOS SOMENTE É POSSÍVEL O AJUIZAMENTO DE DEMANDA POR PESSOAS FÍSICAS MAIORES E CAPAZES, NÃO SENDO POSSÍVEL A REPRESENTAÇÃO OU ASSISTÊNCIA, COMO SE INSERE DOS DISPOSITIVOS SUPRACITADOS.**

### **DA ILEGITIMIDADE “AD CAUSAM” DE PARTE NO PÓLO ATIVO DA PRESENTE DEMANDA**

Inicialmente, em que pese a autora figurar nesta demanda, alegando para tanto ter convivido maritalmente com **O FALECIDO, O QUE LHE TORNARIA BENEFICIÁRIA DO MESMO, NÃO HÁ PROVAS HÁBEIS A ACOLHER TAL ALEGAÇÃO.**

Cumprido destacar que a Lei 11.482/07, deu nova redação ao artigo 4º da Lei 6.194 e estabeleceu que a indenização, no caso de morte, será paga de acordo com o disposto no artigo 792 do Código Civil<sup>[1]</sup>.

**NA HIPÓTESE VERTENTE, A PARTE AUTORA NÃO FEZ QUALQUER PROVA DE QUE EFETIVAMENTE EXISTIU RELAÇÃO DE CONVIVÊNCIA DURADOURA COM A VÍTIMA COM O OBJETIVO DE CONSTITUIÇÃO FAMILIAR, SENDO CERTO QUE OS DOCUMENTOS ACOSTADOS NA EXORDIAL SÃO IMPRESTÁVEIS PARA TANTO. SEM DÚVIDA NÃO HÁ NOS AUTOS PROVA SUFICIENTE QUE A MESMA ERA COMPANHEIRA DA VÍTIMA.**

Ademais, são requisitos indispensáveis para a demonstração da entidade familiar formada por conviventes, aqueles que de forma conjunta devem ser preenchidos e não de forma separada, pois não basta ter filhos em comum, há necessidade de que essa relação seja duradoura, com respeito e consideração mútuos e assistência moral e material recíproca, ou seja, para alcançar *status* de companheira é necessário muito mais do que filho em comum.

<sup>[1]</sup>“Art. 4º: A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)”.



**CONCLUI-SE QUE NÃO HÁ PROVA INEQUÍVOCA NOS AUTOS PARA SE AFIRMAR COM EXATIDÃO QUE A AUTORA É COMPANHEIRA DA VÍTIMA E, PORTANTO, NÃO HÁ COMO SE EXIGIR QUE A SEGURADORA RÉ EFETUE O PAGAMENTO DO VALOR PLEITEADO, EIS QUE NEM MESMO FORAM JUNTADOS ALGUNS DOCUMENTOS QUE PODERIAM LEVAR A ESTA COMPROVAÇÃO, TAIS COMO: PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS; DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES JUNTO À RECEITA FEDERAL; CARTEIRA DE TRABALHO COM PROVA DE DEPENDÊNCIA. VEJA AINDA EXA., QUE NA CERTIDÃO DE ÓBITO JUNTADA AOS AUTOS, DE QUE A VÍTIMA ERA SOLTEIRA:**

**CERTIDÃO DE ÓBITO**

NOME: **JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA**

MATRÍCULA: **0699300155 2018 4 00004 015 0000029 77**

SEXO: masculino COR: PARDA ESTADO CIVIL E IDADE: solteiro, 37 anos

NATURALIDADE/UF: Mar-PB DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: CPF nº. 058.307.144-93

ELEITOR: SIM - Nº 027234311228, Zona: 4 - PB

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA (DO FALECIDO): Josineide da Costa Ferreira. Residia na(o) Rua José Aires de Alencar, nº 185, Centro, no município de Sapé-PB

DATA E HORA DO FALECIMENTO: sete de janeiro de dois mil e dezoito - 17:30 DIA: 07 MÊS: 01 ANO: 2018

LOCAL DO FALECIMENTO: Em via pública: PB 073 (Vítima de Acidente de Moto) no município de Sobrado-PB

CAUSA DA MORTE: Anemia Aguda, Lesão Vascular e Pulmonar e Trauma Torácico.

NOME DO MÉDICO / CRM: Dra. Francisca Divina s. de Melo - CRM: 3272 LOCAL DO SEPULTAMENTO: Cemitério São Sebastião no dia seguinte 08/01/2018, às 17:00 no município de Sobrado-PB

DECLARANTE: CLAUDIA BARBOSA DE LIMA, do falecido, brasileira, solteira, com 40 anos de idade, Funcionária Pública, residente e domiciliada: Rua José Aires de Alencar, nº 185, Sapé-PB, natural de Mar-PB

**ADEMAIS, NÃO HÁ QUALQUER OUTRO DOCUMENTO OFICIAL QUE ASSIM CORROBORE NO SENTIDO DE RECONHECER ADUZIDA UNIÃO ESTÁVEL, EM RELAÇÃO A PARTE AUTORA!**

VERIFICA-SE AINDA EXA., NÃO HAVER A PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS OU DECLARAÇÃO DE DEPENDENTE JUNTO À RECEITA FEDERAL, E MAIS, NÃO FOI JUNTADO AO PRESENTE AUTOS, A DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS.

ADEMAIS, NÃO HÁ QUALQUER OUTRO DOCUMENTO OFICIAL QUE ASSIM CORROBORE NO SENTIDO DE RECONHECER ADUZIDA UNIÃO ESTÁVEL, VERIFICA-SE AINDA EXA., NÃO HAVER A PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS OU DECLARAÇÃO DE DEPENDENTE JUNTO À RECEITA FEDERAL, PROVA DE DEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA CARTEIRA DE TRABALHO DEVIDAMENTE FORMALIZADA PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL!

**IDENTIFICAMOS QUE A PARTE AUTORA PLEITEIA A INTEGRALIDADE DA INDENIZAÇÃO, TODAVIA, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE NOS AUTOS, LOCALIZAMOS A EXISTÊNCIA DE DEMAIS HERDEIROS NECESSÁRIOS. ASSIM, SUGERIMOS ANÁLISE QUANTO A LEGITIMIDADE DOS BENEFICIÁRIOS.**



Cumpra ainda informar, que na impossibilidade da apresentação dos documentos mencionados anteriormente, deverá ser apresentado Alvará Judicial ou decisão judicial que reconheça união estável do interessado com a vítima.

Com isso, Assim, deve-se verificar a impossibilidade de pagamento da indenização a autora, posto que não se enquadra na qualidade de beneficiária, de modo que tal fato merece ser reconhecido, a fim de que, a Ré, ou qualquer outra Sociedade Seguradora participante do “pool” do Convênio DPVAT, não seja compelida a efetuar outro pagamento a possível beneficiário que possa surgir.

Ainda neste sentido, necessária se faz a verificação quanto aos beneficiários ascendentes da vítima, ou seja, os pais do falecido, vez que, não há qualquer informação a respeito da existência dos mesmos, motivo pelo qual pugna para que seja intimados os pais da vítima ou que seja acostada certidão de óbito.

Assim, deve-se verificar quanto a real qualidade de beneficiários dos Autores, para que no futuro a Ré, ou qualquer outra Sociedade Seguradora participante do “pool” do Convênio DPVAT, não seja compelida a efetuar outro pagamento a possível beneficiário que possa surgir.

**DESTA FORMA, ANTE A AUSÊNCIA COMPROVAÇÃO DE ÚNICA BENEFICIÁRIA DA AUTORA PARA RECEBER A INDENIZAÇÃO EM SUA TOTALIDADE, REQUER SEJA JULGADA EXTINTA SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 485, V, DO CPC DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015.**

#### **DA FALTA DE INTERESSE DE INTERESSE PROCESSUAL**

##### **PENDÊNCIA DOCUMENTAL**

O processo deve ser extinto sem conhecimento do mérito, porque não concorre uma das condições da ação: o *INTERESSE PROCESSUAL*.

Verifica-se que, o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que deixou de sanear tal pendência, acarretando no cancelamento do sinistro.

Insta esclarecer que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pacificou o tema e conforme o Aviso nº 108/2012 resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, vejamos:

***“A prova do requerimento administrativo prévio à seguradora da cobrança da cobertura do seguro DPVAT deve ser exigida pelo juiz no exame da petição inicial”.***

No mesmo sentido, se posicionou o Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

**“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.**

**Inércia do autor quanto a este pedido. Reversão do entendimento. Impossibilidade. Incurção em matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ. Violação ao princípio da inafastabilidade do acesso à Justiça. Impossibilidade de exame por esta Corte de Justiça. Matéria atinente à competência do Supremo Tribunal Federal.**

**O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso de demanda judicial.**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



**(...) 4. Agravo regimental desprovido” (AgRg no REsp 936574/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgamento em 02/08/2011).**

Trata-se de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, até porque, o requerimento prévio administrativo é requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, conforme dispõe o art. 5º, § 1º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito:

**“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.**

**(...)**

**§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30**

**(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)(...)”**

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que, frise-se, é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Deste modo, verifica-se que a seguradora só se constitui em mora 30 dias após a entrega de todos os documentos legais na esfera administrativa. E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

Assim, tendo o autor deixado de cumprir as exigências administrativas à indenização que entende devida, ingressando com a presente ação sem antes eliminar todas as possibilidades, resta claro que não existe interesse na demanda.

Importante salientar, ademais, que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do Art. 485, VI, do CPC, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

## **DO MÉRITO**

### **DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**

Caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

**A RÉ INFORMA A NECESSIDADE DE SER OUVIDA, PESSOALMENTE, A PARTE AUTORA SOBRE OS FATOS NARRADOS NA INICIAL, BEM COMO TODA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS, EM ESPECIAL O BOLETIM DE OCORRÊNCIA, HAJA VISTA QUE A NARRATIVA DOS FATOS, NÃO FOI EXPOSTA DE FORMA CLARA, BASTANTE GENÉRICA, NÃO HÁ TESTEMUNHAS, NÃO HÁ INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA MOTOCICLETA CONDUZIDA PELA VÍTIMA, CONSTANDO APENAS RELATOS TOTALMENTE UNILATERAIS DA PARTE AUTORA PARA SUA PRÓPRIA CONVENIÊNCIA.**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

#### **DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07**

#### **ALTERAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 6.194/74**

Cumpre salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT4.

Destaque-se ainda, que a Lei 11.482/07 modifica a forma de pagamento a ser realizado aos beneficiários legais e o mesmo art. 8º da referida Lei, alterou o art. 4º da Lei 6.194/74, no sentido de que a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 do Código Civil 5.

Desta forma, resta indiscutivelmente comprovado que a verba indenitária deve ser rateada entre todos os beneficiários da vítima.

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), verifica-se que o valor deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima.

Portanto, para que a autora possa receber o valor referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, deve comprovar a qualidade de única beneficiária.

#### **DA FALTA DE CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL**

No instituto da responsabilidade civil, a obrigação de indenizar está diretamente vinculada à comprovação real do dano, como regra mínima de convivência, o que não se verifica no caso em concreto.

Em que pese à parte autora alegar que faria ainda *jus* ao recebimento de indenização por danos morais, não há nos autos qualquer prova de que a parte autora ter sido acometida de abalo capaz de justificar a formulação do pedido de danos morais, o que dificulta até mesmo a formulação da defesa.

Nesse passo, à guisa de ilustração, faz-se remissão à lição do mestre CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, sobre o dano hipotético.

Ainda que ilícito houvesse nem assim poderia a parte autora pretender indenizações, pela evidência de que suas consequências, no caso, não tiveram magnitude suficiente para caracterizar tecnicamente dano moral, conforme os precedentes pátrios.

De fato, sentimentos como descontentamento, aborrecimento e inconformismo não podem ser confundidos com o dano moral.

Entendimento contrário ao aqui defendido implicaria inferir que, doravante, o vencido sempre terá de indenizar ao outro litigante um “dano moral” que o mesmo sofrera à conta do simples “transtorno” de haver utilizado a via judicial com vistas à satisfação do seu direito! Enfim, o dano moral seria uma consequência “direta” do inadimplemento da dívida e da propositura de uma ação judicial tencionando cobrá-la!

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





A Ré não praticou ofensa de qualquer gravidade e repercussão capaz de caracterizar o dano moral, que não basta ser alegado; precisa ser provado e comprovado.

Desta forma, a parte autora não faz jus a dano moral, conforme acima exposto.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>6</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

#### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar máximo de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

#### **CONCLUSÃO**

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

**Ante o exposto, requer a Ré a improcedência da ação, tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

- Queira o autor esclarecer se é o único beneficiário da vítima ou tem conhecimento da existência de outros herdeiros;



- Queira o autor esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial;
- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela;

Por fim, ressalta a necessidade da intervenção do Ministério Público nos casos de interesse de incapazes, sob pena de nulidade processual, conforme artigo 178, II c/c art. 279 do Código de Processo Civil.

**PARA FINS DO EXPRESSO NO ARTIGO 106, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, REQUER A RÉ QUE TODAS AS INTIMAÇÕES SEJAM ENCAMINHADAS AO ESCRITÓRIO DE SEUS PATRONOS, SITO NA RUA SÃO JOSÉ, Nº 90, GRUPO 810/812, CENTRO, RIO DE JANEIRO-RJ, CEP: 20010-020 E QUE AS PUBLICAÇÕES SEJAM REALIZADAS, EXCLUSIVAMENTE, EM NOME DO PATRONO SUELIO MOREIRA TORRES INSCRITO SOB O Nº OAB/PB 15477, SOB PENA DE NULIDADE DAS MESMAS.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA/PB, 28 de Maio de 2019.

**SUELIO MOREIRA TORRES  
OAB/PB 15477**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477 - OAB/PB, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **SAPE**, nos autos do Processo nº 08015794320188150351.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





## ACESSIBILIDADE



Nova Consulta

## COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas  
Documentos Invalidez Permanente  
Documentos Morte  
Dicas Indispensáveis

## PAGUE SEGURO

Como Pagar  
Consulta a Pagamentos Efetuados

## ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3180269484 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA

COBERTURA Morte

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

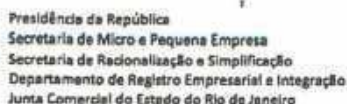
BENEFICIÁRIO CLAUDIA BARBOSA DE LIMA

CPF/CNPJ: 02785981456

## Posição em 28-05-2019 11:39:36

Seu pedido de indenização foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.





**NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF**

33.3.0028479-6

### Types Particles

Sociedade anônima

## Boite à Environnement

Normal

### NO An Dentrolin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

Ultima Arguementor

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149055 e demais constantes do termo de

autenticidade.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4856AFADE53C9F8FFD5CF68740F233R496AFDA80E1FDB  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Page 2/13



JUCEFLIA



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 28/05/2019 14:22:34

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19052814223160500000020909438>

Número do documento: 19052814223160500000020909438

Num. 21519921 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FPD5CF68740F233E496AFDA80E1F88	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	





Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rratificar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*[Assinaturas manuscritas]*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 5/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 28/05/2019 14:22:34

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19052814223160500000020909438>

Número do documento: 19052814223160500000020909438

Num. 21519921 - Pág. 5



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: PD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/</a> , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	



## RETIFICAÇÃO

No grupo 1º da Portaria Suspensão n. 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 168, seção 1, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,  
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE AEROTECNOLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei nº 5.964, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei nº 8.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 8.235, de 28 de novembro de 2003:

Considerando o Decreto Federal n.º 96.044, de 18 de maio de 1958, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Agrícolas;

Considerando a Portaria Interim n.º 16, de 14 de janeiro de 2014, que aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2014, seção 01, página 48;

Considerando que o fim do os unidades por de acor-  
dado, conforme o disposto no § 1º do art. 7º do Regulamento  
para o Transporte Rodoviário de Passageiros, deve ser a  
adequação dos veículos e dos equipamentos rodoviários des-  
tinados a este fim;

Considerando a necessidade de submissão do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CITPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários.

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Ampla de Conformidade para Tomada de Conta Reduzida.

Atividade de Calibração para Tipos de Carga Reduzidos  
destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela  
Portaria Interam nº 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme  
disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site [www.inmetro.gov.br](http://www.inmetro.gov.br) ou no endereço eletrônico:  
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
- Inmetro

Dir. 201-221- Rio de Janeiro - RJ  
Av. 2ª Fica substituído de Aneto A e D da Portaria

CIRCULAR Nº 4 DE 11 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR INSTITUIU, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, e para os fins legais, as seguintes normas, a serem publicadas, malhar e controle do Arco, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pelo Departamento de Negociações Internacionais (DEINT), com o objetivo de contribuir para a definição da nomenclatura do governo brasileiro na linha da coordenação do Códice Técnico nº 1, da Tarifa, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do Mercado A-Tarifa-Externa (TARIFA) e da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), bem como a classificação das mercadorias no âmbito do Sistema Harmonizado de Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (SH).

CIP 7001-00-00, Brasília (DF). As alterações deverão ficar preferencialmente no mesmo dia e hora e encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

A 2) As informações relativas às propostas devem ser encaminhadas mediante e-governança via original do modelo padrão, disponível na página do Ministério da Indústria, no endereço [http://www.mec.gov.br/governanca/EGP/InformacoesArquivoArco\\_Arco\\_261/Mostrar-e-controle-arco](http://www.mec.gov.br/governanca/EGP/InformacoesArquivoArco_Arco_261/Mostrar-e-controle-arco). O formulário também pode ser acessado pelos telefones (At) 202-7-23-73-31 a 202-7-23-73-32 no setor externo de comércio eletrônico (CELECOM).

A 3) O encaminhamento entre as análises das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico [http://www.mec.gov.br/gov/governanca/arquivos/arco/arco\\_arco\\_261.html](mailto:http://www.mec.gov.br/gov/governanca/arquivos/arco/arco_arco_261.html).

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pela unidade em nome da CT-1, deverá manifestar a respeito sobre os encaminhamentos à esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nos artigos 1º e 2º da Portaria Interministerial nº 198/2012.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO			
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
2917.20.09	Acidos policarboxilicos cíclicos, cíclicos ou cícloarilínicos, seus análogos, halogenetos, peróxidos, peróxidos e seus derivados	2917.20	Acidos Policarboxilicos, cíclicos, cíclicos ou cícloarilínicos, seus análogos, halogenetos, peróxidos, peróxidos e seus derivados
		2917.20.1	peróxidos, peróxidos e seus derivados
		2917.20.1	Entre os ácidos policarboxilicos cíclicos
		2917.20.15	Circumaceto de dióxido
		2917.20.99	Outros
			Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/credito.html>, pelo código 00012018712300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Para validar o documento acesse <http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.







4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

12/1

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996508

**ARTIGO 8º** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

#### **CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





de março de 1967.

10/11



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

  
Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

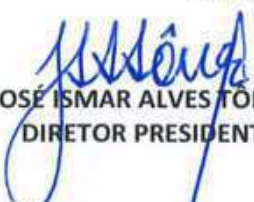
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º Ofício de Notas DA CAPITAL</b>	<b>Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira</b>	<b>AD528690</b>
<b>Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)</b>	<b>Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000</b>	<b>088674</b>
<b>Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.</b>	<b>Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS</b>	<b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b>
<b>Em testemunho da verdade.</b>	<b>Total</b>	<b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b>
<b>Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.</b>		<b>3,9% Escrevente</b>
<b>ETCP-56881 HQT, ETCP-56882 GHS</b>		<b>10796 48062 série 09077 ME</b>
<b>https://www3.tjri.jus.br/sitepublico</b>		<b>Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94</b>





**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807



EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA  
DE SAPÉ-PB

**Processo nº.: 0801579-43.2018.8.15.0351**

**Impetrante: S. L. B. D. C**

**Impetrado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

**S. L. B. D. C. e outros**, já qualificado na inicial, por meio do seu advogado ao final assinado, vem respeitosamente à presença de V. Exa., juntar DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÕES.

Nestes Termos.

Pede Deferimento,

Sapé/PB, 29 de maio de 2019.



**BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL**  
**OAB/PB 18.154**



**EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE  
SAPÉ-PB**

**Processo nº.: 0801579-43.2018.8.15.0351**

**Impetrante: S. L. B. D. C**

**Impetrado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

**S. L. B. D. C. e outros**, já qualificado na inicial, por meio do seu advogado ao final assinado, vem respeitosamente à presença de V. Exa., juntar DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÕES.

Nestes Termos.  
Pede Deferimento,

Sapé/PB, 29 de maio de 2019.

**BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL**  
**OAB/PB 18.154**







29/05/2019

Número: 0800044-79.2018.8.15.0351

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Órgão julgador: 3ª Vara Mista de Sapé

Última distribuição : 25/01/2018

Valor da causa: R\$ 954,00

Assuntos: Reconhecimento / Dissolução

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CLAUDIA BARBOSA DE LIMA (AUTOR)		BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL (ADVOGADO)	
S. L. B. D. C. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17119719	10/10/2018 15:38	T.A Investigação Sentença Procedência 0800044-79.2018.8.15.0351	Termo de Audiência



Estado da Paraíba  
Poder Judiciário  
Comarca de Sapé  
3ª Vara

TERMO DE AUDIÊNCIA

AUDIÊNCIA	INSTRUÇÃO E JULGAMENTO
DATA/HORA	27 de setembro de 2018, 11 h 30 min
PROCESSO	0800044-79.2018.815.0351
AÇÃO/JUIZO	RECONHECIMENTO / DISSOLUÇÃO
JUIZ DE DIREITO	RENAN DO VALLE MELO MARQUES
PROMOTORA	PAULA DA SILVA CAMILLO AMORIM
AUTORA	CLÁUDIA BARBOSA DE LIMA
ADVOGADO	DR. BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL - OAB/PB - 18.154
RÉU	S. L. B. DA C.
DEFENSOR PÚBLICO	DR. JOÃO GAUDÊNCIO DINIZ CABRAL - OAB/PB - 4.562

Aberta audiência, foram colhidos os depoimentos de uma testemunha da autora. Após, a parte autora fez alegações finais remissivas à inicial. Dando seguimento, tanto curador especial como o MP concordaram com o pedido. Em sequência, pelo Juiz foi proferida a seguinte **SENTENÇA**: "VISTOS, ETC. ANA PAULA GOMES DE LIMA, qualificado(a)(s) nos autos, ajuizou(aram) **AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTÉM** proposta por CLÁUDIA BARBOSA DE LIMA em face de S. L. B. DA C. Considerando o conflito de interesses entre as partes, foi nomeado a Defensoria Pública como Curador Especial. Apresentada contestação, foi designada a presente audiência de instrução, onde foi inquirida uma testemunha. É O **RELATÓRIO. DECIDO**: Ausentes questões processuais a serem solucionadas, passo ao exame do mérito. A Constituição Federal de 1988, reconhecendo a juridicidade do afeto, equiparou a união estável às entidades familiares, afirmando o Prof. Paulo Lôbo<sup>1</sup> ser o *caput* do art. 226<sup>2</sup> da Carta Magna uma "cláusula geral de inclusão". Muito embora o Código Civil não o conceda, o instituto da união estável possui características objetivamente descritas no art. 1.723 e impedimentos elencados no § 1º, do mesmo artigo. Senão vejamos: "Art. 1.723, CC. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família." § 1º A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521<sup>4</sup>; não se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente". Inobstante a legislação utilizar a expressão "convivência pública", Maria Berenice

1. Afonso Maria Berenice Dias, in Manual de Direito das Famílias, 4ª edição revista, atualizada e corrigida, ed. Revista dos Tribunais, p. 157.

2. Art. 226, caput, CF/88. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

3. O STF, por unanimidade de votos, julgou procedentes a ADPF nº 132 (caso ação direta de inconstitucionalidade) e a ADI nº 4.277, com eficácia erga omnes e efeito vinculante, para dar ao art. 1.723 do CC interpretação conforme à CF para dele excluir qualquer significado que impeça o reconhecimento da união estável, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar (DJU de 13.05.2011).

4. Art. 1.521, CC. Não podem casar: I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil; II - os afins em linha reta; III - o adotante com quem foi objeto de adoção e o adotado com quem o foi do adotante; IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive; V - o adotado com o filho do adotante; VI - as pessoas casadas; VII - o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu cônjuge.



Assinado eletronicamente por: JUAREZ JOSE DA SILVA JUNIOR - 10/10/2018 15:38:19

<http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1810101537213660000016673431>

Número do documento: 1810101537213660000016673431

Num. 17116





Dias<sup>5</sup> afirma que o que a lei exige é a "notoriedade" da relação. Da mesma forma, para refenda doutrinadora, a relação entre os conviventes deve estar amparada na "durabilidade e na continuidade do vínculo", sendo o "objetivo de constituir família" um "pressuposto de caráter subjetivo". Inexistindo tais elementos caracterizadores, não há como reconhecer a existência de união estável. É o que diz a jurisprudência mais abalizada, conforme se pode vê nesta decisão: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS DO ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL. ART. 333, I, DO CPC. Para o reconhecimento de união estável é necessária a demonstração robusta de seus elementos caracterizadores essenciais, quais sejam, a publicidade, a continuidade, a estabilidade e o objetivo de constituição de família (art. 1.723 do Código Civil), do que não se desincumbiu a autora. APELAÇÃO DESPROVIDA" (Apelação Cível Nº 70054068721, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Julgado em 27/06/2013).<sup>6</sup> Feitas essas breves considerações, vislumbro que a prova vertida aos autos é mais do que suficiente para atestar a existência de união estável entre a parte autora e o falecido **JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA**. Com efeito, a requerente acostou aos autos a certidão de nascimento do promovido, a qual atesta que é filho da autora e do *de cujus*. Além disso, a prova testemunhal corroborou as alegações iniciais. Por outro lado, quanto ao termo inicial, considerando-se a imprecisão da prova testemunhal, penso que deva ser fixado como sendo a data de nascimento do filho comum, qual seja, 25 de outubro de 2007 e finalizado na data do falecimento de **JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA**. ANTE O EXPOSTO, com base em tudo o mais que dos autos conta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para **DECLARAR** a existência de união estável entre **CLÁUDIA BARBOSA DE LIMA** e **JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA**, no período de 25/10/07 até 07/01/2018, nos moldes do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil e do art. 1.723 e seus parágrafos, do Código Civil, c/c art. 226, § 3º, da Constituição Federal. Custas processuais e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa pela ré, mas suspensa a exigibilidade em face da gratuidade da justiça deferida. Em tempo, as partes e o MP renunciaram ao prazo recursal. Assim, certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. *Publicada em audiência. Intimados os presentes. Registre-se. Desnecessária a intimação dos réus revéis*. Eu, **RENAN DO VALLE MELO MARQUES**, Juiz de Direito, digital em função da carência de servidores nesta Vara.

JUIZ DE DIREITO

AUTORA

ADVOGADO

CURADOR ESPECIAL

PROMOTORA DE JUSTIÇA

<sup>5</sup> in Manual de Direito das Famílias, 4ª edição revista, atualizada e ampliada, ed. Revista dos Tribunais, p. 181.

Assinado eletronicamente por: JUAREZ JOSE DA SILVA JUNIOR - 10/10/2018 15:38:19

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18101015372136600000016673431>

Número do documento: 18101015372136600000016673431

Num. 17119





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE SAPÉ  
CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO

Processo: 0900045-64.2018.8.15.0351

**CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que a sentença encartada nos autos no evento 17119719, transitou em julgado em 27/09/2018, face a homologação da renúncia do prazo recursal.

Sapé (PB), 01 de novembro de 2018

**Juarez José da Silva Júnior**

Analista/Chefe em exercício



Assinado eletronicamente por: JUAREZ JOSE DA SILVA JUNIOR - 01/11/2018 13:15:33  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18110113163066800000017081499>  
Número do documento: 18110113163066800000017081499

Num. 17544072





**Poder Judiciário da Paraíba**

**1ª Vara Mista de Sapé**

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

PROCESSO N: 0801579-43.2018.8.15.0351

NATUREZA: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436).

DATA E HORA : 29 de maio de 2019, 10:34:07.

AUTOR: SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA, CLAUDIA BARBOSA DE LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Tipo: Conciliação.

**PRESENTES:**

ABDORAL NOGUEIRA FERNANDES– Conciliador.

Dr. BRUNO TAYRONE SOUZA VIGINIO CABRAL OAB/PB. 18.154 – Advogado(a) do(a) promovente.

Dr. SULEIO MOREIRA TORRES OAB/PB. 15.477 – Advogado(a) do(a) promovido(a).

As partes.

**AUSÊNCIA:**

NENHUMA.

**OCORRÊNCIAS:**

Aberta a audiência e considerando a indisponibilidade momentânea do computador na sala de audiências, as partes ficam de logo cientes da data da continuação da audiência para 19/06/2019 às 11h15..





ABDORAL NOGUEIRA FERNANDES

Técnico Judiciário - Conciliador





**Poder Judiciário da Paraíba**

**1ª Vara Mista de Sapé**

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

PROCESSO N: 0801579-43.2018.8.15.0351

NATUREZA: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436).

DATA E HORA : 19 de junho de 2019, 11:27:05.

AUTOR: SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA, CLAUDIA BARBOSA DE LIMA.

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (preposto: Andre Luis F. V. Sobrinho).

AUDIÊNCIA DE: Conciliação, instrução e julgamento.

**PRESENTES:**

Dr. Anderley Ferreira Marques – Juiz de Direito.

Abdoral Nogueira Fernandes - Técnico Judiciário/Conciliador.

Dr. Bruno Tyrone Souza Virgínio Cabral – Advogado do autor.

Dr. Suélio Moreira Torres – Advogado do réu.

As partes.

**AUSÊNCIA:**

NENHUMA.



### OCORRÊNCIAS:

Foi realizado o pregão de estilo, verificando a presença das pessoas acima registradas.

Sob a condução do conciliador do CEJUSC, foi tentado o acordo entre as partes, porém, sem sucesso.

Na sequência, assumiu a presidência do ato o MM. Juiz de Direito.

Verificou-se que a parte promovida apresentou contestação escrita, já inserida no sistema, com documentos.

Dada a palavra, a parte autora manifestou sua opção pelo rito do procedimento comum, esclarecendo a existência de menor no polo ativo.

O promovido, a despeito do conteúdo da contestação, não se opôs ao pedido do autor de conversão do rito.

O MM Juiz proferiu a seguinte decisão: "De fato, havendo menor fica impedido o trâmite pelo rito do juizado especial cível. Considerando, ainda este motivo, determino a conversão ao rito do procedimento comum, e concedo ao autor os benefícios da gratuidade judiciária".

As partes disseram não terem outras provas a produzir, requerendo o julgamento antecipado da lide.

**EM SEGUIDA, PROFERIU O JUIZ DESPACHO NOS TERMOS SEGUINTE: "Vista do processo ao MINISTÉRIO PÚBLICO para emissão de parecer. Após, venha-me o processo concluso para julgamento".**

OBSERVAÇÕES: Não havendo nada mais a tratar, foi encerrado o presente termo, que foi lançado no sistema Pje e digitalmente assinado apenas pelo magistrado, nos termos do art. 25 da Resolução CNJ 185/2013.

Anderley Ferreira Marques

JUIZ DE DIREITO



## CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

SAPÉ

10 de julho de 2019

ALDEMIR PEREIRA DA SILVA



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

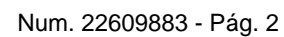
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE		
Ilmo. Sr. Represente legal da : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A Rua Senador Dantas, 74, 5 ANDAR, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ CEP: 20031-205		
DECLARAÇÃO		L'ENVOI
		<input type="checkbox"/> PRIORITARIA / PRIORITAIRE
		<input type="checkbox"/> EMS
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCÉPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
 03 JUN 2019		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR		
ALDEMIR PEREIRA DA SILVA RG: 20.993.830-7		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
ENDEREÇO PARA DEVOLOUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO		

FC0463 / 16

114 x 186 mm







**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**

**1. PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SAPÉ**

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA CORMARCA DE SAPÉ**

Ação: AÇÃO DE COBRANÇA DPVAT

Processo nº: 0801579-43.2018.8.15.0351

Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT movida por CLÁUDIA BARBOSA DE LIMA, face o falecimento de seu filho, SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA, em acidente de trânsito.

Objetivando otimizar a atuação dos membros do Ministério Público como intervenientes em processos cíveis no âmbito do Ministério Público da Paraíba, foi expedida a Recomendação Conjunta PGJ/CGMP nº 001/2012 que dispõe em seu artigo 1º:

*“Art. 1º Em matéria cível, intimado a se manifestar como órgão interveniente, o membro do Ministério Público, ao realizar a perfeita identificação do objeto da causa, e verificando não se tratar de processo que justifique a sua intervenção, poderá limitar-se a consignar, concisamente, a sua conclusão, apresentando, neste caso, os respectivos fundamentos(...)”*

Ocorre ainda que o Novo Código de Processo Civil tratou da matéria de forma expressa, deixando pouca margem para interpretação diferente da que ora esposamos, senão vejamos:



*Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam:*

*I – interesse público ou social;*

*II – interesse de incapaz;*

*III – litígios coletivos pela posse de terra*

*rural ou urbana.*

*Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.*

Como *in casu* trata-se de ação de cobrança, onde, a priori, não existe interesse de incapaz, tratando-se de demanda judicial contenciosa e com estrito interesse patrimonial, não se carece, portanto, o feito de intervenção obrigatória do *Parquet*. Por tal argumento, devolve, este Órgão Ministerial, os presentes autos sem manifestação conclusiva de mérito, requerendo seja-lhe dado o regular seguimento, independentemente de expedição de novas intimações ao Ministério Público.

É o parecer.

Sapé-PB, quinta-feira, 15 de agosto de 2019.

**Caroline Freire Monteiro da Franca**

Promotora de Justiça





**Poder Judiciário da Paraíba**

**1ª Vara Mista de Sapé**

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436).

PROCESSO N. 0801579-43.2018.8.15.0351 [SEGURO].

AUTOR: SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA, CLAUDIA BARBOSA DE LIMA.

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..

**DESPACHO**

Vistos, etc.

A despeito do parecer ministerial retro, verifico que no polo ativo da presente demanda figura **o menor** SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA, o qual pugna pela indenização em virtude do falecimento do seu genitor JOSILVALDO DA COSTA FERREIRA.

Desse modo, nos termos do art. 178, II, do CPC, retorne o processo em **VISTA** ao representante do Ministério Público.

SAPÉ, 2 de dezembro de 2019.

Andrea Costa Dantas Botto Targino

JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO



EM ANEXO





### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

*Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro*







PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





Seguradora Líder - DPVAT

OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800  
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ  
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)  
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia = 8,40  
36% I.P.FUNDOS = 3,02  
Total = 11,42

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.  
EAGM-29273 BNL, EAGM-29274 GLP  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º  
Bruno Rodrigo  
Belem Gaspar  
Escrevente  
CADPRO nº 04.04761  
At 2013.1.04.83354  
OFÍCIO DE NOTAS - F



17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Paula Cristina A.D. Gaspar  
Escritura  
CNPJ nº 09.248.608/0001-04  
At 2013.1.04.83354

17º Ofício de Notas  
Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800

088674  
ACS13501

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000003CFAF6. Conf. por:  
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. Serventia = 5,09  
TJ+FUNDOS = 1,81  
Total = 6,90

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT  
EBPO-46356 ZRN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO PRIVAT S.A.

CNPJ nº: 09.246.608/00-04 - NIRE 33.002847-9  
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015, Data, Hora e Local: Aos 19  
(dezanove) dias do mês de maio de 2015, às 16h, na sede social da  
Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.  
Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram con-  
vocados para a reunião ordinária, nos termos do artigo 1.º da Resolu-  
ção nº 234/03, com o seguinte teor: "Art. 1.º - O Conselho de Admi-  
nistração: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana  
Tchernha Sassano, Bernardo Dieckmann, Gelso Damadi, Játis de Men-  
donça Alexandre, João Gilberto Possede, Jorge de Souza Andrade,  
Carla Maria de Sá, Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti e Ricar-  
do de São Igepas. Tarefas: (a) Ratificação da eleição de Carlos André  
Guerra, Barreiros, brasileiro, casado, secular, titular do documento  
de identidade nº 55.625.647-6, expedido pela SSP/SP, inscrito no  
CPF nº 03.043.167-91, residente e domiciliado na Cidade  
de São Paulo, Estado de São Paulo, no endereço: Rua  
específica da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo di-  
retor José Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo  
de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a  
comunidade, a partir de 31 de março de 2016, bem como a assina-  
tura da homologação junto à Superintendência de Seguros  
SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da  
Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito terá mandato de 1  
(um) ano, que terá termo em 25 de março de 2016, permanecendo  
em exercício até 25/03/2017. (b) O Conselho Nacional de Seguros Privados  
(CNSP) aprovou a alteração dos membros do Conselho de Admi-  
nistração da Companhia, em 25 de março de 2015. (II) Os  
conselheiros deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações  
específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da segun-  
da forma, nos termos da Resolução nº 234/03, com o seguinte teor:  
"Art. 1.º - O Conselho de Administração: (a) Diretor responsável pelo  
administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento,  
supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabi-  
lidade; (b) José Márcio Barbosa Norton, diretor responsável pelas re-  
lações com a SUSEP (até a posse do diretor Carlos André Guerra  
Barreiros, a partir de 31 de março de 2016); (c) Diretor responsável  
pelo cumprimento das obrigações de natureza regulatória da SUSEP;  
Marcelo Lopes Davila, diretor responsável pelo cumprimento do di-  
reito no La nº 9613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nºs  
234/03 e 445/12); e diretor responsável pelos controles internos; (d)  
Cláudio Mendes Ladeira, diretor responsável técnico (Circular SUSEP  
nº 234/03 e 445/12); e diretor responsável pelos controles internos e  
controles internos específicos para a prevenção contra fraudes;  
membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsa-  
bilidade pelo cumprimento das obrigações de Resolução CNSP nº  
143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou  
realiza operações de reseguro. As designações específicas deverão  
ser aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como os con-  
sultores, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os  
conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas  
as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e  
deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ou re-  
gistradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como  
declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não in-  
tegram o quadro de empregados da Companhia, e (III) Os membros do  
Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos ge-  
rais da Companhia, nos termos do artigo 1.º da Resolução nº 234/03, com  
o seguinte teor: "Art. 1.º - O Conselho de Administração: (a) O pre-  
sidente, (essas) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do  
Conselho; (essas) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (essas) Gelso Damadi  
- Conselheiro; (essas) Játis de Mendonça Alexandre - Conselheiro;  
(essas) João Gilberto Possede - Conselheiro; (essas) Jorge de Souza  
Andrade - Conselheiro; (essas) Marcelo Goldman - Conselheiro; (essas)  
Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro e (essas) Ri-  
cardo de São Igepas - Conselheiro". (b) O Conselho de Administração  
de 2015, André Luiz Faoro - Secretário Jurídico Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro - NIRE nº 33.002847-9. Protocolo: 00-  
2015/191640-3 - 12/06/2015. O Conselho de Deliberação em 22/06/2015  
e o Registro sob o nº 00002777337. Bernardo F. S. Benveniste - Se-

**SEGURODEIRA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO PRIVAT S.A.**

DO SEGURO DPVAT S.A.  
CNPJ/INSC. Nº 09.248.006/0001-44 - NIRE 33.0026478-6  
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015. Data, Hora e Local: Aos  
25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 15:30h, na sede  
social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de  
Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração fo-  
ram convocados por e-mail eletrônico enviado em 19 de março de  
2015, para o endereço eletrônico [administracao@dpvat.com.br](mailto:administracao@dpvat.com.br),  
Fábio, Bernardo Diackmann, Caio Darnall, Jéssica de Mendonça Alexan-  
dre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Gomes  
Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias  
Teixeira, Rosane Tschima Salasano e Wady José Mourão Cruz. Presen-  
ça: Por força de presença do respectivo poderário titular, compareceu o pre-  
sidente da Companhia, Sr. **Wady José Mourão Cruz**, acompanhado do

[illegible]

## BRF MOREFINO DE LUBRIFICANTES S.A.

CNPJ/MF nº 31.912.675/0001-59 - NIRE nº 333.003.029771-5

**Asssembleia Geral Ordinária** (Lavrada sob o número do sumário, conforme facultado pelo art. 130 §1º da Lei nº 6.404/76). **Dia, Hora e Local:** 25/05/2016, às 14h, na Av. Fabris, nº 6404/6, Caxias, RJ. **Mesa:** Vison Ribeiro de Azevedo, Presidente; Paulo Roberto de Azevedo, Secretário. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaatua aposta no Livro de Presença e Acionistas Convocação. **Dispensada** em razão da presença da totalidade dos acionistas, conforme dispõe o §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do Dia:** a) **Deliberação sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras** sobre o Relatório da Administração encerrado em 31/12/14. b) **Deliberar** sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos c) **Deliberar** sobre a remuneração global anual dos administradores da BRF Birefron de Lubrificantes e Óleos e o exercício de 2015. **Deliberações aprovadas** por unanimidade: a) **Aprovaram** a distribuição de dividendos e a remuneração e as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14, nos termos do parecer emitido pela auditoria independente Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.A., atestando-se de votar os legalmente impedidos conforme o art.134, §5º da Lei nº 6.404/76. b) **Aprovaram** a distribuição de dividendos considerando que a BRF Birefron de Lubrificantes e Óleos não possui distribuição de dividendos para o exercício de 2014. c) **Aprovaram** a fixação da remuneração global e anual dos administradores para o exercício de 2015 em até R\$118.135,00 a vigorar a partir de 01/04/15 até o mês de realização da AGO de 2016, cabendo ao Conselho de Administração decidir a forma de pagamento. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, o que, ninguém se manifestou, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, a qual se encontra arquivada no Livro de Atas, sob o nº 13, e se lê e tem a forma. **Certifico** que a presente ata contém a fiel e verdadeira reprodução própria de Caxias, 30/04/15 Vison Reichbach da Silva, Presidente, Diogo Valle Bueno, Secretário, Acionistas: Petróbras Distribuidora S.A., Pedro Aurelio Cardoso Sampiao, RRF Participações e Administração de Empresas S.A., 27/03/2016, em 1200155, Bernardo F.S. Bernauer - Secretário Geral.

**GOMES DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A**  
CNPJ (ME): 01.518.854/0001-88 NIRE: 33300265402

**CNPJ/IN 01.519.556-0001-48 NIRE: 33300265902**  
Ata de AGO realizada em, lavrada no livro: **33300265902**. 1. Data, Hora e Local: Aos 24/04/15, às 11hs na sede da empresa na Rua Dirceu de Azevedo, nº 150, Jd. Santa Helena, 2º andar, São Paulo/SP. 2. Assuntos: Formação de Diretoria e Conselho de Administração. 3. Presidência: Presidente: Sr. J. J. Magalhães. 4. Assessoria: Assessor: Sr. J. J. Magalhães. 5. Assessoria Jurídica: Advogado: Sr. J. J. Magalhães. 6. Assessoria Contábil: Contador: Sr. J. J. Magalhães. 7. Assessoria Fiscal: Fiscal: Sr. J. J. Magalhães. 8. Assessoria de Marketing: Marketing: Sr. J. J. Magalhães. 9. Assessoria de Recursos Humanos: RH: Sr. J. J. Magalhães. 10. Assessoria de TI: TI: Sr. J. J. Magalhães. 11. Assessoria de Meio Ambiente: Meio Ambiente: Sr. J. J. Magalhães. 12. Assessoria de Segurança: Segurança: Sr. J. J. Magalhães. 13. Assessoria de Saúde: Saúde: Sr. J. J. Magalhães. 14. Assessoria de Educação: Educação: Sr. J. J. Magalhães. 15. Assessoria de Cultura: Cultura: Sr. J. J. Magalhães. 16. Assessoria de Esportes: Esportes: Sr. J. J. Magalhães. 17. Assessoria de Lazer: Lazer: Sr. J. J. Magalhães. 18. Assessoria de Turismo: Turismo: Sr. J. J. Magalhães. 19. Assessoria de Transportes: Transportes: Sr. J. J. Magalhães. 20. Assessoria de Comunicação: Comunicação: Sr. J. J. Magalhães. 21. Assessoria de Relações Públicas: Relações Públicas: Sr. J. J. Magalhães. 22. Assessoria de Imagem: Imagem: Sr. J. J. Magalhães. 23. Assessoria de Branding: Branding: Sr. J. J. Magalhães. 24. Assessoria de Design: Design: Sr. J. J. Magalhães. 25. Assessoria de Arquitetura: Arquitetura: Sr. J. J. Magalhães. 26. Assessoria de Engenharia: Engenharia: Sr. J. J. Magalhães. 27. Assessoria de Agronomia: Agronomia: Sr. J. J. Magalhães. 28. Assessoria de Zootecnia: Zootecnia: Sr. J. J. Magalhães. 29. Assessoria de Veterinária: Veterinária: Sr. J. J. Magalhães. 30. Assessoria de Medicina: Medicina: Sr. J. J. Magalhães. 31. Assessoria de Odontologia: Odontologia: Sr. J. J. Magalhães. 32. Assessoria de Farmácia: Farmácia: Sr. J. J. Magalhães. 33. Assessoria de Alimentação: Alimentação: Sr. J. J. Magalhães. 34. Assessoria de Vestuário: Vestuário: Sr. J. J. Magalhães. 35. Assessoria de Beleza: Beleza: Sr. J. J. Magalhães. 36. Assessoria de Moda: Moda: Sr. J. J. Magalhães. 37. Assessoria de Acessórios: Acessórios: Sr. J. J. Magalhães. 38. Assessoria de Calçados: Calçados: Sr. J. J. Magalhães. 39. Assessoria de Joias: Joias: Sr. J. J. Magalhães. 40. Assessoria de Relógios: Relógios: Sr. J. J. Magalhães. 41. Assessoria de Óculos: Óculos: Sr. J. J. Magalhães. 42. Assessoria de Móveis: Móveis: Sr. J. J. Magalhães. 43. Assessoria de Decoração: Decoração: Sr. J. J. Magalhães. 44. Assessoria de Iluminação: Iluminação: Sr. J. J. Magalhães. 45. Assessoria de Som: Som: Sr. J. J. Magalhães. 46. Assessoria de Vídeo: Vídeo: Sr. J. J. Magalhães. 47. Assessoria de Fotografia: Fotografia: Sr. J. J. Magalhães. 48. Assessoria de Animação: Animação: Sr. J. J. Magalhães. 49. Assessoria de Games: Games: Sr. J. J. Magalhães. 50. Assessoria de Aplicativos: Aplicativos: Sr. J. J. Magalhães. 51. Assessoria de Software: Software: Sr. J. J. Magalhães. 52. Assessoria de Hardware: Hardware: Sr. J. J. Magalhães. 53. Assessoria de Redes: Redes: Sr. J. J. Magalhães. 54. Assessoria de Segurança da Informação: Segurança da Informação: Sr. J. J. Magalhães. 55. Assessoria de Privacidade: Privacidade: Sr. J. J. Magalhães. 56. Assessoria de Ética: Ética: Sr. J. J. Magalhães. 57. Assessoria de Governança: Governança: Sr. J. J. Magalhães. 58. Assessoria de Compliance: Compliance: Sr. J. J. Magalhães. 59. Assessoria de Anticorrupção: Anticorrupção: Sr. J. J. Magalhães. 60. Assessoria de Transparência: Transparência: Sr. J. J. Magalhães. 61. Assessoria de Sustentabilidade: Sustentabilidade: Sr. J. J. Magalhães. 62. Assessoria de Responsabilidade Social: Responsabilidade Social: Sr. J. J. Magalhães. 63. Assessoria de Relacionamento com a Comunidade: Relacionamento com a Comunidade: Sr. J. J. Magalhães. 64. Assessoria de Marketing Social: Marketing Social: Sr. J. J. Magalhães. 65. Assessoria de Comunicação Social: Comunicação Social: Sr. J. J. Magalhães. 66. Assessoria de Relações Institucionais: Relações Institucionais: Sr. J. J. Magalhães. 67. Assessoria de Assessoria de Imprensa: Imprensa: Sr. J. J. Magalhães. 68. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 69. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 70. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 71. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 72. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 73. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 74. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 75. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 76. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 77. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 78. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 79. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 80. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 81. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 82. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 83. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 84. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 85. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 86. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 87. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 88. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 89. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 90. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 91. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 92. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 93. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 94. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 95. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 96. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 97. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 98. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 99. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães. 100. Assessoria de Assessoria de Assessoria: Assessoria: Sr. J. J. Magalhães.

vendedores. (ii) Aprovados os honorários da Diretoria, no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos aos membros da Diretoria, conforme acordo entre os membros da Diretoria para o ano de 2011, firmado em 14/02/2011, e a Diretoria para o ano de 2012, firmado em 11/02/2012, no primeiro trimestre do ano de 2012, ficando ciente o Conselho Fiscal. (iii) Aproveitamento do bem de propriedade de Jorge Gomes de Souza, brasileiro, casado pelo regime de bens: comunhão parcial, advogado, empresário, RG 45.722, OAB/RS nº 10.948, CPF 098.478.474-03, residente e domiciliado na Av. Princesa D. Leopoldina, 1600/1011, Barra da Tijuca/RJ, Diretora Sênior, Presidente do Conselho Fiscal, aprovado pelo Conselho Fiscal. (iv) Aproveitamento do bem de propriedade de Beneditos de Souza, brasileira, casada pelo regime de bens: comunhão parcial, advogada, empresária, RG 2.602.508/EP, CPF 0118711-1, residente e domiciliada na Rua Duclide D'Carvalho, 1600/1101, Barra da Tijuca/RJ, e Diretora Suplente, aprovada pelo Conselho Fiscal. (v) Aproveitamento do bem de propriedade de Magalhães Arruda, brasileiro, casado sob o regime de bens: comunhão parcial, empresário e economista, RG 017.57/08-1, OAB nº 937.168/507-2, residente e domiciliado na Av. das Acácias da Paróquia, 540/404, Ipanema/RJ, aprovado pelo Conselho Fiscal. (vi) Assumtos Gerais: Nenhum assunto relevante foi objeto de discussão e deliberação. **Aprovação e Encerramento:** Nada mais havendo à tratar, o Conselho Fiscal encerra aqui, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal de 2010, por não ter sido encontrado instalado e encerra o trabalho de 2010, ficando a responsabilidade de assessorar o Conselho Fiscal atribuído aos membros da mesa e pelos advogados representados pela totalidade do Capital Social/RJ, 24/04/15 JUIZIN (Gomes de Souza - Presidente da Assembleia, Patrícia Beneditos de Souza Magalhães - Presidente do Conselho Fiscal, 27/06/95 e 02/03/2015, Bernar-

## DINÂMICA ENERGIA S.A.

[illegible]

**Nautilus S/A - Empreendimentos e Participações**  
CNPJ/ME: 01.544.796/0001-06 - NIRE: 3330028193-1

CNPJ/MF: 01.544.7960001-08 - NIRE: 3330256193-1  
Ata da AGO, lavrada na forma de ataúme, 1. Data, Hora e Local:  
Aconteceu no dia 12 de maio de 2015, às 14 horas, no local dos  
motos, 9 parte, Higienópolis/RJ, 2. Convocação: Formulada direta-  
mente, pessoalmente, a todos os acionistas, pelo Diretor Presidente da So-  
ciedade, 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital Social,  
consoante assinaturas apontas no livro próprio, 4. Mesa: Para  
fins de trabalhos foram escolhidos: Presidente o Sr. Paulo Cesar  
Gomes de Souza, 5. Assessoria: Foi nomeado para assessorar o Orde-  
nem do Dia: (i) Aprovar o relatório e as contas dos administradores,  
o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício  
findo em 31/12/14; (ii) Deliberar sobre a proposta do resultado do  
exercício e a distribuição de dividendos; (iii) Deliberar sobre a propo-  
sta dos honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais;  
(iv) Deliberar sobre a proposta de aumento da universalidade dos  
acionistas representando a totalidade do Capital Social; (v) Aproveitar  
o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as  
demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em  
12/12/14; (vi) Aproveita a proposta da Diretoria quanto à destinação do  
lucro líquido do exercício anterior, para ser distribuído na seguinte  
utilização da reserva: forma: (a) 5%, ou seja, R\$ 74.551,93 em fa-  
vor da distribuição de dividendos; (b) O saldo restante de R\$ 1.416.456,76  
para o ano de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem dis-  
tribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre ne-  
les, para fins de pagamento de honorários, 6. Ata: Foi lavrada a ata, sendo  
de discussão na presente assembleia, 7. Encerramento: O Preside-  
nte da Assembleia, verificando em seguida que foram abordados todos os  
itens de ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tra-  
tar, encerrouque que, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal  
foi informado e não apresentou nenhuma objeção, 8. Assinatura: Sendo  
sendo a presente ata lavrada e depois de lida, aprovada e assinada por  
todos os membros de mesa e pelos acionistas representantes da to-  
talidade do Capital Social, RJ, 2404/15 Paulo Cesar Gomes de Souza,  
- Presidente da Assembleia, Fausto de Castro Souza - Secretário Ju-  
ri, e José Luiz 763242 em 20/05/2015 Bernardo F.S. Binwanger - Secre-  
tário Legal.

**DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO**

ASSINATURAS SEMEOPRATIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 194,00
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 194,00
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 194,00

(\*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI  
OBS: Das assinaturas com desconto somente se aplicam as indicadas para o funcionário do  
público (Federal, Estadual, Municipal), e não as reservadas ao último com a quebra  
A Junta Diretora do Estado do Rio de Janeiro não é de pessoas autorizadas  
a receber e nem a reconhecer as assinaturas. As assinaturas poderão ser adquiridas a  
Prof.ª Dr.ª Maria Carmo, 101, Centro - Niterói, RJ

ATENÇÃO: É vedada a divulgação de dados pessoais pelas assinaturas do D.O.  
IMPRESSÃO: MONITORAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua  
Carvalho nº 81, Centro - Niterói, RJ, CEP 24.030-230. Tel.: (0xx21) 2  
Fax (0xx21) 2717.4348

~~www.imprensaoficial.ri.gov.br~~

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 2h às 13h



**17º** **Ofício de Notas**  
DA CAPITAL

Certifico e dou fé que a presente original que foi apresentado, Rio de Janeiro, 13 de Junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT  
EMP-46363 RIO-Gensul te em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

**CARTÓRIO DO 17º**  
Paula Cristina A.D. Gaspar-Aut  
1701-0000

reprodução  
AFD. Cont. por: fiel do  
serventia  
TJ-RFUNDOS  
Total  
3.09  
1.81  
6.90

CEB574  
ACS1308





17º Ofício de Notas  
BACAPITAL

Certifico e dou fé que a original que foi apresentado, foi autêntica e fiel reprodução do original, em 13 de junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL  
Rio de Janeiro, RJ

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL  
Rio de Janeiro, RJ - Tel: 2107-8800

026574  
A01505

Reprodução fiel do  
serviço  
Total : 5,09  
: 1,81  
: 6,90

ERF0-46361 LIT Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitrepubblico>



RUCHE S/A EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS  
CNPJ nº: 73.840.500/0001-61 - NIRE: 3330016134-1  
Rua da Ode, lavrada na forma de sumário: 1 Data, Hora e Local  
do 24/04/15 às 11:30h, na sede da empresa na Rua Daixe de Mo-  
se, 9, parte II, **PRIVADO**, Torre 1, 15º andar, dire-  
tamente acessível a todos os moradores, para a eleição de Presidência da  
Associação. 3 Quorum: Dispensada a publicação de editais de convocação  
e a realização de assembleia em 12/4 e 13/4 de 2015, 04/07/16 em di-  
versas reuniões em virtude da ausência de interessados na eleição de  
Carla S. de Azevedo e da presença de mais de 50% dos moradores.  
Parágrafo Único: A eleição foi realizada em 15/04/15, com a presença de  
José Gomes de Souza, e Secretário, e Carlos Gomes de Souza, e

[illegible]

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS  
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS - CEDAE  
CNPJ N° 33 352 394/0001-04  
JUCERJANIRE N° 33.3.000.8797-4

ATA DA 605ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
CEDAE[illegible][illegible]

de 2015

- 1 Leonardo da Cunha e Silva Espindola Dias - Presidente
- 2 Jorge Luiz Ferreira Brand - Vice-Presidente
- 3 Renato Prates Rodrigues - Membro
- 4 Aristides Maria Ricci Corbellini - Membro
- 5 Rodrigo Tostes Sclon de Pontes - Membro
- 6 Icaro Moreno Junior - Membro
- 7 Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira - Membro
- 8 Cristiane Batista de Souza - Secretária

O extrato deste Ata foi registrado na JUCERJIA sob nº 00002769802  
no dia 03/06/2015

Id: 185346

Quatro Por Quatro Empreendimentos e Participações

[illegible]

SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS

[illegible][illegible]

EDIFÍCIO ODEBRECHT RJ S.A.  
CNPJ/ME nº 19.432.175/0001-40 - NIRE 3330031007-0

**Ata de Assembleia Geral Ordinária**  
Data: horário e local: Em 17 de abril de 2015, às 10:00 horas, na  
85, São Carlos, RJ. A Companhia, localizada na Avenida Cidade de Luaro, nº  
85, São Carlos, RJ, realizou Assembleia Geral Ordinária, com o objetivo de  
Dispensar e publicação de Editais de Convocação, na forma da Lei nº  
124, 64ª de Lei nº 6.046/76. Publicações: A Companhia está dis-  
pensada de publicar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstra-  
ções Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de  
dezembro de 2014.  
Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital. Assis-  
tente conforme assinaaturas constantes no Livro de Presença de Aci-  
duas. Mesa: Carla Gouveia Barreto, Presidente, Laura Manero Gad-  
Secretária. Deliberações: 1) Autorizada a lavratura da presente Ata.  
2) Autorizada a lavratura do Balanço Patrimonial, o Balanço e o angu-  
3) Aprovada a publicação de Editais de Convocação, na forma da Lei nº  
130, 13ª de Lei nº 6.046/76. 4) Aprovada a publicação de Editais de  
demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social en-  
cerrado em 31 de dezembro de 2014. 5) Aprovada a destinação, a  
totalidade do saldo do prejuízo do exercício findo em 31 de dezem-  
bro de 2014, em 20% para o pagamento de dividendos, e 80% para  
três reais e sessenta centavos, R\$ 3.733,17 (três mil, setecentos e trinta  
e três reais e sessenta centavos), por ação, para ser pago em parcelas  
ilimitadas. 6) Aprovada renúncia das seguintes pessoas como membro  
da Diretoria da Companhia para um novo mandato de 7 (sete) anos  
anunciado nesta data, com término na Assembleia Geral Ordinária de  
2021: Carlos Roberto de Almeida, brasileiro, casado, empresário, ins-  
crito no CPF/MF sob o nº 034.226.168-86, residente e domiciliado na  
na casada administradora, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.226.168-86,  
617-62-195-15, portadora da carteira de identidade RG nº 33.191.314-34  
03.191.314-34 SSP/BA residente e domiciliada na Cidade de São Pau-  
lo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lem-  
brança, nº 200, andar, parte B, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05.501-050,  
05.501-050, com Diretor sob designação específica da Companhia. 7) A-  
Vinícius Flores Iazetta, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no  
CPF/MF sob o nº 224.303.648-75, portador da carteira de identi-  
dade RG nº 30.012.596-3 SSP/SP residente e domiciliado na Cida-  
de de Jandiaí, Estado de São Paulo, com endereço comercial na  
na Praça do Comércio, nº 100, Jandiaí, SP, CEP 13.200-000, com  
como Diretor sob designação específica da Companhia. 8) Orla-  
França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador de em-  
presas, portador da carteira de identidade RG nº 43.861.162-1 SSP/SP,  
inscrito no CPF/MF sob o nº 324.826.168-86, residente e domiciliado na  
Cidade de Jandiaí, Estado de São Paulo, com endereço comercial na  
Rua Lembrança, nº 200, andar, parte B, Butantã, São Paulo/SP, CEP  
05.501-050, com Diretor sob designação específica da Companhia. 9) A-  
prova a eleição da seguinte pessoa como membro da Diretoria da  
Companhia para um novo mandato de 7 (sete) anos anunciado nesta  
data, com término na Assembleia Geral Ordinária de 2021: Carla  
Gouveia Barreto, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de  
identidade RG nº 33.274.204-X SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 33.274.204-X  
33.274.204-X SSP/SP, residente e domiciliada na Cidade de São Pau-  
lo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lembrança, nº  
200, andar, parte B, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05.501-050, com  
Diretora sob designação específica da Companhia. 10) Autorizada a  
lavratura das deliberações acima tomadas, a composição da Ata e a  
Companhia, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 17





**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



[illegible]

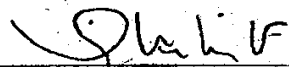
Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Reratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

**MESA DE TRABALHO:**



Luiz Tavares Pereira Filho  
Presidente

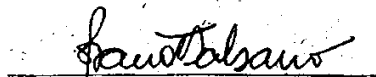


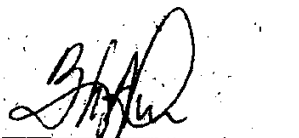
André Leal Faoro  
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 2 de 3

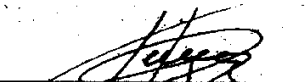




  
Rosana Techima Salsano  
Conselheira Vice-Presidente

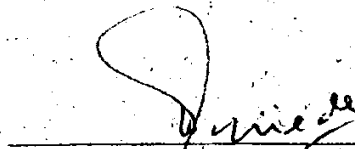
  
Bernardo Dieckmann  
Conselheiro

  
Celso Damadi  
Conselheiro

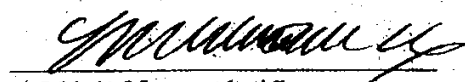
  
Francisco Alves de Souza  
Conselheiro

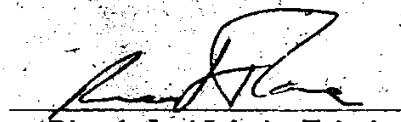
  
Hélio Hiroshi Kinoshita  
Conselheiro

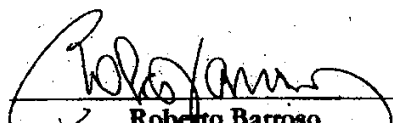
  
Jabis de Mendonça Alexandre  
Conselheiro

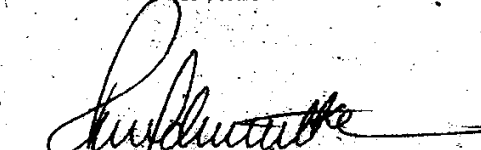
  
João Gilberto Possiede  
Conselheiro

  
Jorge de Souza Andrade  
Conselheiro

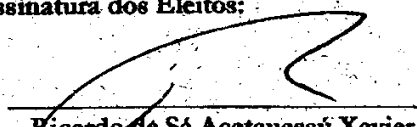
  
Múcio Novaes de Albuquerque  
Cavalcanti  
Conselheiro


  
Ricardo José Iglesias Teixeira  
Conselheiro

  
Roberto Barroso  
Conselheiro

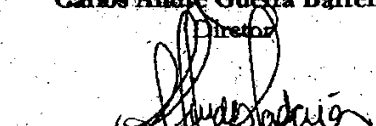
  
Valeria Camacho Martins Schmitke  
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:

  
Ricardo de Sá Acatauassú Xavier  
Diretor Presidente

  
Carlos André Guerra Barreiros  
Diretor

  
Marcelo Davoli Lopes  
Diretor

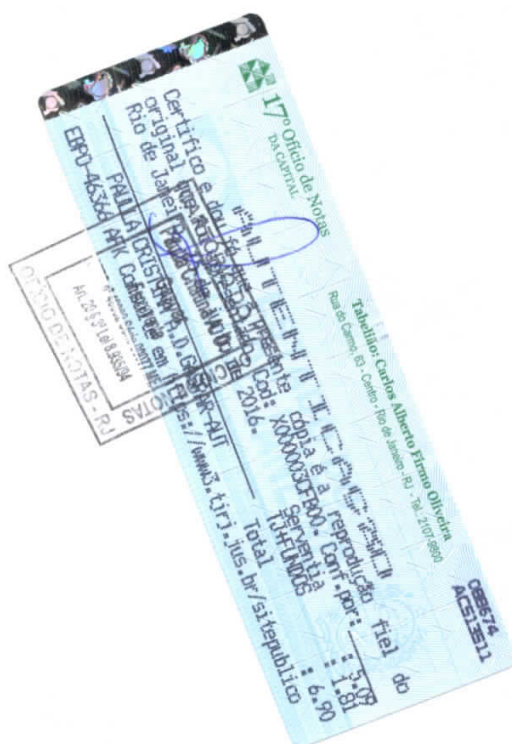
  
Claudio Mendes Ladeira  
Diretor

  
Marcus Vinicius Cataldo de Felipe  
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 3 de 3











Número do documento: 19120610212972200000025916974

[illegible]

17º Ofício de Notas  
DIA CAPITAL

Taboalão Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Comércio, 100 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8833

Paula Cristina

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que foi apresentado para autenticação em 24 de janeiro de 2019.

PAULA CRISTINA A.D. EXATIDÃO DE NOTAS - FUNDOS

ERQ-46364 FUI CONSULTA EM <https://www3.tjrj.jus.br/sitpublico>

reprodução fiel do	5.07
reprodução	1.81
Total	6.90

088674  
AC51809





[illegible][illegible]

CIA FAMILIAR E DEPENDÊNCIA QUÍMICA. ATENDIMENTO ESPECIALIZADO  
GICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DÚBIA MÉDICA, DISTÚRBIO  
DISTÚRBIO PSÍQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS POR USO DE  
DE DROGAS, ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL COM  
CAL DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO, SUJEIÇÃO  
ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CURSOS MÉDICOS, CA  
MENTAL SOCIAL. R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA  
MIL REAIS) SEDE: ESTRADA UNIAO E INDUSTRIAL, Nº 14/50  
POSSUE: FARMACIA TROPICAL RJ CEP: 25.770-480 Patentes: 000  
03132021

HYDRATE COMBIMHO E TECNOLOGIA LTOA LPP  
CNPJ Nº 04.209.430/0001.26  
CONVOCAÇÃO (ART. 1152 E 1º E 3º DO CÓD. CIVIL) Nesta  
data convocamos o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para com-  
parecer no dia 27/01/2012 e no dia 27/01/2012, em 1ª ou 2ª con-  
vocações, para tomar ciência de (relatório do processo) e (relatório do  
fluido) Banho de Mar da Empresa Hydrate Comercio e Tecnologia Ltoa  
LPP, com sede na Rua Manoel de Mello Nº 166, 101 - Jd. Castel-  
lano - São Paulo - SP - CEP 05403-000 - Fone: (11) 3072-5500 e  
Mensagem: 011-3072-5500 por e-mail: [hydratetechnologia@gmail.com](mailto:hydratetechnologia@gmail.com)  
encontra-se em Batimento Meio: RJ, 13012/011, Anexo: Batimento Ba-  
ga - CRCRJ 018.280/0-7 - CPE Nº 122.446.517-77

CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.  
CNPJ: 33.221.649/0001-91  
AVISO - Acham-se a disposição dos Senhores Acadêmicos, no sentido social, na Avenida Nelo Peçanha 50 sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rua do Lineiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria



Companhia Aberta  
CNPJ nº 33.992.510/0001-54

**FATO RELEVANTE:** A Vale S.A. (Vale) informou que está declarando uma maior fides (FM) em uma série de contratos de mineração de ferro, a partir de hoje 11 de janeiro de 2012. Estamos informando em contratos com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos. 15 acordos com o artigo 3º, § 4º, da Instrução CVM nº 358, em 16/11/2007. Havendo incompatibilidade disponível em sua versão corrigida, não foi possível fazer o registro da FM, no site da CVM, no endereço [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br). Vale S.A. do Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012, João Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores.

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO  
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO  
02.709.449/0011-20

**PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO** inicia pública que-  
rrença ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Empresa de  
Operação para operar o Duto de Transferência de Água (DTA) sit-  
uado no Terminal de Cabunas e a Estação de Barra do Leme, pa-  
sando aproximadamente 70 km de extensão, capacitando o sistema  
de com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8" em 29 de De-  
zembro de 2011. Rodovia Amaral Peixoto km 188 - Macaé/RJ. Pro-  
cesso E 07/51246/12011

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
CNPJ 33.000.167/0001-01  
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

**PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS** torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Cópia da Ato de INTERDIÇÃO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS OUT-DE-AMBIENTE, nº 007, emitido em 28 de março de 2013, que a Autoriza o uso e a exploração de água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Caruru com as seguintes características:

**CAPTAÇÃO:** Terrapilagens COMPER, Cuiabá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Vazão máxima instantânea: 520,0 m<sup>3</sup>/min. Vazão média: 500,0 m<sup>3</sup>/min. Tempo de captação: 1600 min. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 240000 m<sup>3</sup>. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 41" S e Long. 42° 50' 38,705" W. **CAPTAÇÃO: EAP 1:** Cuiabá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Vazão máxima instantânea: 350 m<sup>3</sup>/min. Vazão média: 330,0 m<sup>3</sup>/min. Tempo de captação: 1800 min. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 144000 m<sup>3</sup>. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 40' 49,765" S e Long. 42° 53' 51,438" W. **CAPTAÇÃO: EAP 2:** Cuiabá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Vazão máxima instantânea: 350 m<sup>3</sup>/min. Vazão média: 330,0 m<sup>3</sup>/min. Tempo de captação: 1800 min. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 144000 m<sup>3</sup>. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 46,121" S e Long. 42° 57' 11,831" W.

**CAPTAÇÃO: EAP 3:** Cuiabá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Vazão máxima instantânea: 350 m<sup>3</sup>/min. Vazão média: 330,0 m<sup>3</sup>/min. Tempo de captação: 1800 min. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 144000 m<sup>3</sup>. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 28,891" S e Long. 42° 55' 24,819" W.

**DESCARTE:** Vazão máxima: duas vezes/dia; plantas e de 300 m<sup>3</sup>/min.

**PROCESSO N° 1: E-0710923/2008**

**BR PETROBRAS**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01  
NIRE nº 13300032061

\*EDITAL DE CONVOCAÇÃO\*

[illegible]

## Avisos, Editais e Termos

## Associacões, Sociedades e Firmas

CLINICA ESTRELLA LTDA  
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUICAO

(ZUNO) CONJUNTO SOCIAL SÓCIES JOAO GUILHERME FILHO  
JOAO JES ESTRELLA (CPF 174.731.987.72) LIRYNA SOUZA  
MARCIO (CPF 51.535.317) MA. JOAO PAULO FERREIRA DA SILVA  
CPF 104.127.517.91) E FLAVIO GOMES FILHO (CPF 407.775.857).  
O OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A  
VALIA A PORTADORAS DE DISTURBIOS PSICOLÓGICOS, DIFEREN





## Associacoes, Sociedades e Firmas

S E M A R I C

Atas, Cartões e Demonstrações  
 Apoio: 100% de Indicação e Emissão

Avisos, Ediais e Termos  
Associações Secundárias  
Estados do Departamento

Os dados apresentados a seguir foram levantados a partir de uma pesquisa bibliográfica realizada no âmbito do curso de graduação em História da UFPA, com o objetivo de identificar os principais aspectos da história da educação em Belém, com ênfase na educação infantil. A pesquisa foi realizada em fontes primárias e secundárias, incluindo livros, artigos, teses e dissertações. Os dados foram organizados em uma tabela, com o objetivo de facilitar a compreensão dos principais aspectos da história da educação em Belém.

[illegible]

**LINEARES BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/MF nº 10.375.812/0001-75 - NIRE 33.300.284/4  
Ata de Reunião do Conselho de Administração Data: Hoje e Hora: \_\_\_\_\_  
Em 09 de janeiro de 2015, às 18:00h, na sede social da Companhia,  
Rua Voluntários da Pátria nº 126, Sala 501, Botafogo, Rio de Janeiro- RJ,  
Convocação e Presença: Dispensada a convocação e presença de

FERNANDES ARAUJO ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

[illegible]

AQUARIO AQUARIO MARINHO DO RIO DE JANEIRO S.A.

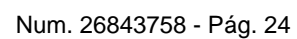
[illegible][illegible]

NAI CAMBINAS PARTICIPAÇÕES S.A.

[illegible]

**IMPRESSO**





## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





Segue Parecer.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SAPÉ  
EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA CORMARCA DE SAPÉ**

Ação: AÇÃO DE COBRANÇA DPVAT

Processo nº: 0801579-43.2018.8.15.0351

Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT movida por SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA, representado neste ato por sua genitora, a Sra. CLÁUDIA BARBOSA DE LIMA, face acidente de trânsito que vitimou fatalmente seu genitor, o Sr. JOSIVALDO DA COSTA FERREIRA.

Objetivando otimizar a atuação dos membros do Ministério Público como intervenientes em processos cíveis no âmbito do Ministério Público da Paraíba, foi expedida a Recomendação Conjunta PGJ/CGMP nº 001/2012 que dispõe em seu artigo 1º:

*“Art. 1º Em matéria cível, intimado a se manifestar como órgão interveniente, o membro do Ministério Público, ao realizar a perfeita identificação do objeto da causa, e verificando não se tratar de processo que justifique a sua intervenção, poderá limitar-se a consignar, concisamente, a sua conclusão, apresentando, neste caso, os respectivos fundamentos(...)”*

Ocorre ainda que o Novo Código de Processo Civil tratou da matéria de forma expressa, deixando pouca margem para interpretação diferente da que ora esposamos, senão vejamos:



*Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam:*

*I – interesse público ou social;*

*II – interesse de incapaz;*

*III – litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.*

*Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.*

No presente caso, notamos o interesse de menor, o qual está legitimamente representado por sua genitora, extraindo-se ainda que, até o momento, não existe quaisquer máculas processuais que prejudiquem o titular da ação.

Por outro lado, notamos que, a despeito da decisão tomada, caso seja procedente em condenação de pagamento de quantia certa por parte da empresa ré, se perfaz necessário que, a princípio, seja o montante depositado em conta judicial que ficará bloqueada até maioria do autor, fática e comprovada situação que demonstre a necessidade do saque sem eu interesse, ou ainda em investimento plausível em nome do tutelado.

É o parecer.

Sapé-PB, datado e assinado eletronicamente.

**Caroline Freire Monteiro da Franca**

Promotora de Justiça





## Poder Judiciário da Paraíba

### 1ª Vara Mista de Sapé

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436).

PROCESSO N. 0801579-43.2018.8.15.0351 [Seguro].

AUTOR: S. L. B. D. C., CLAUDIA BARBOSA DE LIMA.

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..

### DECISÃO

Vistos, etc.

O processo está em ordem. A legitimidade e a capacidade das partes encontram-se regularizada, o pedido é juridicamente possível e resta demonstrado o interesse na causa, sobretudo diante da existência de prévio requerimento administrativo. O feito tramitou com observância dos ditames legais inerentes à espécie, estando isento de vícios ou nulidades, nada havendo a regularizar. Tenho-o, portanto, por saneado.

O Diploma Instrumental Civil disciplina que o Magistrado deve velar pela rápida solução do litígio e permite, quando não for possível a transação, fixar os pontos controvertidos, sanear o processo e ordenar a produção de provas fora de audiência (art. 357 do NCPC).

Fixo como pontos controvertidos:

1. Demonstração da condição de dependente dos autores.

Destaco, na forma do que previsto no art. 373, I, c/c 357, III, do CPC, competirá ao autor a demonstração desses fatos.

À vista dos pontos controvertidos, **INTIMEM-SE** as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem, de forma fundamentada, as provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão.

Publicado eletronicamente.

SAPÉ, 14 de maio de 2020.



Anderley Ferreira Marques

JUIZ DE DIREITO





**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE  
SAPÉ-PB**

PROCESSO Nº 0801579-43.2018.8.15.0351

**S. L. B. D. C. e outros**, já qualificado nos autos, vem a presença de V. Exa. informar que não possui outras provas a produzir, requerendo o julgamento direto do feito por estar devidamente instruído.

**PEDE DEFERIMENTO.**

Sapé/PB, 15 de maio de 2020.

**BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL**  
**OAB/PB nº 18.154**

**32711324**



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE  
SAPÉ-PB**

PROCESSO Nº 0801579-43.2018.8.15.0351

**S. L. B. D. C. e outros**, já qualificado nos autos, vem a presença de V. Exa. informar que não possui outras provas a produzir, requerendo o julgamento direto do feito por estar devidamente instruído.

**PEDE DEFERIMENTO.**

Sapé/PB, 15 de maio de 2020.

**BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL**  
**OAB/PB nº 18.154**



EM ANEXO





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAPE/PB**

**Processo:** 08015794320188150351

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar que não há mais provas a produzir.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

SAPE, 22 de maio de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**





**Poder Judiciário da Paraíba**

**1ª Vara Mista de Sapé**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7).

PROCESSO N. 0801579-43.2018.8.15.0351 [Seguro].

AUTOR: S. L. B. D. C., CLAUDIA BARBOSA DE LIMA.

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**SENTENÇA**

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. MORTE. AÇÃO PROPOSTA PELA COMPANHEIRA DA VÍTIMA. PROVA DA UNIÃO ESTÁVEL. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. 1- Nos termos do art. 4º da Lei 6.194/74, a indenização de seguro obrigatório DPVAT, no caso de morte, deve ser paga conforme previsão do art. 792 do CCB, ou seja, metade ao cônjuge e o restante aos herdeiros do segurado. 2. Comprovado o acidente e o dano decorrente, deve ser paga a indenização do seguro obrigatório DPVAT, independentemente da demonstração de culpa.

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança proposta por SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA e CLAUDIA BARBOSA DE LIMA, em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO, todos devidamente qualificados.

Alegam, em síntese, que no dia 07 de janeiro de 2018, o Sr. Josivaldo da Costa Ferreira, genitor e companheiro dos autores, respectivamente, foi vítima de um acidente automobilístico, cujo evento ocasionou-lhe a morte. Ao final, pugna pela condenação da promovida ao pagamento da indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre no valor R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos da Lei n. 6.194/74, cumulada com indenização por danos morais.





Foram acostados procuração e documentos com a exordial.

Citado, o promovido apresentou contestação no ID. 21519919, pugnando pela improcedência do pedido. Antes, porém, arguiu preliminares de incompetência dos juizados especiais, ilegitimidade ativa e falta de interesse de agir.

Em audiência foi tentado o acordo entre as partes, porém, sem sucesso. No mesmo ato foi determinada a conversão ao rito do procedimento comum, em razão da existência de menor no polo ativo (ID. 22128460).

Acostada sentença de reconhecimento de união estável proferida nos autos do processo n. 0800044-79.2018.815.0351 (ID. 21543808).

Parecer ministerial no ID. 27900869.

As partes informaram a ausência de interesse na produção de outras provas (ID. 30991843 e 30735027).

É o relatório. Passo a DECIDIR.

No caso em apreço, entendo que não devem prosperar as preliminares suscitadas pelo promovido.

De fato, a ausência do requerimento administrativo em demandas desta natureza importa na ausência do interesse de agir, conforme já pacificado no âmbito do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 824712.

Contudo, destaco que vigora em nosso ordenamento jurídico o princípio da inafastabilidade, art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal, que preleciona não ser necessário exaurir o procedimento administrativo para que surja o direito de se socorre ao Judiciário, é dizer, a ausência de requerimento administrativo não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas.

Na situação em apreço, houve prévio requerimento administrativo, patente, portanto, o interesse processual.

Em relação a questão preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam*, cumpre destacar que, compulsando o feito, verifica-se que a promovente CLAUDIA BARBOSA DE LIMA comprovou sua condição de companheira do *de cuius*, por meio da sentença de reconhecimento da união estável com a vítima (ID. 21543808).

De acordo com a Constituição Federal, o companheiro é equiparado ao *status* de cônjuge, possuindo o direito de pleitear o recebimento do prêmio do seguro DPVAT, bastando que se comprove a união estável com o segurado, vítima do acidente.

Desta feita, diante dos elementos probatórios constantes nos autos acerca da união estabelecida entre o falecido e a requerente e a ausência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos, impõe-se o reconhecimento da legitimidade ativa da promovente.

Neste sentido, o seguinte julgado:



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - VÍTIMA FATAL - LEGITIMIDADE ATIVA DA COMPANHEIRA - PRESENÇA - COMPROVAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL - TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA DA INDENIZAÇÃO - DATA DO EVENTO DANOS. A companheira da vítima fatal de acidente automobilístico é parte legítima para figurar no polo ativo da ação que visa a cobrança da sua parte do seguro obrigatório DPVAT. No julgamento do REsp 1.483.620/SC, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, firmou-se a tese de que a incidência de atualização monetária, nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. (TJMG - Apelação Cível 1.0024.14.211167-3/001, Relator(a): Des.(a) Ramom Tácio , 16ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/08/2017, publicação da súmula em 13/09/2017)

Inconteste, da mesma maneira, a condição de filho da vítima, e, por conseguinte, da legitimidade ativa do promovente SELTON LUIS BARBOSA DA COSTA (ID. Num. 18496905 - Pág. 1)

No que concerne ao mérito, cumpre destacar que a pretensão deduzida no presente feito é afeta ao recebimento da indenização relativa ao seguro DPVAT, sendo este a causa *petendi* do presente feito.

Considerando que o acidente automobilístico ocorreu em 07 de janeiro de 2018, deve ser aplicado o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), introduzido na Lei do DPVAT (nº 6.194/1974), por meio da Medida Provisória nº 340/2006, em vigor desde a data de sua publicação em 29 de dezembro de 2006 e, posteriormente, convertida na Lei nº 11.482/2007.

Com efeito, urge frisar que a indenização será paga apenas mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente, não exigindo a apresentação da prova do recolhimento do valor do prêmio do seguro obrigatório ou a apresentação dos respectivos dut's, por parte da vítima ou seu beneficiário, consoante Súmula 257 do Superior Tribunal de Justiça, a qual estabelece que **“a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.”**

Analisando o acervo probatório, infere-se que o acidente automobilístico sofrido pelo genitor e companheiro dos requerentes encontra-se demonstrado através da fotocópia do Boletim de Ocorrência da Polícia Civil (ID. Num. 18496916 - Pág. 1) e o Laudo (ID. Num. 18496923 - Pág. 1 a 6).

Outrossim, o óbito em virtude do acidente automobilístico restou devidamente comprovada através da certidão de óbito lançada nos autos (ID. 18496914).

Doutra banda, cumpre destacar que, nos termos do art. 4º da Lei 6.194/74, a indenização de seguro obrigatório DPVAT, no caso de morte, deve ser paga conforme previsão do art. 792 do CCB, ou seja, metade ao cônjuge/companheiro e o restante aos herdeiros do segurado.

Nesta senda, os autores fazem jus, cada, a 50% (cinquenta por cento) do valor indenizável, no importe de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), uma vez que a vítima falecida não possuía outros herdeiros necessários (ID. 18496914).



Por outro lado, não há que se falar em reparação por danos morais em razão da recusa de pagamento da indenização securitária por se tratar de simples descumprimento de obrigação contratual, sem comprovação do efetivo prejuízo imaterial sofrido pelo autor.

Destaco que somente se justificaria a reparação por danos extrapatrimoniais se a negativa ao pagamento da indenização acompanhassem situações agravantes que ultrapassassem o mero aborrecimento e que causassem um dano efetivo, o que, no caso em apreço, não foi demonstrado, ônus que competia aos autores (art. 373, I, do CPC).

A propósito, colaciono os seguintes julgados:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT – DANO MORAL – NEGATIVA DA SEGURADORA – INDENIZAÇÃO AO SEGURADO – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL – DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO. I. A inércia da seguradora em efetuar o pagamento de indenização do seguro obrigatório DPVAT administrativamente, não configura ato ilícito, e, por isso, não dá azo à condenação no pagamento de indenização por danos morais. II. Inviável a postulação de danos morais, haja vista que não é qualquer entrave ou dissabor que gera reparação pecuniária a esse título. Ao contrário, deve ocorrer algo sério e extraordinário que exija a intervenção judiciária. No caso em comento, o fato não se ajusta àqueles que acarretam danos morais passíveis de tradução pecuniária. Recurso improvido. (Apelação Cível nº 201900716972 nº único0007505-17.2017.8.25.0053 - 1ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator (a): Cezário Siqueira Neto - Julgado em 26/08/2019) (TJ-SE - AC: 00075051720178250053, Relator: Cezário Siqueira Neto, Data de Julgamento: 26/08/2019, 1ª CÂMARA CÍVEL)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT -PAGAMENTO DO SEGURO PELA SEGURADORA - ATRASO - DANO MORAL - NÃO CONFIGURAÇÃO. O atraso no pagamento da indenização do seguro DPVAT pela seguradora, por si só, mesmo que cause aborrecimentos ao indivíduo, não se mostra suficiente para caracterizar o dano moral, que por sua vez pressupõe uma ofensa aos direitos da personalidade. Não se pode confundir a caracterização dos danos morais com os meros dissabores vivenciados no cotidiano. (TJ-MG - AC: 10002180018992001 MG, Relator: Valéria Rodrigues Queiroz, Data de Julgamento: 22/08/2019, Data de Publicação: 28/08/2019)

Diante disso, não considero caracterizado o dano moral.

Ante o exposto, com base em tudo o mais que dos autos consta, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO**, para condenar o promovido na obrigação de pagar a cada autor a quantia de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), referente à cota parte a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT em virtude de acidente automobilístico que vitimou o Sr. Josivaldo da Costa Ferreira, incidindo correção monetária pelo INPC a partir da data do sinistro e juros de mora na razão de 1% ao mês contados da citação.

Condeno o promovido ao pagamento de custas e honorários, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do NCPC.

Publicado eletronicamente. Registre-se. Intimem-se.



Decorrido o prazo recursal, sem recurso voluntário, certifique o trânsito em julgado e intime-se a parte ré para que proceda com o recolhimento das custas.

De igual forma, intime-se a parte vencedora para promover a execução do julgado, no prazo de quinze dias, independente de nova conclusão, uma vez que, segundo dispõe o artigo 523, do NCPC, faz-se necessária a provocação do credor para instauração da fase de cumprimento de sentença.

Em caso de inércia na execução, independente de nova conclusão, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição, sem prejuízo de seu desarquivamento, a pedido da parte.

Por outro lado, em caso de interposição de recurso voluntário, intime-se a parte contrária para contrarrazoar e, em seguida, remetam-se os autos ao E. TJPB, independente de nova conclusão.

SAPÉ, 30 de junho de 2020.

Anderley Ferreira Marques

JUIZ DE DIREITO



PETIÇÃO E PLANIHA DE CÁLCULOS EM ANEXO





**WEB CALCPRO**

Programa para cálculos simples e atualizações

Desenvolvido pelo Departamento de Informática do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Processo: 0801579-43.2018.8.15.0351  
Devedor: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A  
Credor: S. L. B. D. C e CLAUDIA BARBOSA DE LIMA  
Indexador: INPC/IBGE  
Juros: 1% a.m.  
Corrigido até: 23/07/2020  
Multa do 523 § 1º (%): 0,00  
Honorários (%): 10,00  
Honorários da Fase de Cumprimento/Execução (%): 0,00  
Honorários da Fase de Cumprimento/Execução sobre: Total dos Créditos

**Parcelas do Cálculo:**

Data	Moeda	Valor	Valor Corrigido	Juros a	Juros (R\$)	Total (R\$)
07/01/2018	R\$	13.500,00	14.635,27	03/06/2019	1.997,01	16.632,28
		Total:	14.635,27			1.997,01
						16.632,28

Total (R\$): 16.632,28  
Honorários (R\$): 1.663,23  
Honorários da Fase de Cumprimento/Execução (R\$): 0,00  
Multa do 523 § 1º (R\$): 0,00

<b>Total Geral (R\$):</b>	<b>18.295,51</b>
---------------------------	------------------

Descrição do Usuário:

Impresso em: 23/07/2020 - 15:31

Sistema de Cálculo disponibilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul



---

**EXMO.(A) SR.(A) DR. (A) JUIZ(A) DE DIREITO DO 1ª VARA MISTA DA  
COMARCA DE SAPÉ/PB**

PROC. 0801579-43.2018.8.15.0351

**S. L. B. D. C** representado por sua Genitora, também parte no processo, **CLAUDIA BARBOSA DE LIMA**, já qualificados nos autos, vem a presença de V. Exa. apresentar e requerer o que segue.

Considerando o decurso do prazo sem apresentação de recurso voluntário, **requer a certificação do trânsito em julgado ato contínuo, REQUERER INÍCIO DA EXECUÇÃO** com a intimação da ré para adimplir o título judicial formalizado nestes autos no prazo legal, sob penalidade da lei no caso de descumprimento, conforme sentença do id 31838682 e planilha em anexo, nos valores abaixo discriminados:

- R\$ 16.632,28 - devido aos autores, e
- R\$ 1.663,23 - devido ao advogado.
  
- **R\$ 18.295,51 - TOTAL**

Nestes Termos.  
Pede Deferimento,

Sapé/PB, 23 de julho de 2020.

**BRUNO TYRONE SOUZA VIRGINIO CABRAL**  
**OAB/PB 18.154**

